UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

KARIN CAMOLESE VIVANCO

**Orações relativas em karitiana:
um estudo experimental**

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA

KARIN CAMOLESE VIVANCO

Orações relativas em karitiana: um estudo experimental

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras/Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Raccanello Storto

EXEMPLAR REVISADO

“De acordo” do orientador

São Paulo
2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: VIVANCO, Karin Camolese

TÍTULO: Orações relativas em karitiana: um estudo experimental

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras/Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Raccanello Storto

Aprovado em 6 de junho de 2014

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Luciana Raccanello Storto – Presidente
Instituição: USP

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Paula Müller – Titular
Instituição: USP

Prof.^a Dr.^a Maria Filomena Spatti Sândalo – Titular
Instituição: Unicamp

A Antonio Camolese (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer à FAPESP pelo apoio financeiro durante a realização dessa pesquisa (processo nº 2011/15927-7). Também agradeço ao Departamento de Linguística (especialmente à Comissão de Pós-Graduação) pelos auxílios concedidos para a participação de congressos e para os trabalhos de campo.

A primeira pessoa a quem eu gostaria de agradecer é minha orientadora, a prof.^a Luciana Storto. A Luciana me acolheu mesmo quando eu era uma aluna recém-ingressa na linguística e me acompanha desde então, sempre me ajudando com muita paciência e amabilidade. Agradeço a ela por me guiar pelo mundo acadêmico, por me introduzir na comunidade Karitiana, por toda a compreensão com minhas dificuldades, pelas aulas e encontros, pelas leituras e revisões, pelas conversas, pelos cafés, almoços e jantas... A ela devo todas as minhas conquistas profissionais, pois a Luciana, direta ou indiretamente, sempre esteve e estará ligada ao meu percurso acadêmico.

Também preciso destacar outras duas pessoas que foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho e para o meu amadurecimento acadêmico. A primeira é a prof.^a Ana Müller, que, apesar de não ser oficialmente minha orientadora, sempre estava disposta a me auxiliar com meus problemas teóricos, acadêmicos e logísticos e que também financiou muitos dos trabalhos de campo do qual pude participar. A segunda é a prof.^a Elaine Grolla, que, apesar de ter me orientado apenas por um breve período de tempo, teve um grande impacto no meu modo de fazer ciência. A elas, minha sincera gratidão.

Agradeço também à prof.^a Esmeralda Negrão e ao prof.^o Marcello Modesto pela leitura e comentários no exame de qualificação e também aos professores Jairo Nunes, Uli Sauerland e Filomena Sândalo pelas contribuições em versões anteriores desse trabalho.

Dos meus colegas de pós-graduação, começo agradecendo ao Ivan Rocha, meu grande companheiro de trabalho de campo, de trabalhos acadêmicos e de chiquetes. Também agradeço muito à Jéssica Costa, minha grande amiga, e à Luciana Sanchez-Mendes, minha fiel escudeira de trabalho de campo. Agradeço à Janayna Carvalho pela amizade, pelas piadas e pelas discussões teóricas e também à Karina Bertolino, por me ajudar com a qualificação. Outras pessoas que também foram importantes durante esse percurso foram Aline Pires, Maria Gabriela, Lorena Orjuela, Carol Alves, Aline

Takahira, Paula Armelin, Lara Frutos, Fernanda Rosa, Suzana Fong, Wallace Andrade, Thiago Coutinho-Silva, Roberlei Bertucci, Lucas Shimoda, Bruna Polachini, Antônia Fernanda Nogueira, Paula Jorge, Raphael Barbosa, Letícia Nóbrega, Celina Otori, Júlio Barbosa, os GREMDianos João P. Cyrino, Rafael Minussi, Vitor Nóbrega e Indaiá Bassani e os meus amigos da comissão do XVI ENAPOL.

Agradeço aos funcionários do departamento, Erica e Robson, por todo o auxílio.

Muitos agradecimentos à comunidade Karitiana, sem a qual essa pesquisa jamais existiria. Agradeço especialmente aos falantes Arnaldo, Cizino, Inácio, Sarita, João, Milena, Orlando, Jefferson, Edmilson, Reinaldo, Ivaneide, Elivar, Marilena, Fernando, Cecília, Flávia, Alberto Carlos, Dardete, Amarildo e Clédson por terem participado dos experimentos. Também agradeço à Associação Akot Pytim Adnipa (especialmente na pessoa do Antenor) por toda a ajuda em Porto Velho.

Fora do eixo acadêmico, agradeço às minhas maravilhosas amigas: Bianca Lopez, por todos esses anos, e Fernanda Belarmino e Nathaschka Martiniuk (e também seu marido, Thiago), por existirem na minha vida.

Por fim, agradeço às pessoas mais importantes pra mim: meus pais, Francisco e Mirian, ao meu irmão Bruno, aos meus avós Eunice e Antonio e ao meu namorado Marcelo. Saibam que tudo que eu fiz, todo o esforço e dedicação, foi sempre para que vocês se orgulhassem de mim.

Isto é para quando você vier. É preciso estar preparado. Alguém terá que preveni-lo. Vai entrar numa terra em que a verdade e a mentira não têm mais os sentidos que o trouxeram até aqui. Pergunte aos índios. Qualquer coisa. O que primeiro lhe passar pela cabeça. E amanhã, ao acordar, faça de novo a mesma pergunta. E depois de amanhã, mais uma vez. Sempre a mesma pergunta. E a cada dia receberá uma resposta diferente. A verdade está perdida entre todas as contradições e os disparates.

Bernardo Carvalho – *Nove noites*

RESUMO

VIVANCO, K.C. **Orações relativas em karitiana: um estudo experimental**. 2014. 118f – Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Essa dissertação pretende esclarecer o estatuto das orações relativas do karitiana (tupi-Arikém). Orações relativas podem ser classificadas como relativas de núcleo externo (RNE) e de núcleo interno (RNI), sendo o principal critério de diferenciação a posição do núcleo em relação à relativa: relativas com o núcleo adjacente à oração subordinada são classificadas como RNEs, enquanto aquelas com o núcleo interno à subordinada são RNIs (DE VRIES, 2006, CULY, 1990). Outro critério utilizado é a marcação de caso: se o núcleo estiver marcado com o caso exigido pelo verbo da matriz, a relativa será uma RNE; se for aquele exigido pelo verbo da relativa, ela será uma RNI (COLE, 1987). Dentro desse quadro, as orações do karitiana são difíceis de classificar: por um lado, o núcleo aparece sempre deslocado para a periferia esquerda (STORTO, 1999), algo característico de RNEs; por outro, a marcação de caso no núcleo segue o padrão de RNIs. À luz do trabalho de Basilico (1996), hipotetizamos que as relativas do karitiana seriam RNIs com frontalização opcional do núcleo. Se for o caso, é esperado que relativas com núcleos não frontalizados sejam permitidas. Montamos então um experimento para verificar se as relativas poderiam ter seus núcleos não frontalizados e testamos 14 falantes com uma metodologia de produção elicitada. Os resultados mostram que, embora haja uma tendência pela frontalização, núcleos não frontalizados são permitidos na língua, pois há casos de relativas de sujeito com a ordem OSV e de relativas de objeto SOTiV, OSV e SOV. Também foram produzidas relativas de objeto sem o morfema de foco do objeto {-ti}, indicando que ele não é imprescindível para a relativização. Esse quadro aproxima nossas relativas das RNIs, pois RNEs não podem ter núcleos em outras posições além da periferia da oração relativa. Também analisamos propostas de análise sintática para as diversas ordens de palavras coletadas em nosso experimento. Vemos que aquelas que assumem algum tipo de deslocamento do núcleo para Spec de uma projeção de periferia – seja CP ou AspP – incorrem em diversos problemas, como a impossibilidade de derivar relativas de objeto SOTiV e a incapacidade de excluir estruturas agramaticais com advérbios. Assim, propomos que a frontalização do núcleo é uma adjunção a AspP. Dados de orações relativas com advérbios nos levam ainda a postular que, em relativas de objeto, a frontalização do núcleo ocorre em duas etapas: primeiro um movimento para Spec, vP e, em seguida, a frontalização para uma posição de adjunto de AspP. Essa primeira etapa do movimento seria marcada pela presença de {ti-} em v e estaria na base do sincretismo desse morfema, que também está presente em perguntas qu- de objeto e em construções de foco do objeto. Por fim, oferecemos ainda uma análise da correlação entre a presença do morfema {ti-} e a frontalização do objeto a partir do modelo de fases de Chomsky (2000, 2001), admitindo que o movimento do objeto para a borda do sintagma verbal seria uma operação sintática imprescindível para a subsequente frontalização do objeto.

Palavras-chave: orações relativas, karitiana, relativas de núcleo interno

ABSTRACT

VIVANCO, K.C. **Orações relativas em karitiana: um estudo experimental.** 2014. 118pp. – Thesis (Master's Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This dissertation aims to clarify the status of relative clauses in Karitiana (Tupi-Arikém). Relative clauses are traditionally classified as externally (EHRC) or internally-headed (IHRC) and the main criterion for their differentiation is the head's position: EHRCs have their heads adjacent to the relative clause itself, whereas IHRCs have internal heads (DE VRIES, 2006, CULY, 1990). Another criterion is case-marking: if the head is marked with the case demanded by the matrix verb, the relative is an EHRC; if it is the one demanded by the embedded verb, it will be an IHRC (COLE, 1987). Within this framework, karitiana relative clauses are hard to classify: on one hand, the head always appears fronted to the left periphery (STORTO, 1999), which resembles the pattern found in EHRCs; on the other hand, the case-marking on the head is similar to IHRCs. In the light of Basilico's (1996) work, one can hypothesize that karitiana relative clauses are IHRCs with optional head frontalization. In this case, it is expected that relatives with non-fronted heads will be allowed in the language. An experiment was designed in order to verify if karitiana relatives could have non-fronted heads and 14 speakers were tested with an elicited production methodology. The results show that, although there is a preference for frontalization, non-fronted heads are possible in the language, since subject relatives OSV and object relatives SOtiV, OSV and SOV were produced. There are also cases of object relatives without the object focus morpheme {ti-}, indicating that it is not indispensable in relative clause formation. These results bring karitiana relatives closer to IHRCs, because EHRCs cannot have their heads in any other positions than in the periphery of the clause. We also discuss some syntactic proposals for the word orders found in our experiment, claiming that those which assume head dislocation to Spec CP and AspP face some problems, such as the derivation of SOtiV object relatives and ungrammatical structures with adverbs. Therefore, our proposal is that the frontalization of the head is an adjunction to AspP. Paradigms of relative clauses with adverbs also show that, in object relatives, the frontalization of the head occurs in two steps: first the head moves to Spec, ν P and then it is further fronted to the position of adjunct of Spec, AspP. The first step is marked with {ti-} on ν and it underlies the syncretism of this morpheme, which is also present in object wh- questions and object focus constructions. Finally, the correlation between {ti-} and the frontalization of the head is analyzed within the phase theory framework (CHOMSKY, 2000, 2001) and it is assumed that object movement to ν P's edge is a syntactic requirement for further frontalization.

Keywords: karitiana, relative clauses, internally-headed relative clause

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escala referente ao grau de controle em eliciações e experimentações	32
Figura 2 - Contexto propício para relativa de sujeito	37
Figura 3 - Contexto propício para relativa de objeto	37
Figura 4 - Disposição das figuras na primeira etapa.....	38
Figura 5 - Disposição das figuras na segunda etapa	38
Figura 6 - Disposição das figuras na terceira etapa	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das ordens em relativas de sujeito.....	46
Gráfico 2 – Distribuição das ordens em relativas de objeto	48
Gráfico 3 – Frontalização do núcleo em relativas de objeto.....	49
Gráfico 4 – Emprego do morfema de CFO em relativas de objeto	50
Gráfico 5 – Resultado das correções em relativas de objeto originalmente OSV	94
Gráfico 6 – Resultado das correções em relativas de objeto originalmente SOV	95
Gráfico 7 – Resultado de todas as correções de relativas de objeto	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ordens (não) atestadas em relativas de sujeito na literatura	45
Tabela 2 – Ordens (não) atestadas em relativas de objeto na literatura	47
Tabela 3 - Correlação entre frontalização do núcleo e presença de morfema de CFO... ..	50
Tabela 4 - Propriedades lexicais de verbos intransitivos com argumento oblíquo	85
Tabela 5 - Porcentagem de relativas de sujeito julgadas como verdadeiras	90
Tabela 6 - Porcentagem de relativas de objeto julgadas como verdadeiras	90
Tabela 7 - Perfil sociogeográfico dos sujeitos	98
Tabela 8 - Protocolo do experimento para relativas de sujeito	99
Tabela 9 - Relativas de sujeito produzidas por A	100
Tabela 10 - Relativas de sujeito produzidas por B	101
Tabela 11 - Relativas de sujeito produzidas por E	101
Tabela 12 - Relativas de sujeito produzidas por D	101
Tabela 13 - Relativas de sujeito produzidas por H	102
Tabela 14 - Relativas de sujeito produzidas por C	102
Tabela 15 - Relativas de sujeito produzidas por I	102
Tabela 16 - Relativas de sujeito produzidas por K	103
Tabela 17 - Relativas de sujeito produzidas por J	103
Tabela 18 - Relativas de sujeito produzidas por N	103
Tabela 19 - Relativas de sujeito produzidas por M	104
Tabela 20 - Relativas de sujeito produzidas por L	104
Tabela 21 - Relativas de sujeito produzidas por R	104
Tabela 22 - Relativas de sujeito produzidas por S	104
Tabela 23 - Relativas de sujeito com a ordem SOV	105
Tabela 24 - Relativas de sujeito com a ordem OSV	107
Tabela 25 - Protocolo do experimento para relativas de objeto	108
Tabela 26 - Relativas de objeto produzidas por A	109
Tabela 27 - Relativas de objeto produzidas por B	110
Tabela 28 - Relativas de objeto produzidas por E	110
Tabela 29 - Relativas de objeto produzidas por D	110
Tabela 30 - Relativas de objeto produzidas por H	111
Tabela 31 - Relativas de objeto produzidas por C	111
Tabela 32 - Relativas de objeto produzidas por I	111
Tabela 33 - Relativas de objeto produzidas por K	112
Tabela 34 - Relativas de objeto produzidas por J	112
Tabela 35 - Relativas de objeto produzidas por N	113
Tabela 36 - Relativas de objeto produzidas por M	113
Tabela 37 - Relativas de objeto produzidas por L	114
Tabela 38 - Relativas de objeto produzidas por R	114
Tabela 39 - Relativas de objeto produzidas por S	115
Tabela 40 - Relativas de objeto com a ordem OStiV	115
Tabela 41 - Relativas de objeto com a ordem SOTiV	116
Tabela 42 - Relativas de objeto com a ordem SOV	117
Tabela 43 - Relativas de objeto com a ordem OSV	117
 Tabela I - Relativas de sujeito produzidas de acordo com o sujeito	 46
Tabela II - Relativas de objeto produzidas de acordo com o sujeito	48
Tabela III - Correções em relativas de objeto OSV de acordo com o sujeito	94
Tabela IV - Correções em relativas de objeto SOV de acordo com o sujeito	95

LISTA DE ABREVIACÕES

<v.e.>	vogal epentética
<v.t.>	vogal temática
1	marca de concordância de 1ª pessoa
1s	pronome livre de 1ª pessoa singular
2	marca de concordância de 2ª pessoa
2s	pronome livre de 2ª pessoa singular
3	marca de concordância de 3ª pessoa
3s	pronome livre de 3ª pessoa singular
AdvOSV	ordem Advérbio-Objeto-Sujeito-Verbo
ASS	modo assertivo
CAUS	causativizador
CFO	construção de foco do objeto
CON.ABS.	concordância absoluta de cópula
DECL	modo declarativo
FEM	feminino
FUT	futuro
INT.COP	cópula interrogativa
MASC	masculino
<i>n</i>	número de ocorrências
NFUT	não futuro
NP	sintagma nominal
NP _{SUJ}	sintagma nominal na posição de sujeito
O	objeto
OAdvStiV	ordem Objeto-Advérbio-Sujeito-Verbo com morfema de CFO
OAdvSV	ordem Objeto-Advérbio-Sujeito-Verbo
OSAdvtiV	ordem Objeto- Sujeito-Advérbio-Verbo com morfema de CFO
OBL	oblíquo
OS(ti)V	ordem Objeto-Sujeito-Verbo com ou sem o morfema de CFO
OStiV	ordem Objeto-Sujeito-Verbo com morfema de CFO
OSV	ordem Objeto-Sujeito-Verbo sem morfema de CFO
<i>p</i>	valor de significância estatística
PAR	particípio
PB	português brasileiro
PERF	morfema aspectual perfectivo
POSP	posposição
QU	elemento qu-
RNE	relativa de núcleo externo
RNI	relativa de núcleo interno
S	sujeito
SO(ti)V	ordem Sujeito-Objeto-Verbo com ou sem o morfema de CFO
SOAdvtiV	ordem Sujeito-Objeto-Advérbio -Verbo com morfema de CFO
SOTiV	ordem Sujeito-Objeto-Verbo com morfema de CFO
SOV	ordem Sujeito-Objeto-Verbo sem morfema de CFO
V	verbo
V _{INTR}	verbo intransitivo
V _{TR}	verbo transitivo
ADV	adverbializador

SUMÁRIO

ORTOGRAFIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	1
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	2
1.1 O PROBLEMA DA RELATIVIZAÇÃO	2
1.2 TIPOLOGIA E ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS.....	4
1.2.1 Tipologia das orações relativas	4
1.2.2 Análise das orações relativas.....	5
1.3 ORAÇÕES RELATIVAS DO KARITIANA	11
1.3.1 Aspectos da gramática do karitiana.....	11
1.3.2 Orações relativas do karitiana	14
1.3.3 RNIs com núcleo frontalizado.....	17
1.4 HIPÓTESE E OBJETIVOS	22
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA E RESULTADOS	25
2.1 SOBRE O USO DE EXPERIMENTAÇÃO	25
2.1.1 Justificativa para o uso de dados não espontâneos	26
2.1.2 Elicitação e experimentação	27
2.1.2.1 Elicitação.....	28
2.1.2.2 Experimentação.....	30
2.1.2.3 Fronteiras entre elicitação e experimentação	32
2.1.3 Justificativa para o uso de experimentação	33
2.2 <i>DESIGN</i> DO EXPERIMENTO E RESULTADOS.....	34
2.2.1 Metodologia	35
2.2.2 Sujeitos.....	42
2.2.3 Resultados e discussão	42
2.2.3.1 Critérios de descarte	42
2.2.3.2 Resultados	44
2.2.3.3 Ordens de palavras infrequentes como erros de fala	51
2.2.4 Conclusão	55
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE	56
3.1 RNE OU RNI?	56
3.1.1 Movimento do núcleo para Spec, CP	57
3.1.2 Movimento do núcleo para Spec, AspP	58
3.1.3 Conclusão	62
3.2 ANÁLISE SINTÁTICA.....	62
3.2.1 Relativas de sujeito.....	63
3.2.2 Relativas de objeto	65
3.2.3 O morfema {ti-}	70
3.2.4 Conclusão e questões adicionais	73
3.3 RESUMO DA DISSERTAÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE – EXPERIMENTOS 2 E 3	83
ANEXOS	98
Anexo A: Características sociogeográficas dos sujeitos	98
Anexo B: Protocolo e dados do experimento	99

ORTOGRAFIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Nosso trabalho se valerá de dados coletados em trabalhos de campo realizados no período de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2014. Também faremos uso de outras fontes de dados para complementar nossa descrição e de trabalhos sobre outras línguas para enriquecer nossa discussão teórico-tipológica.

Os dados de outras línguas além do karitiana serão apresentados da seguinte forma:

(número)	Descrição do dado - língua	
	dado com segmentação morfológica	
	glosas	
	tradução	(FONTE)

Nesses casos, manteremos as glosas originais fornecidas pelos autores.

Os dados de karitiana serão apresentados de forma semelhante, com a diferença de que não haverá indicação da língua ao lado da descrição. No caso de ser proveniente de uma situação experimental, será indicado entre parênteses o falante que o produziu e o contexto em que foi enunciado (segundo a numeração do Anexo B):

(número)	Descrição do dado (falante X no contexto Y)	
	dado com segmentação morfológica	
	glosas	
	tradução	(FONTE)

Os dados do karitiana foram transcritos seguindo a convenção ortográfica proposta em Storto (1996), que conta com ampla aceitação dos professores da escola karitiana, falantes da língua. Preferimos empregá-la no lugar de uma transcrição fonética para que o presente trabalho se torne palatável para os próprios falantes, pois, além de sua relevância teórica, nosso trabalho também se configura como um veículo de preservação da língua.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA DA RELATIVIZAÇÃO

A questão da subordinação é um tema de pesquisa profícuo nos estudos de gramática gerativa. Dentre os diversos tipos de orações subordinadas, as relativas têm recebido atenção especial na literatura em grande parte por aquilo que De Vries (2002) chama de **o problema do pivô**: nestas construções, há um elemento (chamado núcleo da relativa) que estabelece relações tanto na oração matriz quanto na subordinada. Em (1), por exemplo, o núcleo ‘menina’ é concomitantemente o objeto do verbo na matriz e o sujeito do verbo da encaixada, enquanto o núcleo ‘cachorro’ em (2) é simultaneamente o objeto do verbo encaixado e o sujeito do verbo da matriz. Usualmente, chamamos de orações relativas de sujeito aquelas cujo núcleo é o sujeito do verbo encaixado (como (1)) e de objeto as que têm o objeto da encaixada como elemento relativizado (exemplo (2)).

(1) **Relativa de sujeito – Português Brasileiro**

Eu gosto da [**menina** que regou as flores].

(2) **Relativa de objeto – Português Brasileiro**

[O **cachorro** que meu irmão comprou] me mordeu.

Um dos problemas que essas construções colocam para os estudos formais é como representar em suas estruturas as relações que o núcleo estabelece com elementos da oração matriz e da subordinada. Como veremos mais à frente, a literatura vem propondo diversas soluções para lidar com o problema da relativização.

O estudo das línguas não indoeuropeias é de vital importância nessa empreitada, uma vez que a descoberta de novas estruturas tem muito a contribuir para a construção de uma gramática universal. Neste trabalho, discutiremos um tipo de construção que recebeu atenção em estudos recentes sobre relativização em línguas não indoeuropeias: as **relativas de núcleo interno**.

Nosso trabalho pretende esclarecer um ponto problemático na descrição das orações relativas da língua karitiana. Na literatura sobre a língua, assumiu-se que as relativas do karitiana são de núcleo interno por conta do padrão da marcação de caso no

núcleo. Contudo, elas apresentam operações não características dessas construções, como o movimento do núcleo para a periferia esquerda. A partir de descrições de línguas norte-americanas, vamos trabalhar com a hipótese de que as relativas do karitiana são realmente de núcleo interno, mas que podem ter um deslocamento opcional do núcleo em situações ambíguas. Nesse caso, relativas com o núcleo não movido deveriam ser possíveis em contextos não ambíguos.

Controlando os contextos de enunciação em uma situação experimental, veremos que os falantes de fato produzem relativas com o núcleo não frontalizado (a saber, relativas de sujeito com a ordem OSV e relativas de objeto SOtiV e SOV), confirmando seu *status* como relativa de núcleo interno. Como diversas ordens de constituintes com o núcleo frontalizado e não frontalizado seriam então possíveis em karitiana, proporemos estruturas sintáticas para as construções relativas em que (1) o movimento do núcleo para a periferia esquerda é uma adjunção e (2) a frontalização do núcleo em relativas de objeto tem de ocorrer em duas etapas.

É preciso destacar que essa pesquisa pretende aliar teoria e descrição linguística, trazendo importantes contribuições para as duas áreas. Dessa forma, mostramos também que um trabalho teórico não precisa estar dissociado da descrição de uma determinada língua e que ambas tarefas são complementares em uma investigação linguística. Além disso, salientamos a contribuição metodológica desse trabalho, pois coletamos dados de uma língua indígena através de testes experimentais. Como veremos no capítulo 2, a experimentação é uma prática recente na área de línguas indígenas; assim, esperamos que esse trabalho possa incentivar novos estudos nessa linha.

No presente capítulo, apresentaremos primeiramente a tipologia das orações relativas, dando especial ênfase na dicotomia **relativa de núcleo externo** e **relativa de núcleo interno**. Em seguida, discutiremos duas grandes teorias sobre relativização e argumentaremos que apenas uma delas, a teoria de *raising*, é adequada para explicar a derivação dessas duas classes de relativas. Depois, apresentaremos algumas características da gramática do karitiana pertinentes para esse trabalho e, a seguir, discutiremos a derivação das orações relativas nessa língua. Veremos que elas apresentam características de relativas de núcleo externo (movimento do núcleo) e de núcleo interno (o padrão de marcação de caso no núcleo), o que dificulta sua classificação. Contudo, mostraremos dados de línguas norte-americanas com essa mesma peculiaridade e discutiremos os argumentos a favor de uma análise como relativas de núcleo interno com movimento opcional do NP relativizado. Finalmente, apresentaremos

nossa hipótese de que as relativas do karitiana são similares às relativas dessas línguas e discutiremos formas de testá-la.

1.2 TIPOLOGIA E ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS

1.2.1 TIPOLOGIA DAS ORAÇÕES RELATIVAS

As orações relativas podem ser classificadas de diversas maneiras (DE VRIES, 2002). Neste trabalho, ocupar-nos-emos apenas de um dentre os diversos critérios de classificação: a **posição do núcleo em relação à oração encaixada**.

Tradicionalmente, esse critério distingue duas categorias: as chamadas relativas de núcleo externo (doravante RNE) e as relativas de núcleo interno (RNI).¹ As RNEs foram comparativamente mais estudadas, pois são construções amplamente presentes em línguas indoeuropeias como o inglês, o alemão, o português, etc. Nelas, o núcleo (destacado em negrito) aparece adjacente à oração relativa propriamente dita, precedendo-a como em (3) e (4) ou sucedendo-a, como em (5):

(3) RNE - inglês

*I saw the **soldiers** [who lost the war].*

(4) RNE - alemão

*Ich fürchte den **Herrn**, [der eine Pistole trägt.]*
1s temer(1s+PRES) det senhor(ACUS) PRON.REL DET pistola carregar(3s+PRES)
“Eu temo o senhor que carrega uma pistola.” (DE VRIES, 2002)

(5) RNE - ancash quechua

*[nuna ranti-shqa-n] **bestya** alli bestya- m ka-rqo-n*
homem comprar-PERFEITO-3 cavalo(NOM) bom cavalo-EVIDENCIAL ser-PASSADO-3
“O cavalo que o homem comprou era um bom cavalo.” (COLE, 1987)

As RNIs têm o núcleo interno à oração relativa (CULY, 1990). Em geral, o núcleo das RNIs aparece *in situ*, ou seja, na posição original dentro da oração subordinada:²

¹Autores como De Vries (2002) empregam também a terminologia **adnominal** para RNEs e **circumnominal** para RNIs.

²As RNIs parecem ser estruturas nominalizadas em muitas línguas, pois elas frequentemente apresentam morfemas nominais como determinantes, morfemas de caso, morfemas de número, etc. (COLE, 1987; CULY, 1990). Na realidade, essa parece ser a condição básica para a existência dessa construção nas línguas do mundo: segundo Culy (1990), RNIs são apenas possíveis em línguas com alto grau de nominalização, *i.e.*, aquelas nas quais sentenças subordinadas na posição de complemento de discurso

(6) **RNI - ancash quechua (compare com (5))**

[*nuna bestya-ta ranti-shqa-n*] *alli bestya-m ka-rqo-n*
homem cavalo-ACUS comprar-PERFEITO-3 bom cavalo-EVIDENCIAL ser-PASSADO-3
“O cavalo que o homem comprou era um bom cavalo.” (COLE, 1987)

(7) **RNI - lakhotá**

[*NPi[S Mary [owĩža wq]i kağe] ki] he ophewathu*
[*NPi[S Mary [quilt um] fazer] o] Dem Eu-comprar*
“Eu comprei o *quilt* que Mary fez.” (WILLIAMSON, 1987: 171)

Apesar da posição do núcleo ser o critério tradicional para se distinguir RNEs de RNIs, outros fenômenos também têm sido empregados para diagnosticar se o núcleo é interno ou externo. Cole (1987), por exemplo, cita a marcação de caso como um fator diferencial nas RNEs e RNIs de ancash quechua: a RNE em (5) tem seu núcleo *bestya*, ‘cavalo’, marcado pela flexão de caso nominativo exigido pelo verbo da oração matriz (o mesmo padrão pode ser visto na relativa do alemão em (4)); já o núcleo da RNI em (6) aparece com o caso acusativo demandado pelo verbo ‘comprar’ dentro da subordinada.³

O comportamento de RNIs e RNEs nos leva a pensar como seriam suas estruturas sintáticas. É desejável um maior grau de similaridade entre ambas as derivações, pois a neutralização das especificidades é um ganho teórico do ponto de vista da aquisição da linguagem. Na próxima seção, examinaremos duas grandes vertentes teóricas sobre a relativização e discutiremos como elas derivam esses dois tipos de construções.

1.2.2 ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS

Por ser um tema de grande complexidade, diversas propostas surgiram dentro do paradigma gerativista para as orações relativas. Podemos delinear duas grandes vertentes no estudo dessas construções: a análise tradicional e a análise de *raising*⁴.

A análise tradicional foi o paradigma vigente antes dos anos 90 e, em geral, seu principal objeto de análise eram RNEs, construções amplamente presentes nas línguas indoeuropeias. Em sua versão mais difundida, a oração relativa é um adjunto do NP relativizado (CHOMSKY, 1977). Desde o trabalho de Chomsky (1977), admitiu-se que

indireto (perguntas indiretas, complementos dos verbos ‘dizer’, ‘acreditar’, etc.) e complementos factivos (‘o fato de que’, ‘a ideia de que’, etc.) também seriam nominalizadas.

³Bodomo & Hiraiwa (2010) empregam ainda outros critérios para classificar as relativas do dagaare, como a relativização de PPs e coordenação de genitivos.

⁴Alguns autores denominam também a análise de *raising* como teoria da promoção (SCHACHTER, 1973).

essa construção envolveria movimento A', uma vez que ela é sensível às mesmas restrições que construções *qu-*. Como o núcleo é externo à oração relativa, considerava-se que a relativização envolvia movimento do pronome relativo ou de operador nulo (em relativas encabeçadas por *that* no inglês) para Spec, CP.

(8) **Estrutura com pronome relativo no modelo tradicional**

a. *I saw the **soldiers** [who lost the war].*

(9) **Estrutura com *that* no modelo tradicional**

a. *I saw the **soldiers** [that lost the war].*

A existência de RNIs é um problema para a análise tradicional: não é óbvio como as estruturas (8b) e (9b) poderiam ser estendidas a RNIs, pois nelas o núcleo aparece “circundado” pela oração relativa. Aparentemente, não há nessas construções um núcleo externo ao qual a oração relativa poderia estar adjungido:

(10) **RNI - ancash quechua (= (6))**

[*nuna bestya-ta ranti-shqa-n*] *alli bestya-m* *ka-rqo-n*
homem cavalo-ACUS comprar-PERFEITO-3 bom cavalo-EVIDENCIAL ser-PASSADO-3
“O cavalo que o homem comprou era um bom cavalo.” (COLE, 1987)

(11) **RNI - lakhota (= (7))**

[_{NPi}[_S Mary [*owįža wa*]_i *kağe*] *ki*] *he ophewathu*
[_{NPi}[_S Mary [*quilt* um] fazer] o] DEM eu-comprar
‘Eu comprei o *quilt* que Mary fez.’ (WILLIAMSON, 1987: 171)

Como na derivação em (8b) e (9b) o núcleo é externo ao CP, a análise tradicional tem dificuldades em acomodar relativas sem frontalização.

Alguns autores como Cole (1987) e Williamson (1987) propuseram algumas modificações na análise tradicional com o intuito de acomodar as relativas de núcleo interno. O cerne dessas propostas estariam em uma espécie de núcleo vazio em estrutura D/S para o qual o núcleo se moveria em LF (as estruturas abaixo seriam de relativas prenominais, *i.e.*, relativas nas quais a oração encaixada precede o núcleo):

(12) **Estrutura de Cole (1987) [adaptada]**

a. **Estrutura D/S**

b. **Estrutura em LF**

Dessa forma, a análise tradicional da relativização seria mantida com a vantagem adicional de que RNEs e RNIs seriam bastante parecidas em LF. Contudo, essas propostas seriam incompatíveis com certas assunções correntes sobre o funcionamento da gramática: o elemento nulo na posição de núcleo externo em (12a) violaria a Condição de

Inclusividade (CHOMSKY, 1995: 225), segundo a qual as estruturas sintáticas enviadas às interfaces deveriam ser construídas a partir dos traços dos itens lexicais presentes na numeração. Como esse elemento não tem nenhum conteúdo lexical (na realidade, ele serviria apenas para “guardar lugar” para o movimento do núcleo em LF), sua postulação estaria em desacordo com a Condição de Inclusividade.

Além disso, há diversos argumentos empíricos mostrando que a derivação em (8b) e (9b) não está correta mesmo para as RNEs. Paradigmas com expressões idiomáticas e pronomes/anáforas mostram que o núcleo da relativa está na realidade sendo gerado dentro da oração subordinada (BRAME, ms. *apud* SCHACHTER, 1974):

(13) **Relativização e expressões idiomáticas**

- a. *We made headway.*
- b. **(The) headway was satisfactory.*
- c. *The headway that we made was satisfactory.*

(14) **Relativização e Teoria da Ligação – Princípio A**

- a. *John painted a flattering portrait of himself.*
- b. **Himself painted a flattering portrait of John.*
- c. *The portrait of himself that John painted is extremely flattering.*

(15) **Relativização e Teoria da Ligação – Princípio C**

- a. **He_i thinks that Mary has an unfavorable opinion of John_i.*
- b. **The opinion of John_i that he_i thinks that Mary has is unfavorable.*

Examinemos primeiramente o paradigma em (13). Os dados em (13a) e (13b) nos mostram que *headway* precisa ocupar a posição de objeto do verbo *make* na expressão idiomática *make the headway*. Contudo, esse NP é o núcleo da relativa em (13c) e, numa estrutura como (9b), ele não estaria na posição de objeto de *make* em nenhum ponto da derivação. Assim, essa sentença deveria ser agramatical caso a análise tradicional estivesse correta.

No paradigma em (14), vemos em (14a) e (14b) que a anáfora *himself* precisa estar numa posição c-comandada por seu antecedente *John*. Caso a estrutura de uma relativa fosse de fato (9b), a sentença em (14c) deveria ser agramatical, pois o núcleo *the portrait of himself* não seria gerado numa posição c-comandada por *John*. Já a sentença (15a) nos mostra que *John* não pode estar ligado ao pronome *he*; curiosamente, este é o

mesmo padrão que emerge na oração relativa em (15b), indicando que o NP *the opinion of John* foi gerado em uma posição c-comandada pelo pronome *he* dentro da encaixada.

Tendo em vista todas as evidências e os argumentos discutidos acima, optamos por não embasar nosso trabalho na análise tradicional sobre a relativização. Alternativamente, vamos explorar a chamada análise de alçamento (SCHACHTER, 1973; KAYNE, 1994), que propõe que o núcleo das RNEs é gerado dentro da própria oração relativa.⁵ A análise de alçamento popularizou-se a partir do trabalho de Kayne (1994) e, desde então, tem sido levada a cabo por autores como Bianchi (1999) e De Vries (2002).

Em sua versão mais difundida, o núcleo é gerado dentro do VP da oração encaixada, movendo-se posteriormente para Spec, CP para checar um traço qu- (KAYNE, 1994). Esse núcleo estaria dentro do DP_{rel}, uma projeção nucleada pelo pronome relativo (o D_{rel}), e se moveria para Spec, DP_{rel} para checar traços-φ (DE VRIES, 2001).

(16) Estrutura na análise de *raising*

a. *I saw the [soldiers who lost the war].*

⁵Há ainda propostas híbridas, como a de Bhatt (2002), que mesclam aspectos da análise tradicional e de alçamento. Para o autor, o núcleo é gerado dentro da oração encaixada e se move para Spec, CP, operações essas propostas pela análise de alçamento. Porém, o elemento relativizado se move ainda para uma posição externa à relativa, concatenando-se ao CP relativo. Esse movimento lembra a configuração de adjunção proposta pela análise tradicional:

- ii. a. The book which John likes.
b. [DP the [NP [NP book_i] [CP [which t_i]_j [C' C_[+rel] [IP John likes t_j]]]]]

Autores como Bianchi (1999) e De Vries (2002) apontam a existência de RNIs como um fator determinante para a adoção da análise de alçamento:

Evidência decisiva para a análise de alçamento pode novamente vir da construção relativa circumnominal [= RNI]. Na realidade, ela apresenta o equivalente aberto do que se propõe como a estrutura de seleção para *e.g.* a relativa posnominal [= RNE] no inglês, *i.e.*, a estrutura *antes* do alçamento. (tradução nossa, DE VRIES, 2002: 77)⁶

Ao contrário da análise tradicional, a análise de alçamento acomoda sem dificuldade o fato de que o núcleo aparece *in situ*, pois, de acordo com ela, o núcleo é **de fato** gerado nesta posição:

(17) a. **RNI – ancash quechua**

[*nuna bestya-ta ranti-shqa-n*] *alli bestya-m* *ka-rqo-n*
homem cavalo-ACUS comprar-PERFEITO-3 bom cavalo-EVIDENCIAL ser-PASSADO-3
“O cavalo que o homem comprou era um bom cavalo.”
(COLE, 1987)

b. **Exemplo de derivação de RNI – Ancash Quechua**

Como a teoria de *raising* consegue derivar concomitantemente RNEs e RNIs, esse será o arcabouço teórico que embasará nosso trabalho. Em geral, nos valeremos de sua versão mais corrente, que postula movimento do núcleo para Spec, CP. Porém,

⁶“Decisive evidence for the raising analysis may again come from the circumnominal relative construction. In fact it displays the overt equivalent of what is proposed to be the selection structure for *e.g.* the English postnominal one, *i.e.* the structure before raising.” (DE VRIES, 2002: 77)

discutiremos no último capítulo versões alternativas dessa teoria, que assumem movimento do núcleo para Spec de outra projeção de periferia.

1.3 ORAÇÕES RELATIVAS DO KARITIANA

1.3.1 ASPECTOS DA GRAMÁTICA DO KARITIANA

Karitiana é uma língua tupi da família Arikém (RODRIGUES, 2002), falada por cerca de 320 pessoas pertencentes à etnia de mesmo nome (STORTO & VANDER VELDEN, 2005). Grande parte dos falantes reside em uma área indígena homologada e localizada no município de Porto Velho, Rondônia.

Landin (1984) foi o primeiro a classificar a língua como ergativo-absolutiva, observação refinada por Storto (1999) ao identificar que a marcação de caso se reflete na morfologia de concordância:

(18) Sentença transitiva

<i>Yn a-ta-oky-j</i>	<i>an</i>
1s 2s-DECL-matar/machucar-FUT	2s
‘Eu vou te machucar.’	

(STORTO, 1999:157)

(19) Sentença intransitiva

<i>Aj-taka-tar-i</i>	<i>ajxa</i>
2-DECL-ir-FUT	2p
“Vocês irão.”	

(STORTO, 1999:157)

Karitiana não possui caso morfológico para elementos ergativos e absolutivos, mas, como se percebe nos exemplos (18) e (19), a concordância verbal é realizada com o argumento absoluto (*i.e.*, o objeto de um verbo transitivo e o sujeito de um intransitivo).

Landin (1984) considera SVO como a ordenação básica de constituintes na língua, embora outras ordens também sejam atestadas (LANDIN, 1982; LANDIN, 1984). Storto (1999) observa que orações matrizes e subordinadas estão em distribuição complementar na língua com relação à ordem de constituintes: as primeiras possuem necessariamente o verbo na primeira ou segunda posição (são possíveis, portanto, as ordens VSO, VOS, SVO e OVS) enquanto subordinadas são sempre verbo-finais (SOV ou OSV). Há também diferenças com relação à morfologia verbal: nas orações matrizes, o verbo

apresenta morfemas de concordância, modo e tempo, além de morfemas aspectuais; nas subordinadas, ele aparece nu e morfemas auxiliares aspectuais podem estar presentes:

(20) **Oração matriz (verbo com morfologia flexional)**

Taso Ø-na-oky-t boroja
homem 3-DECL-matar-NFUT cobra
“O homem matou a cobra.”

(STORTO, 1999: 160)

(21) **Oração subordinada (verbo sem morfologia flexional)**

[Boroja taso oky tykiri] Ø-naka-hyryp- Ø ãwã
cobra homem matar PERF 3-DECL-chorar-NFUT criança
“Quando o homem matou a cobra, a criança chorou.”

(STORTO, 1999: 160)

A autora diz que essa divergência é uma instância do efeito V2 na língua: nas orações matrizes, o verbo se move para C para adquirir morfologia flexional, o que originaria as ordens verbo-iniciais e V2 (neste caso, um NP é movido para Spec, CP).

A ausência de complementizadores parece nos indicar que o nível CP não é projetado em subordinadas.⁷ Assim, o verbo não tem como se mover para a segunda posição nesses ambientes. Como o verbo aparece sem morfologia de concordância e tempo, faz sentido pensar que o IP projetado nas subordinadas é defeutivo. No trabalho de Storto, esse IP com algumas projeções funcionais apenas é referido como AspP:

(22) **Estrutura de uma sentença bioracional segundo Storto (1999)**

Uma vez que a ordem de constituintes na matriz é derivada através do movimento do verbo para C, a ordenação *default* da língua pode ser mais facilmente detectada em

⁷Trabalhos como Müller, Storto & Coutinho (2006), Sanchez-Mendes (2009) e Müller (2011) parecem sugerir a ausência da projeção DP também. Dada a analogia entre DPs e CPs (SZABOLCSI, 1989), é de se pensar se essas duas propriedades não poderiam estar interligadas.

orações subordinadas. Segundo Storto (1999), as orações subordinadas podem ser SOV ou OSV:

(23) **Subordinada com ordem SOV**

[*Taso boroja oky tykiri*] *Ø-naka-hyryp-Ø* *õwã*
 [homem cobra matar PERF] 3-DECL-chorar-NFUT criança
 “Quando o homem matou a cobra, a criança chorou.” (STORTO, 1999: 121)

(24) **Subordinada com ordem OSV**

[*Boroja taso oky tykiri*] *Ø-naka-hyryp-Ø* *õwã*
 [cobra homem matar PERF] 3-DECL-chorar-NFUT criança
 “Quando o homem matou a cobra, a criança chorou.” (STORTO, 1999: 121)

Segundo Everett (2006), a ordem *default* dos constituintes nas subordinadas é SOV. Tal observação se confirmou em nossas elicitacões, pois, quando pedíamos a um informante que vertesse alguma sentença encaixada para o karitiana, ele nos oferecia espontaneamente a ordem SOV:

(25) **Subordinada com ordem SOV - karitiana**

Yn Ø-na-aka-t i-so'oot-Ø [João gooj by-'a]-ty
 1s 3-DECL-ser-NFUT PAR-ver-CON.ABS. João canoa CAUS-fazer-OBL
 “Eu vi o João fazer canoa.” (Elicitação, abril de 2013)

Contudo, a espontaneidade da ordem SOV pode não ser uma indicação sólida de sua neutralidade, pois o falante poderia estar de certo modo mimetizando a ordem dos argumentos em português através de uma estratégia compatível em sua língua (a ordem SOV). No entanto, o dado abaixo nos dá evidência adicional de que a ordem *default* de constituintes é SOV: segundo o falante A, a sentença do português ‘eu vi a Karin bater no Ivan’ só pode ser vertida para o karitiana como (26a), pois a ordenação em (26b) significaria ‘eu vi o Ivan bater na Karin’:

(26) a. **Ordenação de constituintes em subordinadas**

Yn naakat iso'oot [Karin Ivan mĩ]-ty.
 1s 3-DECL-ser-NFUT PAR-ver-CON.ABS. [Karin Ivan bater]-OBL
 ‘Eu vi a Karin bater no Ivan.’

b. **Ordenação de constituintes em subordinadas**

Yn naakat iso 'oot [Ivan Karin mĩ]-ty.
 1s 3-DECL-ser-NFUT PAR-ver-CON.ABS. [Ivan Karin bater]-OBL
 ‘Eu vi o Ivan bater na Karin.’

(Elicitação, abril de 2013, falante A)

Dessa forma, podemos considerar que, para o nosso grupo de falantes, a ordem *default* de constituintes é SOV. Com relação à OSV, assumiremos que ela é uma variação no componente fonológico, que opera com um *input* SOV (cf. capítulo 3).

Apesar de subordinadas apresentarem a variação SOV-OSV, as orações relativas seriam excepcionais na medida em que teriam uma ordenação fixa de constituintes. Na próxima seção, discutiremos essa característica mais profundamente e apresentaremos o problema que as orações relativas do karitiana colocam para a tipologia dessas construções.

1.3.2 ORAÇÕES RELATIVAS DO KARITIANA

Antes de discutirmos as orações relativas propriamente ditas, é preciso pontuar uma importante característica das subordinadas da língua karitiana. Orações encaixadas na posição de complemento de verbos de percepção são ambíguas entre uma interpretação como complemento factivo (“o fato de que/ a situação que...”) e como construções relativas. O exemplo abaixo ilustra bem essa peculiaridade. Nele, o informante ofereceu duas traduções para a sentença (27): em uma delas, o sujeito viu toda a situação de bater, enquanto na outra apenas o homem foi visto:

(27) **Oração subordinada ambígua**

Yn Ø-na-aka-t i-so 'oot-Ø [taso õwa mĩ]-ty
 1s 3-DECL-ser- PAR-ver-CON.ABS. homem criança bater-OBL
 “Eu vi o homem que machucou a criança.” (oração relativa)
 “Eu vi o homem machucar a criança.” (complemento factivo)

(STORTO, 1999:133)

Essa ambiguidade emerge somente com sentenças fora de contexto e com verbos de percepção. Em outros ambientes, a interpretação pretendida da subordinada é explicitada através de informações contextuais e/ou propriedades lexicais do verbo da matriz (por exemplo, se trocássemos o verbo ‘ver’ por ‘casar’ em (27)).

Dito isso, passemos às construções relativas. Segundo Storto (1999), a ordenação dos constituintes nas orações relativas é motivada sintaticamente, sendo SOV utilizada nas relativas de sujeito e OStiV (a ordem OSV com um verbo marcado com o morfema {ti-}), nas de objeto (os núcleos estão destacados em negrito)⁸:

(28) **Ordem SOV em relativa de sujeito**

<i>Yn</i>	<i>Ø-na-aka-t</i>	<i>i-so'oot-Ø</i>	<i>[taso</i>	<i>õwa</i>	<i>mĩ]-ty</i>
1s	3-DECL-ser-NFUT	PAR-ver-CON.ABS.	homem	criança	bater-OBL

“Eu vi o homem que machucou a criança.” (STORTO, 1999:133)

(29) **Ordem OStiV em relativa de objeto**

<i>Yn</i>	<i>Ø-na-aka-t</i>	<i>i-so'oot-Ø</i>	<i>[õwa</i>	<i>taso</i>	<i>ti-mĩ]-ty</i>
1s	3-DECL-ser-NFUT	PAR-ver-CON.ABS.	criança	homem	CFO-bater-OBL

“Eu vi a criança que o homem machucou.” (STORTO, 1999:132)

Relativas de objeto envolveriam o morfema {ti-}, como se vê no verbo *mĩ* em (29). Storto (1999) afirma que esse morfema marcaria a extração do objeto para a periferia esquerda em sentenças não declarativas; contudo, sua exata formalização não é consenso na literatura da língua. Landin (1984) foi o primeiro a identificá-lo, referindo-se a ele como ‘topicalizador’. Storto (1999) o denomina morfema de construção de foco de objeto e Storto (2002) vai um pouco mais além ao referir-se a ele como marcador de voz inversa. O ponto mais problemático do morfema {ti-} é que, apesar de indicar operações que revolvem o objeto, ele aparece em três construções diferentes na língua: perguntas qu- de objeto, construções de foco de objeto e as orações relativas de objeto:

(30) **Pergunta qu- de objeto**

<i>Mora-mon</i>	<i>taso</i>	<i>ti-oky-t?</i>
QU-INT.COP.	homem	CFO.PAR-matar-CON.ABS.

“O que é que o homem matou?” (STORTO, 1999: 137)

(31) **Construção de foco não declarativo**

<i>‘Ep</i>	<i>i-ti-pasagngã-t</i>	<i>João.</i>
árvore	3-CFO-contar-NFUT	João

“Árvores, o João está contando.” (STORTO, 1999: 164)

(32) **Relativa de objeto (= (28))**

<i>Yn</i>	<i>Ø-na-aka-t</i>	<i>i-so'oot-Ø</i>	<i>[õwa</i>	<i>taso</i>	<i>ti-mĩ]-ty</i>
1s	3-DECL-ser-	PAR-ver-CON.ABS	criança	homem	CFO-bater-OBL

“Eu vi a criança que o homem machucou.” (STORTO, 1999:132)

⁸Omitimos nas subordinadas subsequentes as traduções como complemento factivo.

No capítulo 3, discutiremos mais minuciosamente o morfema {ti-} e apresentaremos nossa proposta de formalização para ele. Por ora, vamos empregar nas glosas a nomenclatura de Storto (1999) de morfema de construção de foco do objeto (CFO).

Quanto à classificação como RNE ou RNI, Storto afirma que as relativas em (28-29) podem ser consideradas RNIs por causa da marcação de caso do núcleo: o verbo *so'oot* ('ver, saber') exige que seu argumento interno esteja marcado com o morfema de oblíquo, como no exemplo abaixo:

(33) **Verbo *so'oot***

<i>Õwã</i>	<i>Ø-na-aka-t</i>	<i>i-so'oot-Ø</i>	<i>pikom-ty.</i>
criança	3-DECL-ser-NFUT	PAR-ver-CON.ABS	macaco-OBL

“A criança viu o macaco.”

(ROCHA, 2011: 80)

Nas relativas em (28) e (29), os núcleos *taso* e *õwã* não apresentam {-ty} – na realidade, toda a oração encaixada é marcada com esse morfema. Crucialmente, o verbo *mĩ* dentro da relativa é transitivo direto e seus argumentos emergem sem nenhuma morfologia:

(34) **Verbo *mĩ***

<i>Taso</i>	<i>Ø-naka-mĩ-t</i>	<i>ombaky by'edna.</i>
homem	3-DECL-bater-NFUT	cachorro

“O homem bateu no cachorro.”

(ROCHA, 2011: 212)

Assim, a configuração de marcação de caso é similar ao padrão das RNIs, pois a morfologia presente no núcleo está relacionada ao verbo dentro da relativa. Há, contudo, razões para acreditarmos que as relativas do karitiana não são RNIs tradicionais. Segundo Storto (1999), a derivação das relativas envolve a frontalização do núcleo para a periferia esquerda. Esse deslocamento do núcleo pode ser detectado em relativas de objeto através da alteração da ordem *default* de palavras. Como vimos, as subordinadas seriam SOV; assim, a ordem OStiV em relativas de objeto indicaria o deslocamento do núcleo-objeto para a periferia esquerda.

A frontalização do núcleo também pode ser evidenciada através da colocação de advérbios: em subordinadas não relativas, somente a ordem AdvOSV é lícita; nas relativas, porém, orações OAdvSV também são gramaticais:

(35) **Relativa de objeto com a ordem OAdvSV**

Y-py-so'oot-on yn [sosy mynda ajxa ti-oky]-ty
1s-ASS-ver-NFUT 1s tatu devagar 2p CFO-matar]-OBL
“Eu vi o tatu que vocês mataram devagar”

(STORTO, 1999: 130)

Uma vez que advérbios podem se adjungir à esquerda de qualquer projeção máxima da língua (STORTO, 1999), *mynda* poderia estar adjungido a VP em (35) e a ordem OAdvSV poderia ser derivada caso o núcleo se movesse para uma projeção mais alta.⁹

Em resumo, as orações relativas do karitiana exibem concomitantemente características de duas classes tipológicas distintas: por um lado, elas se assemelham a RNIs por conta da marcação de caso no núcleo e, por outro, a frontalização do núcleo é similar ao movimento para a periferia esquerda característico das RNEs. Como podemos classificá-las, então?

Para esclarecer esse ponto problemático, vamos examinar na próxima seção construções que apresentam a mesma característica híbrida das orações relativas do karitiana. Veremos que, apesar da aparente similaridade com RNEs, elas são mais adequadamente analisadas como RNIs, pois só essa classificação é compatível com certos comportamentos sintáticos dessas construções.

1.3.3 RNIs COM NÚCLEO FRONTALIZADO

Como vimos na seção anterior, as orações relativas do karitiana apresentam características de RNEs (o núcleo na periferia esquerda) e de RNIs (a marcação de caso no núcleo). Tendo em vista a discussão tipológica da seção 1.2, o comportamento das relativas do karitiana nos leva a um problema de classificação: elas seriam, na realidade, RNEs ou RNIs?

Uma saída para respondermos a essa pergunta é observar o comportamento de orações relativas em outras línguas do mundo. Em alguns trabalhos sobre relativização, apontou-se a existência de sentenças que se assemelham a RNIs, mas cujo núcleo está deslocado. É o caso de algumas línguas yuman como diegueño, cocopa (GORBET, 1976) e mojave (MUNRO, 1976).

⁹ Na análise da autora, o núcleo de uma relativa se moveria para AspP (cf. capítulo 3).

Nessas línguas, o movimento do núcleo é um mecanismo para desambiguar a oração relativa. Considere os exemplos abaixo de diegueño (GORBET, 1976). Na RNI em (36), todos os constituintes estão em sua posição original e, por conta disso, o núcleo da relativa pode ser tanto ‘pedra’ quanto ‘cachorro’ fora de contexto. No dialeto Mesa Grande, uma forma de contornar esta ambiguidade é frontalizando o núcleo: quando ‘pedra’ é deslocado da sua posição original para a periferia esquerda, a sentença só pode significar ‘a pedra com a qual eu bati no cachorro é preta’.

(36) **Relativa com núcleo *in situ* - diegueño**

[*xatkcok(-Ø)* *wi:m* *tuc*]-*pu-c* *n^yiL^y*
cachorro(-OBJ) pedra.COMIT Eu.bater-DEM-SUJ preto
‘A pedra com que eu bati no cachorro é preta.’
‘O cachorro em que eu bati com a pedra é preto.’ (GORBET, 1976: 52)

(37) **Relativa com núcleo frontalizado – Dialeto Mesa Grande de diegueño**

[‘*wil^y*’ ‘*xat(-Ø)* *n^yi+m* ‘*tu:*’]-*pu-c* *n^yiL^ycis*
pedra cachorro(-OBJ) aquilo- COMIT Eu.bati- DEM-SUJ realmente.preto
‘A pedra com que eu bati no cachorro é preta’ (GORBET, 1976:53)

O mesmo pode ser observado em outra língua yuman, mojavé. A sentença (38) apresenta a ordem *default* de constituintes e é ambígua quanto ao núcleo da relativa, que pode ser ‘garota’ ou ‘vestido’. Quando o NP *ahvay* é frontalizado, a relativa significa que o vestido, não a garota, é legal:

(38) **Relativa com núcleo *in situ* - mojavé**

[*Masahay* *ahvay* *ʔ-ay-nY-c*] *ʔahot-m*
garota vestido 1-dar-DEM-SUBJ bom-TNS
“A garota para quem eu dei o vestido é legal”
“O vestido que eu dei para a garota é legal.” (MUNRO, 1976: 198)

(39) **Relativa com o núcleo frontalizado - mojavé**

[*Ahvay* *masahay* *ʔ-ay-n^y-c*] *ʔahot-m*
vestido garota 1-dar-DEM-SUBJ bom-TNS
“O vestido que eu dei para a garota é legal.” (MUNRO, 1976: 198)

Alguns estudos também reportam outro tipo de ambiguidade em RNIs que é inibida através do movimento do núcleo: assim como acontece em karitiana, certas

subordinadas de algumas dessas línguas são ambíguas entre uma leitura como oração relativa e um complemento factivo (e.g., “o fato de que”, “a ideia de que”, etc.).¹⁰

(40) **Ambiguidade entre RNI/complemento factivo - huallaga huánuco quechua**

<i>Chawra</i>	<i>maman-shi</i>	<i>willapaq</i>	<i>wamran-ta</i>	<i>[marka-chaw</i>
então	sua:mãe-REPORT	ela:conta:ele	seu:filho-DAT	[cidade-LOC
	<i>tiya-shan-ta]</i>			
	viver-SUB-ACC]			

‘Então sua mãe contou a seu filho sobre a cidade em que ela viveu.’

‘Então sua mãe contou a seu filho que ela viveu em uma cidade.’

(WEBER, 1989 *apud* CULY, 1990: 67)

Em mòoré (niger-congo), essa mesma ambiguidade também se apresenta: em (41) temos uma relativa com o núcleo *sébr*, “livro”, *in situ*; nesse caso, a subordinada é ambígua entre uma leitura como relativa e um complemento factivo (isto é, o que foi visto foi a própria ação de mandar). Crucialmente, o deslocamento do núcleo em (42) faz com que a leitura como oração relativa seja a preferida (TELLIER, 1989, *apud* BASILICO, 1996):

¹⁰Até onde sabemos, algo do tipo nunca foi reportado em RNEs: essas construções são, invariavelmente, interpretadas como uma entidade, não como um evento. Contudo, algumas construções de gerúndio ou particípio podem apresentar essa ambiguidade (agradeço a Marcello Modesto por essa informação):

iii. **Ambiguidade com gerúndio – português brasileiro**

a.	Criança brincando na rua é muito perigoso.	(complemento factivo)
b.	As crianças brincando na rua devem voltar para casa imediatamente	(construção relativa)

iv. **Ambiguidade com particípio – português brasileiro**

a.	O bandido ter tomado um tiro foi péssimo para a imagem da polícia.	(complemento factivo)
b.	Livros publicados antes do século XIX são muito raros.	(construção relativa)

É de se investigar qual a relação dessas construções com as relativas ‘de verdade’: primeiramente o verbo nas relativas reduzidas aparece sempre em uma forma nominalizada (gerúndio ou particípio), ao contrário das relativas não reduzidas, que são finitas. Essa diferença, na realidade, aproxima as relativas reduzidas das relativas de núcleo interno: de acordo com Culy (1990), relativas de núcleo interno são necessariamente estruturas nominalizadas.

É importante pontuar que não estamos afirmando as relativas reduzidas são relativas de núcleo interno, pois isso demanda um exame mais cauteloso da estrutura dessas construções. Apenas queremos dizer que, num certo sentido, as relativas reduzidas são comparáveis às relativas de núcleo interno e, por isso, não oferecem um contra-exemplo claro à generalização de que somente relativas de núcleo interno são ambíguas entre uma leitura como evento ou entidade.

(41) **Relativa com núcleo *in situ* - mòoré**

m̃ yǎā á Màari sèn tóol kwásǎ sébr ñìngá záamé wǎ
ISG ver Mary REL mandar vendedor livro NINGA ontem DET

“Eu vi o livro que Mary mandou pro vendedor ontem”

“Eu vi o envio de algum livro por Mary para o vendedor ontem.”

(TELLIER, 1989, *apud* BASILICO, 1996: 523)

(42) **Relativa com o núcleo movido - mòoré**

m̃ yǎā á Màari sèn tóol sébr ñìngá kwásǎ záamé wǎ
ISG ver Mary REL mandar livro NINGA vendedor ontem DET

“Eu vi o livro que Mary mandou para o vendedor ontem”

(TELLIER, 1989, *apud* BASILICO, 1996: 523)

Perceba, contudo, que em (42) o núcleo *sébr* não se moveu para a periferia da subordinada, mas apenas foi deslocado da sua posição original. Logo à frente, discutiremos construções semelhantes.

Nos casos em que o núcleo se move totalmente para a periferia esquerda como (37) e (39), a questão a se considerar é qual a natureza da operação de frontalização. Logicamente, há duas opções:

- (43) a. o movimento do núcleo para a periferia esquerda da relativa nestas construções é **igual** ao movimento de núcleo em RNEs;
b. o movimento do núcleo para a periferia esquerda da relativa nestas construções é **diferente** do movimento de núcleo de RNEs.

No caso (43a), essas construções com o núcleo deslocado seriam então classificadas como RNEs e a marcação de caso (que segue o padrão de outras RNIs) teria de ser explicada por algum mecanismo *ad hoc*. Já em (43b), a oração relativa seria de fato uma RNI e, nesse caso, a frontalização do núcleo precisará ser explicada de outra forma.

Há algumas evidências que parecem favorecer a opção (43b). Primeiramente, o movimento do núcleo é opcional nessas construções, enquanto RNEs têm necessariamente o núcleo frontalizado.¹¹ Além disso, o núcleo dessas construções não

¹¹Há três línguas cujas RNIs parecem envolver movimento obrigatório do núcleo: yavapai (yuman), dagaare (niger-congo) e karitiana (tupi). O estudo sobre relativização em yavapai (KENDALL, 1974) é bastante sucinto e não nos traz dados agramaticais de relativas com o núcleo *in situ*. Desse modo, não é possível saber se o movimento é uma operação sintática imprescindível ou se é apenas uma preferência dos informantes consultados. É preciso também pontuar que yavapai é uma língua da família yuman, da qual pertencem também diegueño, cocopa e mojave. Como vimos, nessas línguas a frontalização do núcleo é opcional e a proximidade genética do yavapai a elas nos leva a questionar se essa operação não segue o mesmo padrão nessa língua. Bodomo & Hiraiwa (2010) nos trazem dados agramaticais de relativas com o núcleo *in situ* em dagaare. Desse modo, podemos dizer com certeza que o movimento do núcleo é

precisa estar obrigatoriamente na periferia esquerda em algumas línguas: é o caso da sentença (42) em mòoré e também dos dados de cocopa abaixo (GORBET, 1974):

(44) **Sentença base - cocopa**

John xu:r ya:t xat pacu:t
 John pedra cachorro bater
 ‘John bateu no cachorro com a pedra.’

(GORBET, 1974:60)

(45) **Relativa de objeto com o núcleo *in situ* - cocopa**

?*John xu:r (ya:t) xat pa:cu:s-p-t^Y u:n^YiL^Ycis*
 John pedra cachorro bater-DEM-suj preto.ENF
 ‘O cachorro em que John bateu com a pedra era preto.’

(GORBET, 1974: 60)

(46) **Relativa de objeto com o núcleo movido - cocopa**

John xat xu:r pa:cu:s-p-t^Y u:nYiLYcis
 John cachorro pedra bater-DEM-suj preto.ENF
 ‘O cachorro em que John bateu com a pedra era preto.’

(GORBET, 1974:60)

O dado (44) nos mostra uma sentença-base com a ordenação típica dos argumentos da língua. Como se pode ver em (45), o núcleo *xat* não é permitido (ou é marginal) *in situ*; ele precisa, então, deslocar-se para a esquerda. O que o dado em (46) nos mostra é que esse deslocamento ocorre para uma posição intermediária, entre os NPs *John* e *xu:r* (‘pedra’). Esse não é um movimento lícito em RNEs, pois, nessas construções, o núcleo aparece obrigatoriamente na periferia esquerda da oração relativa.

Há outro fato que parece favorecer a opção (43b): foi atestado em várias línguas que o núcleo de uma RNI precisa ser indefinido (WILLIAMSON, 1987; CULY, 1990; BASILICO, 1996). Esse comportamento pode ser observado nos dados de lakhota abaixo, no qual apenas o determinante indefinido *wa* é permitido no núcleo *owįža*:

(47) **RNI com determinante indefinido no núcleo - lakhota**

[NPi]_S Mary [owįža wa]_i kaḡe] ki] he ophewathu
[NPi]_S Mary [quilt um] fazer] o] Dem Eu.comprar
 ‘Eu comprei o *quilt* que Mary fez.’

(WILLIAMSON, 1987: 171)

obrigatório na língua. Por outro lado, não é óbvio que essas relativas sejam de fato RNIs, pois a ausência de caso morfológico na língua não permite que classifiquemos as relativas a partir da marcação de caso no núcleo. Por conta disso, o autor se vale de paradigmas intrincados de relativização de PPs e coordenação de genitivos para demonstrar que essas construções podem ser classificadas como RNIs. Além disso, muitos de seus dados envolvem pronomes resumptivos e, de acordo com De Vries (2002), esses elementos não são atestados em RNIs.

O caso do karitiana é o foco deste trabalho e, como mostraremos nos capítulos seguintes, as relativas da língua se comportam de forma similar às construções apresentadas nesta seção.

* _{[NPI]_S}	Mary	[owīža	ki] _i	kaḡe]	ki]	he	ophewathu
_{[NPI]_S}	Mary	[quilt	o]	fazer]	o]	Dem	Eu.comprar

Crucialmente, o determinante definido também não pode marcar o núcleo movido nas construções que estamos examinando. Confira o dado abaixo de Diegueño:

* <i>wi^y-pu</i>	<i>'xat(-Ø)</i>	<i>ni^yi-m</i>	<i>'tu:-pu-c</i>
*pedra+DEM	cachorro(-OBJ)	aquilo-COMIT	Eu.bater-DEM-SUJ
	<i>n^yiL^ycis</i>		
	realmente.preto		

A relativa em (49) é a semelhante a (37), com a diferença de que o núcleo *'wi'* é marcado com o determinante *pu*. A agramaticalidade dessa sentença segue o mesmo padrão de (48), mostrando que o núcleo (embora movido) respeita a restrição de indefinitude típica de RNIs.

A análise dessas construções pode iluminar o problema exposto na seção 1.3.2. Assim como as relativas das línguas yuman, podemos pensar que as orações relativas do karitiana seriam de fato RNIs, mas que a potencial ambiguidade de certas subordinadas forçaria a frontalização do núcleo de alguma forma. Assim, é plausível que a frontalização do núcleo seja uma estratégia para desambiguar a sentença quando o contexto não o faz.

Como quase todos os exemplos de construções relativas na literatura envolvem verbos de percepção (que, como visto anteriormente, induzem mais de uma interpretação da subordinada), o movimento do núcleo poderia ser derivado de uma preferência do informante por oferecer a sentença menos ambígua nas sessões de elicitación. Se for esse

22

o caso, essas supostas RNIs *strictu sensu*, cujo núcleo estaria *in situ*, só podem emergir em contextos de enunciação bastante controlados.

1.4 HIPÓTESE E OBJETIVOS

Visto que as relativas do karitiana colocam um problema tipológico-analítico para as teorias de relativização, nosso trabalho se propõe a investigar seu estatuto mais profundamente. Seguindo a argumentação de Storto (1999), nossa hipótese de trabalho é de que as relativas do karitiana são de fato RNIs. Dessa forma, o comportamento da marcação de caso no núcleo seria compatível com RNIs de outras línguas. Já a frontalização do núcleo seria um mecanismo similar àquele encontrado nas línguas yuman que descrevemos acima. Nesse caso, ela não seria uma operação obrigatória, mas um recurso que a língua emprega para tolher certas ambiguidades.

Nossa hipótese pode então ser formulada da seguinte maneira:

(50) **Hipótese de trabalho**

As relativas do karitiana são RNIs com movimento opcional do núcleo.

Se (50) estiver correta, orações relativas com o núcleo não-frontalizado serão possíveis na língua. Desse modo, a forma que utilizaremos para testar (50) é verificar se o karitiana permite relativas com o núcleo *in situ* em situações comunicativas não ambíguas.

Caso nossa hipótese se confirme, o movimento do núcleo será diferente daquele encontrado em RNEs e, portanto, exigirá uma explicação independente. Dessa forma, a próxima etapa será propor uma formalização sintática para o movimento do núcleo nestas construções.

Abaixo, resumizamos os objetivos que esta pesquisa busca contemplar:

(51) **Objetivos da pesquisa**

- (A) Verificar se o movimento do núcleo é opcional (para confirmar/recusar a hipótese de trabalho);
- (B) Se nossa hipótese estiver correta, propor uma formalização para o movimento do núcleo.

Os capítulos subsequentes desenvolverão os objetivos (51). No capítulo 2, faremos um breve comentário sobre a metodologia experimental, contrapondo-a à coleta de dados através de elicitación. Nele, argumentaremos que a experimentação é a forma mais adequada para coletarmos dados nesse estágio do conhecimento sobre as relativas do karitiana. Em seguida, esmiuçaremos o *design* do experimento de produção conduzido em nossa pesquisa para a coleta de dados e apresentaremos seus resultados. Finalmente, discutiremos no capítulo 3 qual a estrutura sintática mais adequada para derivar todas as relativas de sujeito e objeto coletadas em nosso experimento e faremos um breve comentário sobre o efeito interpretativo da variação de ordem nesses ambientes.

2 METODOLOGIA E RESULTADOS

Esse capítulo é dedicado à discussão e apresentação da metodologia empregada na coleta de dados e de seus resultados. Ele está dividido em duas partes: na seção 2.1, discutiremos as razões pelas quais optamos pela experimentação e, na seção 2.2, esmiuçaremos a metodologia do experimento, apresentando em seguida os resultados da coleta de dados.

2.1 SOBRE O USO DE EXPERIMENTAÇÃO

Frequentemente, o pesquisador que se ocupa em descrever/analisar uma língua indígena não é falante nativo da mesma. Ele não pode, portanto, valer-se de suas próprias intuições e julgamentos sobre as estruturas: em nossa área, o auxílio de informantes nativos é, além de uma realidade, uma *necessidade*.

Como nosso objeto de estudo é a gramática do outro, a problemática de como acessar esse conhecimento linguístico é um tópico de grande importância. Não é óbvio *a priori* qual seria a metodologia ideal para tanto e, por isso, dedico uma parte dessa dissertação à discussão metodológica.

No capítulo anterior, expusemos nossa hipótese de que as orações relativas do karitiana podem de fato ser classificadas como RNIs. Caso ela esteja correta, essas construções deveriam poder ter núcleos *in situ* em contextos não ambíguos. Para verificarmos se isso de fato ocorre, é preciso manipular todas as variáveis que poderiam obscurecer a interpretação pretendida da construção relativa. Em outras palavras, a coleta de dados precisa ser feita de forma bastante *controlada*. Por conta disso, dados naturalísticos não são adequados para nossos objetivos, dada a diversidade presente nesse tipo de *corpus*. Vamos considerar então duas metodologias de coleta de dados mais controladas: a elicitación e a experimentación.

Esse capítulo está dividido da seguinte forma: na seção 2.1.1, discutiremos mais profundamente os problemas de trabalhar com discurso espontâneo nesse caso; em seguida, apresentaremos na seção 2.1.2 nossa definição de elicitación e experimentación e refletiremos sobre suas características e sobre as aplicações ideais para cada uma delas; finalmente, argumentaremos na seção 2.1.3 que, dado o atual estágio de conhecimento

sobre as relativas do karitiana, a experimentação é a metodologia mais adequada para nossos objetivos.

2.1.1 JUSTIFICATIVA PARA USO DE DADOS NÃO ESPONTÂNEOS

Logicamente, diferentes teorias implicam em diferentes objetos de estudo e, conseqüentemente, diferentes modos de chegar a esses objetos. A gramática gerativa tem como objeto de estudo a língua-I, um sistema de conhecimento linguístico presente na mente do falante (CHOMSKY, 1986), e o papel de um linguista trabalhando nesse paradigma teórico é verificar quais as estruturas possíveis de serem geradas por esse sistema.

Nos estudos formalistas, estruturas agramaticais (*i.e.*, impossíveis de serem geradas) são bastante esclarecedoras, pois nos permitem compreender o funcionamento do sistema em todas as suas possibilidades. Em outras palavras, para sabermos como funciona uma língua não basta sabermos quais são as sentenças possíveis; é preciso saber também aquelas que são impossíveis dentro daquele sistema.

Na área de línguas indígenas, é bastante frequente o uso de narrativas e diálogos naturalísticos como *corpora*. Como observa Matthewson (2004), “as abordagens que se valem exclusivamente de textos se amparam na assunção de que somos capazes de extrair toda a informação relevante sobre a língua simplesmente a partir de um conjunto de textos”. Há diversas objeções a se fazer: primeiramente, um texto é uma fração da língua e, como observa Matthewson, uma fração pequena se comparada à quantidade de sentenças que uma criança adquirindo a língua ouve. Assim, essa amostra é quantitativamente insuficiente para sabermos de todas as possibilidades daquela gramática.

Por ser apenas uma fração da língua, os textos podem ainda não conter as estruturas que estamos procurando. Como vimos no capítulo anterior, nossa pesquisa tem o objetivo específico de verificar se o núcleo das orações relativas da língua pode aparecer *in situ*. Essa configuração não foi, até o momento, atestada na literatura. Se construções desse tipo forem agramaticais, elas jamais aparecerão em qualquer produção da língua e a varredura de textos será uma tarefa absolutamente infrutífera. Alternativamente, as estruturas que buscamos poderiam ser possíveis, mas restritas a certas situações comunicativas. Nesse caso, seria preciso uma dose de sorte para encontrá-las em discursos naturalísticos, algo que talvez nunca aconteça. Se essas

estruturas não aparecem nunca, não podemos ter certeza de que elas não são permitidas na língua; a única forma confiável de obter essa informação é perguntando explicitamente a um informante (MATTHEWSON, 2004).

Em outros casos, as estruturas de fato aparecem, mas, como os dados não foram controlados, as ocorrências são muito diferentes entre si a ponto de que não é possível construir um paradigma com elementos comparáveis. Nesse caso, os dados coletados nos textos só permitirão ao pesquisador levantar algumas hipóteses sobre o funcionamento das estruturas da língua. Essas hipóteses, por sua vez, só poderão ser corroboradas através de elicitación direta.

Desse modo, o uso exclusivo de textos, uma prática comum em muitos estudos na área de línguas indígenas, não é capaz de responder a todas as perguntas suscitadas em uma investigação de linha formal. Visto que o uso de textos ou fragmentos de discurso espontâneo é bastante problemático para a coleta de dados infrequentes ou agramaticais, o uso exclusivo dessa fonte não nos permitiria responder às questões expostas na seção 1.4. Assim, é necessário para nossos objetivos um tipo de metodologia controlada, com testes dedicados à elicitación de construções específicas.

2.1.2 ELICITAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO

Há diversas formas de se coletar dados não espontâneos. Dentre elas, podemos distinguir duas práxis aplicáveis no campo das línguas indígenas, a *elicitación* e a *experimentación*.¹³

Apesar de embasarmos nossa análise em dados coletados através de experimentación (cf. seção 2.1.3), nosso objetivo não é defender o uso de uma metodologia em detrimento da outra. Pelo contrário, entendemos que, se empregadas em conjunto, elas se complementam e suprem suas deficiências. Nesta seção, pretendemos mapear seus pontos fortes e fracos e discutir quais as aplicações mais indicadas para cada uma delas.

¹³Um breve comentário terminológico se faz necessário aqui. Na área de psicolinguística, na qual a experimentación é prática recorrente, emprega-se frequentemente o termo “produção elicitada” para se referir a dados coletados em contextos experimentais (THORNTON, 1996). Aqui, chamaremos de elicitación outro tipo de metodologia, diferente da experimentación.

2.1.2.1 Elicitação

Bastante comum nos estudos de línguas indígenas, a elicitación é uma prática metodológica na qual o pesquisador busca fazer emergir certas formas ou estruturas (ou julgamentos sobre elas) a partir de um contexto e/ou de uma sentença em uma língua franca. Uma descrição do método de elicitación pode ser visto no fragmento abaixo:

Procedemos então da seguinte maneira: fornecíamos ao consultor indígena um contexto e perguntávamos como ele diria em sua língua um certo significado que apresentávamos em português. De posse da sentença na língua, checávamos se ela seria ou não adequada em outros contextos. (MÜLLER & SANCHEZ-MENDES, 2010: 219)

As sessões de elicitación em sintaxe e semântica seguem, em geral, o padrão descrito no fragmento acima: o pesquisador oferece uma sentença contextualizada na língua franca e pede que o informante a verta para sua língua. Outras variações também são possíveis: o pesquisador pode, por exemplo, elaborar uma sentença na língua estudada e oferecê-la ao informante para que ele a julgue:

Durante o trabalho de campo oferecemos ao informante um contexto em português e uma série de sentenças em Karitiana – ou, em alguns poucos casos, em português – na expectativa de que o informante avaliasse as sentenças como gramaticais ou agramaticais para a situação oferecida, dizendo, em seguida, quais sentenças seriam possivelmente equivalentes em português. (CARVALHO, 2010: 11)

Em muitos casos, a elicitación segue de forma controlada, no sentido de que o curso do teste é guiado por um protocolo previamente estabelecido pelo pesquisador.

A principal característica que contrapõe elicitación à experimentação é o grau de controle: embora haja um protocolo que guie o teste, a elicitación é uma metodologia menos controlada enquanto prática de coleta de dados. Essa propriedade se manifesta em diversos pontos da elicitación. Por exemplo, ao verter uma sentença da língua franca para sua língua, o informante pode oferecer não apenas uma, mas sim diversas estruturas que contemplem seu significado. Além disso, a estrutura oferecida na língua-objeto pode não ser equivalente àquela oferecida na língua franca: o informante tem relativo grau de liberdade em sua resposta.

A elicitación é a única metodologia a se empregar para a obtenção de paradigmas e dados comparativos em uma primeira aproximação a um fenômeno. Nesse ponto do estudo da língua, é preciso certo grau de liberdade para que estruturas ainda pouco conhecidas pelo pesquisador possam emergir. Por outro lado, a relativa falta de controle na elicitación é também seu principal ponto fraco. Considere o diálogo a seguir, bastante comum em sessões de elicitación:

- (52) Pesquisador: A sentença x é boa?
Informante: [em dúvida] Não sei, é um pouco estranha...

Como podemos inferir o status de x neste contexto a partir do julgamento do informante? Há três opções a se considerar: A) a sentença é agramatical, B) a sentença é falsa ou C) a sentença é pragmaticamente infeliz. Qual dessas três opções o estranhamento do falante codifica? Podemos ter alguma impressão de qual o problema de x a partir de uma série de indícios: o falante poderia, por exemplo, completar “é estranho dizer isso nessa situação, mas pode dizer nessa outra, etc.”. Neste caso, descartaríamos a primeira opção, pois a sentença não é agramatical se ela pode ser gerada pela gramática do falante. Agora, a decisão entre (B) e (C) não é óbvia: como observa Matthewson (2004), muitas vezes o julgamento de valor de verdade e condições de felicidade se mesclam na recusa de uma sentença ao ponto de que não é possível dizer exatamente qual seu problema.

Outro problema do menor grau de controle é quando ocorre um comportamento desviante: na elicitación, uma resposta errada ou a falta de atenção do pesquisador ou do informante podem afetar os resultados de maneira significativa e definitiva. Na experimentação, como veremos à frente, diversas ferramentas (*e.g.*, sentenças distratoras, pacotes estatísticos, etc.) podem ser empregadas para minimizar os efeitos de erros e idiosincrasias no resultado final.

Assim, a elicitación pode nos mostrar muitos padrões existentes na língua, mas não é capaz de nos oferecer respostas categóricas a todas as hipóteses por ser uma metodologia menos controlada. Uma observação exata idealmente envolve um maior grau de controle do que a elicitación permite e isso só pode ser atingido numa situação experimental em que todos os fatores intervenientes são eliminados ou atenuados.

2.1.2.2 Experimentação

A experimentação é uma prática recente nos estudos de sintaxe e floresceu inicialmente no campo da psicolinguística.¹⁴ Há diversos subtipos de experimentos (cf. CRAIN & THORNTON, 1998), mas a característica comum entre eles é seu caráter controlado. Para exemplificar, consideremos um dos experimentos de Chien & Wexler (1990) na área de aquisição da linguagem. Os pesquisadores queriam observar qual a interpretação que as crianças atribuiriam à anáfora *himself* na seguinte sentença (o elemento em colchetes era substituído pelo nome da criança sendo testada):

(53) **Exemplo de sentença-teste de Chien & Wexler (1990: 236)**

Snoopy says that [nome da criança] should point to himself.

O experimentador manipulava um fantoche chamado Snoopy e dizia à criança que eles iriam brincar de “O Mestre Mandou...”, um jogo no qual se executa todas as ações indicadas por um “mestre” (no caso, o fantoche Snoopy).¹⁵ Ao ouvir do fantoche uma sentença como (53), a criança naturalmente teria duas opções: apontar para si mesmo ou apontar para o fantoche. Cada uma destas ações reflete uma interpretação específica de *himself*: no primeiro caso, o pronome está ligado ao NP dentro da oração encaixada e, no segundo, ao NP na matriz.

Perceba que, nesse caso, a resposta do sujeito é cerceada pela condição experimental: o comportamento da criança no teste é altamente restrito e cada resposta sua está estritamente vinculada a uma interpretação da anáfora. Tal situação é diferente dos casos de elicitación, nos quais o informante tem relativa liberdade para oferecer a

¹⁴Nos estudos de línguas indígenas especificamente, a coleta de dados através de elicitación é a prática mais recorrente. Contudo, diversos trabalhos com metodologia experimental têm surgido nas últimas décadas. Desses, podemos citar o trabalho de Sandalo & Gordon (1999) para o kadiwéu, de Sauerland (2010) e Rodrigues & Sandalo (em prep.) para o pirahã e diversos trabalhos apresentados no evento “Recursion in Brazilian Languages and Beyond” (UFRJ, 2013), como Lima (2013), Lima & Kaiabi (2013), Amaral & Leandro (2013), Maia *et al* (2013) e Storto, Vivanco & Rocha (em prep.), entre outros.

¹⁵Quando a criança era do sexo feminino, os pesquisadores empregavam um fantoche feminino chamado Kitty e modificavam ligeiramente a sentença (53):

v. **Sentença-teste empregada com crianças do sexo feminino**

Kitty says that [nome da criança] should point to herself.

resposta/estrutura que julgar mais adequada. Essa é uma amostra do caráter controlado da experimentação em contraposição à elicitación.¹⁶

É preciso ainda pontuar uma diferença fundamental entre elicitación e experimentação. Como se percebe no exemplo acima, o *design* do experimento parte da premissa que a anáfora *himself* poderia, a princípio, ter duas interpretações: uma ligada ao NP na encaixada e outra ao NP da matriz. Sendo assim, o experimento *pressupõe* um conhecimento sobre o funcionamento de *himself*. Caso o pesquisador que conduza o experimento seja estrangeiro, tal conhecimento só poderá ser adquirido a partir de um estudo prévio que tenha descoberto que *himself* é um elemento do tipo anáfora, cuja interpretação está condicionada a outros elementos na sentença. Mais ainda, um experimento **pressupõe** uma hipótese de como as coisas funcionam: no caso do exemplo acima, a expectativa é que as crianças (como os adultos) vão permitir apenas a ligação da anáfora com o NP na encaixada, interpretação essa prevista pelo Princípio A da teoria de ligação (CHIEN & WEXLER, 1990). Esse aspecto da experimentação é comentado por Chomsky no seguinte fragmento:

Um experimento é um ato altamente criativo; é como criar uma teoria. Podemos não dizer isso nos cursos de metodologia, mas o cientista em atividade certamente sabe disso. Elaborar o experimento certo é bastante difícil. O primeiro experimento em que você pensa é geralmente lixo, então você o joga fora e tenta elaborar um experimento melhor. Encontrar o experimento certo é como achar a teoria certa e, na realidade, intimamente relacionado a isso: experimentos sérios são guiados por uma teoria. [...] (CHOMSKY, 2002)¹⁷

Assim, um experimento só pode ser formulado em um estágio posterior do estudo da língua, quando já temos uma impressão geral do comportamento de sua gramática e há expectativas (hipóteses) quanto ao seu funcionamento. No caso das línguas indígenas, isso equivale a dizer que a experimentação exige uma elicitación anterior.

¹⁶Essa oposição entre maior ou menor controle pode ser igualmente percebida através da forma em que os pesquisadores se referem aos falantes nativos em sessões de elicitación e experimentação: na elicitación, chamamos os falantes de “informantes”, ou seja, eles são percebidos como uma espécie de *colaborador* (de fato, alguns autores, como Rocha (2011), empregam esse termo); já na experimentação os falantes são chamados de *sujeitos* de pesquisa. Aparentemente, esses termos codificam o grau de autonomia do falante nas duas metodologias: na elicitación, o curso do teste vai sendo construído conjuntamente por pesquisador e informante; em um experimento, todas as etapas já estão prontas antes mesmo de se começar o teste. Nele, o sujeito só tem o papel de preencher algumas lacunas pontuais.

¹⁷Tradução nossa de “*An experiment is a highly creative act; it’s like creating a theory. One may not talk about that in methodology courses, but the working scientist certainly knows it. To try to devise the right experiment is very hard. The first experiment you think of is usually garbage, so you throw out the experiment and try to get a better experiment and so on. Finding the right experiment is very much like finding the right theory and in fact intimately related to it: serious experiment is theory guided [...]*”

A experimentação, contudo, aprimora os resultados da elicitación. Os pesquisadores buscam em seus experimentos eliminar os diversos fatores que perturbam a observação do fenômeno e condicionar os sujeitos a oferecer respostas objetivas às suas perguntas. Dessa forma, os resultados que emergem em um experimento representam (idealmente) um retrato claro do comportamento do objeto de estudo. A experimentação produz então um avanço no conhecimento sobre determinada estrutura, pois o refina e o sofisticada.

2.1.2.3 Fronteiras entre elicitación e experimentação

Nossa discussão sobre as diferenças entre elicitación e experimentação pode ter induzido o leitor a pensar que as fronteiras entre esses dois tipos de metodologias são bastante delimitadas. Esse não é o caso. Como vimos anteriormente, a diferença entre elicitación e experimentação é o seu grau de controle: um experimento é uma metodologia de coleta mais controlada que a elicitación, na medida em que diversas ferramentas são empregadas em prol de uma observação mais acurada do fenômeno. Por essas ferramentas serem potencialmente infinitas, o controle não é uma medida discreta que pode ser avaliada na base de uma escala binária [+] ou [-]. Na realidade, ele é mais bem representado como uma escala crescente do menor para o maior grau de controle: quanto mais próxima da extremidade esquerda, mais facilmente a metodologia poderá ser classificada como elicitación e, quanto mais próxima da direita, mais facilmente seu *design* será reconhecido como experimentação:

Figura 1: Escala referente ao grau de controle em elicitaciónes e experimentaciónes

Essa escala capta o fato de que não há um grau x de controle que uma metodologia deve apresentar para ser classificada como elicitación ou experimentação. Há na metade do eixo horizontal uma área nebulosa, na qual se localizariam elicitaciónes mais controladas ou experimentos não tão controlados. Esse tipo de metodologia difícil de

classificar é bastante comum e, possivelmente, muitos casos de eliciações controladas se localizariam nesse ponto da escala.

Contudo, o importante aqui não é tanto definir se uma determinada metodologia pode ser chamada de eliciação ou experimentação, pois esses rótulos servem apenas para nos reportar mais facilmente a determinados modelos de coleta de dados. Na realidade, é mais crucial identificar quais ferramentas estão sendo empregadas para controlar a coleta e definir se elas são suficientes para os objetivos estabelecidos pelo pesquisador. Dessa forma, poderemos reconhecer os limites de sua metodologia e questionar a validade dos dados obtidos através dela.

Em resumo, delineamos nessa seção dois modelos de coletas de dados: a eliciação e a experimentação. Argumentamos que a principal diferença entre elas seria o grau de controle da situação comunicativa, sendo a eliciação uma metodologia menos controlada do que a experimentação. Porém, pontuamos ainda que esse aspecto não faz de uma preferível à outra, pois cada uma tem seus momentos ideais de aplicação. Assim, é preciso que o pesquisador avalie caso a caso qual o modelo de coleta de dados mais adequado para seus objetivos.

Argumentamos também que não há fronteiras definidas entre esses dois modelos e que é muito mais importante uma descrição minuciosa da metodologia do que sua rotulação, pois somente assim poderemos avaliar se os dados coletados são de fato fidedignos.

Na próxima seção, argumentaremos que uma metodologia *a la* experimentação é a ideal para os objetivos de nossa investigação. Na seção 2.2.1, exporemos todas as etapas envolvidas na criação e aplicação de nosso experimento.

2.1.3 JUSTIFICATIVA PARA O USO DE EXPERIMENTAÇÃO

A língua karitiana possui uma posição privilegiada em relação às outras línguas indígenas, pois já foi objeto de estudo de duas teses de doutorado (STORTO, 1999; EVERETT, 2006), quatro dissertações de mestrado (SANCHEZ-MENDES, 2009; COUTINHO-SILVA, 2009; CARVALHO, 2010; ROCHA, 2011) e diversos artigos que contemplaram seus aspectos fonético-fonológicos, sintáticos e semânticos. As orações relativas especificamente já foram objeto de pesquisa nos trabalhos de Storto (1999, 2012) e, em menor grau, em Everett (2006) e Coutinho-Silva (2009). Como vimos no

capítulo anterior, tais estudos foram vitais para uma primeira aproximação ao fenômeno. Eles, contudo, deixaram uma série de lacunas que o nosso trabalho visa preencher.

Nossa hipótese é de que as orações relativas do karitiana são construções de núcleo interno com movimento opcional do núcleo e, se for esse o caso, o núcleo *in situ* deve ser permitido em alguns casos. Percebiam então que o atual estágio do estudo das relativas propicia o emprego da experimentação, visto que já temos um conhecimento prévio e uma hipótese de como as orações relativas da língua funcionam. Dessa forma, nosso trabalho tem o objetivo de refinar as descrições e análises dessas construções a partir de um método mais controlado do que o aplicado nos trabalhos anteriores.¹⁸

No próximo capítulo, detalharemos a metodologia utilizada na coleta de dados e discutiremos minuciosamente o passo-a-passo da criação das sentenças-teste e dos contextos experimentais. Dessa forma, o leitor estará ciente de como controlamos as diversas variáveis que poderiam inibir a emergência de relativas com o núcleo *in situ*.

2.2 DESIGN DO EXPERIMENTO E RESULTADOS

Para testarmos a hipótese em (50), conduzimos um experimento com o intuito de verificar se relativas com núcleos não frontalizados seriam permitidas em karitiana.¹⁹ Nas próximas seções, esmiuçaremos a metodologia empregada e apresentaremos os resultados obtidos para relativas de sujeito e objeto. Veremos que, embora haja uma grande preferência por núcleos na periferia da oração, relativas com núcleos não frontalizados foram atestadas tanto para relativas de sujeito quanto de objeto.

Na seção 2.2.1, detalharemos a metodologia de nosso experimento de produção e, na seção 2.2.2, apresentaremos o perfil dos sujeitos testados. Na seção 2.2.3, apresentaremos os resultados, discutindo ainda questões adicionais como o descarte de dados e a possibilidade de algumas sentenças produzidas serem erros de fala. Por fim, concluiremos na seção 2.2.4.

¹⁸É importante pontuar que, apesar de nos ampararmos primariamente em dados coletados através de experimentação, a elicitación foi utilizada em diversos momentos para esclarecer perguntas levantadas no decorrer da pesquisa. Esses dados serão indicados nessa dissertação por meio do código “elicitación, mês/ano, falante” abaixo da sentença.

¹⁹Na realidade, foram elaborados e aplicados três experimentos. No apêndice desse trabalho, discutiremos os dois experimentos restantes, mostrando que seus resultados confirmam os resultados obtidos em nosso teste de produção.

2.2.1 METODOLOGIA

Antes de passarmos à explanação da metodologia, é preciso pontuar que nosso experimento foi realizado com o intermédio de uma língua franca (no caso, o português brasileiro). A principal razão para tanto é de ordem logística: como pontua Matthewson (2004), montar elicitaciones/experimentos que não envolvam qualquer tipo de emprego de uma língua franca é um procedimento bastante demorado e difícil. Além disso, não é uma tarefa simples controlar a situação experimental em uma língua da qual não somos falantes nativos, pois variações lexicais e gramaticais sutis e desconhecidas podem talvez condicionar os resultados.²⁰ Como dispúnhamos de um período limitado para a coleta de dados, optamos pela mediação do português brasileiro com o objetivo de agilizar e simplificar o processo.

Nosso experimento foi elaborado com o intuito de verificar se as estruturas que pensamos ser possíveis (relativas com o núcleo não frontalizado) seriam de fato encontradas na produção de falantes nativos de karitiana. Experimentos de produção são desenhados com o objetivo de fazer emergir uma estrutura particular e, para tanto, é preciso criar uma situação na qual o seu uso seja pragmaticamente feliz (CRAIN & THORNTON, 1998). Como nosso objeto de estudo são orações relativas restritivas, tivemos de criar um contexto de produção ideal para o surgimento dessas construções.

Segundo De Vries (2002), as orações relativas restritivas podem ser essencialmente definidas como uma operação semântica que restringe seu antecedente (o núcleo). Isso pode ser percebido em um exemplo do autor, reproduzido abaixo:

(54) *Jill spoke to the **lecturers** [that failed the test on didactics].*

²⁰Essa mediação sempre nos leva a perguntar se o uso de uma língua franca não poderia de certo modo influenciar o curso da coleta de dados. Matthewson, por exemplo, discute uma sugestão bastante frequente nos estudos de línguas salish de que as ordens SVO oferecidas pelos falantes são um produto da influência do inglês, a língua franca empregada nas sessões de elicitación. A autora pontua que isso, porém, só ocorre em línguas cuja gramática *permite* SVO; os consultores falantes de línguas que proíbem essa ordem jamais a oferecem. Assim, uma possível influência da língua franca não extrapola os limites da língua-alvo: os colaboradores muito dificilmente oferecerão estruturas que violem regras de sua gramática por influência externa.

Em nossa pesquisa, uma possível influência da língua-franca pode na realidade agir em nosso favor: se nossos sujeitos forem influenciados pelas estruturas do português brasileiro, eles provavelmente aceitarão/produzirão mais orações relativas com o núcleo movido, construções estas mais semelhantes às relativas de núcleo externo presentes no português brasileiro. Contudo, caso os sujeitos produzam relativas com o núcleo não frontalizado (estruturas estas impossíveis em português brasileiro), este fato será um indicativo de que estas construções são de fato possíveis no karitiana, pois elas emergiram mesmo com um fator que inibiria sua produção.

Em (54), a oração relativa restringe o núcleo *lecturers*, pois entendemos que Jill não falou com todos os palestrantes, mas apenas com aqueles que não passaram no teste.

Tendo isso em mente, podemos elencar duas condições para que o uso de uma oração relativa restritiva seja feliz:

(55) Condições de felicidade para relativas restritivas

- a. Deve haver mais de um elemento do tipo denotado pelo núcleo;
- b. O emprego da oração relativa especificará a qual entidade nesse conjunto nos referimos.²¹

Uma metodologia de produção que contempla as condições (55a-b) foi desenvolvida por Labelle (1990) em um estudo de aquisição de orações relativas no francês canadense. O *design* de nosso experimento foi essencialmente influenciado por esse trabalho, mas inserimos ainda algumas adaptações feitas por Vivanco & Pires (2012) em um estudo similar conduzido para o português brasileiro.

Nesse teste, duas figuras idênticas eram apresentadas ao falante. Ambas estavam sempre envolvidas em uma ação com outro personagem/objeto e a única forma de diferenciá-las era através desse outro elemento. A tarefa do falante era a de escolher uma das duas figuras idênticas e, em seguida, dizer ao experimentador qual foi a escolhida.

Criamos dez contextos propícios para a produção de uma relativa de sujeito e outros dez para relativas de objeto. No primeiro caso, as duas figuras idênticas executavam a ação e, no segundo, eram alvos dela:

²¹Essa condição é, na realidade, uma decorrência da Máxima da Relevância (GRICE, 1975).

(56) Exemplo de contexto propício para relativa de sujeito

Pesquisador: Aqui temos dois morcegos. Este morcego aqui comeu as frutas e este outro aqui comeu a carne. Escolhe um dos morcegos.

Figura 2: Contexto propício para relativa de sujeito

(57) Exemplo de contexto propício para relativa de objeto

Pesquisador: Aqui temos duas roupas. Esta roupa aqui, a Ana costurou. Esta outra aqui, a Luciana costurou. Escolhe uma das duas roupas.

Figura 3: Contexto propício para relativa de objeto

O leitor pode conferir o protocolo detalhado com todos os contextos de nosso experimento no Anexo B.

O experimento procedia em três etapas (o exemplo abaixo é de um contexto do tipo (57)):

(58) **1ª etapa: colocação das figuras e explicação das ações:**

Pesquisador: [coloca duas figuras de roupas] Aqui tem duas roupas. Essa roupa aqui, a Ana costurou [coloca a figura da Ana do lado de uma das roupas]; essa outra aqui, a Luciana costurou [coloca a figura da Luciana do lado da outra roupa].

Figura 4: Disposição das figuras na primeira etapa

(59) **2ª etapa: escolha das figuras**

Pesquisador: Você vai escolher uma das roupas [afasta a Luciana e a Ana das roupas e do falante, de modo que ele escolha as roupas e não outra figura].

Sujeito: [escolhe uma das roupas]

Figura 5: Disposição das figuras na segunda etapa

(60) **3ª etapa: produção da sentença**

Pesquisador: [tira as figuras da Luciana e da Ana de cena] agora diz QUAL das roupas você escolheu.

Figura 6: Disposição das figuras na terceira etapa

Perceba que, na segunda e terceira etapa, o pesquisador desloca e retira de cena as figuras da Luciana e da Ana, os sujeitos da ação. Tal procedimento é uma tentativa de pôr as figuras das roupas (o núcleo em potencial) em evidência e evitar que outros tipos de construções como “eu quero a Ana/Luciana que costurou a roupa” ou “eu quero a Ana/Luciana costurando a roupa.” fossem produzidas.

A situação experimental foi desenhada para que as sentenças-teste emergissem com o seguinte *template*:

(61) **Template das sentenças-teste**

S V_{INTR} [REL NP NP V_{TR}]-ty

O sujeito era instruído a começar sua resposta sempre com “Yn (*naakat*) *ipyting*...” para que as sentenças tivessem a configuração em (62):

(62) **Template esperado**

Yn (Ø-na-aka-t) i-pyting-Ø [REL NP NP V_{TR}]-ty
1s 3-DECL-ser-NFUT PART-querer-CON.ABS. [REL NP NP V_{TR}]-OBL
“Eu quero [REL].”

Em (62), o verbo da matriz *pyting* aparece na construção de cópula, cuja estrutura é sempre [S *naakat* i-V_{INTR}-t/Ø]. A construção de cópula é frequentemente

empregada em orações com verbos intransitivos e, nesses contextos, a cópula *naakat* pode sempre ser omitida sem prejuízo para o significado (STORTO, 2010; ROCHA, 2011).²² *Pyting* é um verbo do tipo intransitivo, mas pertence a uma subclasse que possui um argumento opcional marcado com o morfema de oblíquo {-ty}.²³

Como se nota no *template* (61-62), todas as orações relativas de nosso estudo ocupavam a posição de objeto. Na oração relativa em (62), o morfema de oblíquo {-ty} exigido pelo verbo *pyting* apareceria marcando a subordinada inteira. Os verbos encaixados, que codificavam as ações em que as figuras estavam envolvidas, teriam que ser sempre transitivos. Assim, escolhemos para essa posição apenas ações expressas através de verbos com essa valência e.g. ‘comer’ (‘y), ‘bater’ (mĩ), ‘fazer’ (m’a), etc..²⁴ Como os verbos da subordinada seriam transitivos e karitiana não possui caso morfológico para ergativo e absolutivo, os argumentos dentro da relativa apareceriam sem nenhum morfema.²⁵

²²Everett (2006) considera que orações com e sem a cópula *naakat* são construções diferentes. O primeiro caso é chamado pelo autor de construções copulares e o segundo de construção de valência (as glosas abaixo são do autor):

vi. **Construção de valência segundo Everett (2006)**

An *i-pekerat*

2s INT-flutuar-NFUT

“Você flutuou.”

(EVERETT, 2006: 238)

vii. **Construção copular segundo Everett (2006)**

I *na-aka-t* *i-kisep-Ø*

3 NSAP-COP-NFUT INT-pular-COP.AGR.

“Ele está pulando.”

(EVERETT, 2006: 240)

Não há, contudo, evidências de que são construções diferentes, pois os falantes sempre permitem o apagamento de *naakat* em sentenças como (vii) e empregam construções com e sem a cópula nas mesmas situações comunicativas (cf. a variação entre *Yn naakat ipyting* e *Yn ipyting* no Anexo B). Dessa forma, preferimos considerá-las como duas instâncias de uma mesma construção.

²³Em karitiana, esses verbos têm geralmente um sujeito experienciador e são considerados intransitivos por causa da concordância, que se dá com o argumento externo. Isso pode ser visto no exemplo abaixo, no qual o verbo *kaj* concorda com o sujeito, uma configuração similar a de verbos intransitivos (cf. seção 1.3.1).

viii. **Verbo intransitivo com argumento marcado com {-ty}**

Y-pyry-kaj-an *yn* *jonso* *hãraq̃-ty*.

1-ASS-sonhar-NFUT 1 mulher bonita-OBL

‘Eu sonhei com uma mulher bonita.’

(ROCHA, 2011: 211)

²⁴Todas as informações sobre a valência dos verbos foram retiradas do trabalho de Rocha (2011). Também nos valem, embora em menor grau, do dicionário de Landin (2005) para construir as sentenças-teste. Esse trabalho não foi utilizado como fonte primária, pois os vocábulos estão escritos em uma versão antiga da ortografia da língua.

²⁵Tal cuidado foi necessário por causa da existência de construções como (x) em Karitiana. Apesar de serem bastante parecidas com orações relativas, estas construções possuem o “núcleo” marcado com o morfema de oblíquo (STORTO, 1999):

Empregamos ainda alguns mecanismos de controle do comportamento do sujeito para que os resultados (independente de quais fossem) permanecessem fidedignos. Fizemos uso de duas ferramentas: o embaralhamento das sentenças-teste e o emprego de distratoras.

O embaralhamento dos contextos tem como principal objetivo desviar a atenção do falante do objeto em teste. Assim, ele não consegue saber com clareza qual estrutura estamos testando. Tal procedimento é necessário, pois nossos voluntários poderiam, por uma motivação cooperativa, oferecer-nos espontaneamente dados se soubessem qual a estrutura em teste. Esses dados não previstos provavelmente não nos seriam úteis, uma vez que sua produção não foi controlada da mesma forma que as sentenças-teste. Além disso, o sujeito pode desviar o curso do experimento com esse comportamento, afetando de forma decisiva nossa coleta. Assim, os contextos de relativas de sujeito e objeto foram misturados e intercalados com sentenças-distratoras em nosso experimento.

O emprego de distratoras também é uma ferramenta para desviar a atenção da estrutura-alvo. As distratoras são sentenças que não incluem a estrutura em teste e que são empregadas em contextos para os quais já temos a certeza da resposta do sujeito. Intercalar sentenças-distratoras às sentenças-teste faz com que as últimas fiquem menos visíveis, evitando o problema de superprodução exposto no parágrafo acima. Em nosso teste, os contextos das sentenças-distratoras envolveriam apenas duas figuras, fazendo com que a produção do sujeito fosse mais simples (sem encaixamento).

No início de cada experimento, empregamos ainda de três a cinco contextos-distratores em uma espécie de “treino” (*warm-up*, nos termos de Thornton (1996)) para que o falante compreendesse a tarefa que ele deveria executar.

Algumas sessões do experimento foram gravadas, mas não foi possível fazê-lo com todos os sujeitos visto que alguns deles se mostraram desconfortáveis com a

ix. **Oração relativa**

<i>Yn</i>	<i>Ø-na-aka-t</i>	<i>i-so 'oot-Ø</i>	<i>[taso</i>	<i>ombaky</i>	<i>ti-oky]-ty</i>
1s	3-DECL-ser-NFUT	PART-ver-CON.ABS.	homem	onça	CFO-matar-OBL

‘Eu vi o homem que a onça matou.’

x. **Construção com “núcleo” marcado com {-ty}**

<i>Yn</i>	<i>Ø-na-aka-t</i>	<i>i-so 'oot-Ø</i>	<i>taso-ty</i>	<i>ombaky</i>	<i>ti-oky-ty</i>
1s	3-DECL-ser-NFUT	PART-ver-CON.ABS.	homem-OBL	onça	CFO-matar-OBL

‘Eu vi o homem que a onça matou.’

O *status* de (x) ainda não foi estabelecido nos estudos da língua, pois não é claro se estas estruturas podem ser consideradas como orações relativas (cf. STORTO, VIVANCO & ROCHA, em prep.). Como a diferença entre (ix) e (x) reside na presença/ausência de {-ty} no núcleo *taso*, a única forma de distingui-las é quando o verbo na matriz exige este morfema. Portanto, controlamos o verbo da matriz para que estruturas como (x) pudessem ser identificadas e descartadas em nosso teste.

gravação. Nesse caso, as sentenças enunciadas eram imediatamente anotadas e, após o teste, conferíamos a ortografia com o falante testado.

2.2.2. SUJEITOS

Todos os nossos sujeitos eram falantes nativos da língua karitiana e, além disso, fluentes em PB. O contato com o português é frequente dentre os Karitiana, pois a aldeia se localiza relativamente próxima da capital do estado, Porto Velho, e o trânsito entre os dois locais é recorrente. Muitos Karitiana, inclusive, têm residência fixa na cidade. Além disso, há dentro da reserva indígena uma escola municipal, na qual são ministradas aulas de português.

Nossos voluntários tinham, no mínimo, o ensino fundamental completo, o que indica que eles eram alfabetizados. Eram homens e mulheres, com idades entre 18 e 50 anos.

Os dados socio-geográficos detalhados podem ser conferidos no Anexo A.

2.2.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.2.3.1 Critérios de descarte

Antes de apresentarmos os dados, é mister ressaltar que nem todas as sentenças produzidas no experimento foram contabilizadas. Por diversos motivos, várias sentenças tiveram de ser descartadas no cômputo final. Para que o leitor tenha pleno conhecimento de qual tipo de sentença compõe nosso resultado, vamos explicitar aqui nossos critérios de descarte.

A exclusão de sentenças se deu por dois critérios: (A) a sentença era ostensivamente um erro de fala e (B) a sentença tinha uma estrutura que desviava consideravelmente do *template* em (62).²⁶

²⁶Um terceiro tipo de descarte ocorreu em contextos nos quais o próprio falante criava um novo contexto linguístico antes de enunciar a sentença-alvo. Um exemplo de descarte desse tipo foi reproduzido no fragmento abaixo, no qual o falante “reconta” a história que ele acaba de ouvir:

xi. **Fragmento da sessão experimental – falante M no contexto 3**

(...)

Pesquisador:

Diz qual roupa você escolheu.

M:

Luciana napipāram pykyp okyn.[trad.: Luciana costurou a roupa.] *Yn naakat ipyting Luciana pykyp ohyn pipāramaty.*

Sobre (A), foram consideradas como erros de fala sentenças que exibiam alto grau de truncamento ou cuja estrutura era incompatível com descrições bem-estabelecidas sobre a gramática do karitiana.²⁷ Abaixo, temos um exemplo de um erro do segundo tipo:

(63) **Relativa de sujeito – falante B contexto 3**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [‘irip ombaky mĩ].
 1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [anta onça bater]
 (Compare com a produção do mesmo falante no contexto 2: *Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.*)

Em (63), a relativa não é marcada com o oblíquo {-ty} como em nossos outros dados. Sabemos independentemente que o verbo da matriz, *pyting*, exige argumentos internos marcados com esse morfema através de trabalhos sobre estrutura argumental (ROCHA, 2011), de dados pinçados nos trabalhos de outros autores (STORTO, 2012: 14; EVERETT, 2006: 382) e de nossos próprios dados, que quase sempre contém relativas marcadas com {-ty}. Dessa forma, (63) pode ser considerado um erro de fala, pois há um grande corpo de evidência indicando que argumentos internos do verbo *pyting* têm que ser marcados com {-ty}

O caso (B) de descarte envolve sentenças aparentemente gramaticais, mas cuja estrutura desviava consideravelmente do *template*-alvo em (62).²⁸ Abaixo, reproduzimos algumas sentenças com essa característica:

(64) **Sentença sem uma subordinada/relativa – falante L no contexto 10**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø Karini him-ty.
 1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. Karini carne-OBL
 ‘Eu escolhi a carne da Karini.’

Como vimos, o curso do experimento é conduzido a partir do protocolo (58-60), pois, de outra forma, não seria possível assegurar que a produção é de fato uma relativa de objeto. A sentença enunciada em (iii) teve de ser descartada, pois a intervenção linguística do falante cria um novo contexto discursivo que não é controlado pelo pesquisador e que pode portanto fazer emergir construções não previstas.

²⁷Outro tipo de sentença descartada é uma construção bastante idiossincrática: os dados do sujeito I contém duas sentenças produzidas em contextos de relativas de sujeito que contém o morfema de CFO {ti-} (cf. Anexo B, Tabela 15). Como foram estruturas bastante pontuais (aparecem apenas nos dados de D), preferimos considerá-las como erros de fala e as descartamos.

²⁸Não descartamos sentenças como (xii), na qual um dos argumentos (*pykyp ohyn*, no caso) é um sintagma nominal complexo:

xii. **Relativa de objeto com o núcleo omitido - falante N no contexto 7**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [pykyp ohyn Ana ti-pipāram<a>]-ty
 1s 3-DEC-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [camisa Ana CFO-costurar]-OBL
 “Eu escolhi a camisa que a Ana costurou.”

(65) **Subordinada estruturalmente diferente – falante J no contexto 9**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [ʃa colar aka]-ty [Luciana
1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [DEM colar COP]-OBL [Luciana
ti-m- 'a]-ty.
CFO-CAUS-fazer]-OBL

“Eu escolhi o colar que está lá que a Luciana fez.”

Outro tipo de sentença gramatical descartada foi (66), na qual o núcleo da relativa é omitido:

(66) **Relativa de sujeito com o núcleo omitido – falante A no contexto 9**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [Luciana okoot<o>]-ty.
1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [Luciana morder<v.e.>]-OBL

“Eu escolhi a que mordeu a Luciana.”

Apesar de construções desse tipo serem de fato orações relativas (STORTO, VIVANCO & ROCHA, em prep.), foi preciso eliminá-las, pois não é possível identificar a posição do núcleo foneticamente vazio nessas construções.

Todas as sentenças enunciadas em nosso experimento estão reproduzidas no Anexo B. Nele, foram incluídas tanto aquelas desconsideradas quanto as que compõem nossos resultados. Nesse último caso, os dados estão agrupados por falante e também por tipo de estrutura.

2.2.3.2 Resultados

O experimento foi aplicado durante três trabalhos de campo, realizados em março e abril de 2013, novembro de 2013 e fevereiro de 2014. No total, foram testados quatorze sujeitos (A, B, C, D, E, H, I, J, K, L, M, N, R e S).

Nos contextos de relativas de sujeito, duas ordens de constituintes foram produzidas: SOV e OSV. Abaixo, reproduzimos dois exemplos (o núcleo está destacado em negrito):

(67) **Relativa de sujeito com ordem SOV – sujeito K no contexto 8**

Yn Ø-*na-aka-t* *i-pyting-Ø* [*taso* *him*
 1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [homem carne
by-hip< i>]-ty.
 CAUS-cozinhar<v.e.> -OBL

‘Eu quero o homem que cozinhou a carne.’

(68) **Relativa de sujeito com ordem OSV – sujeito A no contexto 6**

Yn Ø-*na-aka-t* *i-pyting-Ø* [*opi* *jonso*
 1s 3-DECL-COP- NFUT NOM-querer-CON.ABS. [brinco mulher
by- 'it< i>]-ty.
 CAUS-fazer-<v.e.>]-OBL

“Eu quero a mulher que fez o brinco.”

Como discutido no capítulo 1, a ordem SOV foi amplamente reportada para relativas de sujeito. A OSV, contudo, não fora atestada em trabalhos anteriores como uma ordem possível para relativas de sujeito (embora a alternância SOV-OSV já tenha sido detectada em outros tipos de subordinada – cf. seção 1.3). Essas informações estão sumarizadas na tabela abaixo:

Tabela 1: Ordens (não) atestadas em relativas de sujeito na literatura

	SOV	OSV
Previamente atestada na literatura?	SIM	NÃO

A distribuição das sentenças produzidas está representada no gráfico abaixo:²⁹

Gráfico 1: Distribuição das ordens em relativas de sujeito (n = 115)

O Gráfico 1 mostra uma grande tendência em empregar a ordem SOV em relativas de sujeito. Esse fato está em consonância com os trabalhos anteriores sobre relativização, pois neles sempre se reportou SOV como a ordem canônica dessas construções.³⁰ Contudo, diversos falantes também produziram relativas de sujeito OSV, ordem essa que não fora reportada nesses ambientes. Esses dados nos mostram que,

²⁹Os dados distribuídos por sujeito estão expostos na tabela abaixo:

Tabela I: Relativas de sujeito produzidas de acordo com o sujeito

Sujeitos	frontalizado (SOV)	não frontalizado (OSV)	n ^o TOTAL
	n	n	
A	5	3	8
B	9	0	9
D	7	3	10
H	10	0	10
E	10	0	10
C	6	3	9
I	6	1	7
K	6	4	10
J	4	0	4
N	10	0	10
M	1	1	2
L	9	1	10
R	8	2	10
S	6	0	6
TOTAL	97	18	115

³⁰É preciso pontuar que, ao contrário do que ocorre em relativas de objeto, não é possível afirmar *a priori* se o núcleo-sujeito está frontalizado nessas sentenças, pois a ordem de constituintes *default* é SOV. No capítulo 3, argumentaremos que a distribuição de advérbios nesses contextos nos mostra que o núcleo está de fato movido.

embora haja uma grande tendência de frontalizar o núcleo, essa não é uma operação imprescindível na formação de relativas de sujeito.

Quanto aos contextos de relativas de objeto, os falantes produziram neles quatro estruturas diferentes: OStiV, SOTiV, SOV e OSV. Abaixo, reproduzimos exemplos de cada uma dessas ordens:

(69) **Relativa de objeto OStiV – sujeito I no contexto 3**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [gijo Luciana
 1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [milho Luciana
 ti-tak<a>]-ty.
 CFO-pilar<v.e.>-OBL
 ‘Eu quero o milho que a Luciana pilou.’

(70) **Relativa de objeto SOTiV – sujeito C no contexto 7**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [Ana pykyp
 1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [Ana roupa
 ti-pipãram<a>]-ty.
 CFO-costurar<v.e.>-OBL
 ‘Eu quero a roupa que a Ana costurou.’

(71) **Relativa de objeto SOV – sujeito H no contexto 5**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [Ana gok amang<a>]-ty.
 1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [Ana mandioca plantar<v.e.>-OBL
 ‘Eu quero a mandioca que a Ana plantou.’

(72) **Relativa de objeto OSV – sujeito L no contexto 6**

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [ambi taso by-’a]-ty.
 1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [casa homem CAUS-fazer]-OBL
 ‘Eu quero a casa que o homem construiu.’

Na tabela abaixo, estão indicadas quais ordens de constituintes foram previamente atestadas na literatura sobre o karitiana. Como o leitor pode conferir, apenas a ordem OStiV fora descrita anteriormente em contextos de relativas de objeto (cf. capítulo 1).

Tabela 2: Ordens (não) atestadas em relativas de objeto na literatura

	OStiV	SOTiV	SOV	OSV
Previamente atestada na literatura?	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

O gráfico abaixo mostra a distribuição das relativas de objeto em relação ao tipo de ordem empregada.³¹

Como se observa no Gráfico 2, todas as ordens de constituintes possíveis foram produzidas, algumas em maior ou menor grau. Em termos gerais, a estrutura mais empregada para relativas de objeto é OStiV; em segundo e terceiro lugar, temos as

³¹Os dados distribuídos por sujeito estão expostos na tabela abaixo:

Tabela II: Relativas de objeto produzidas de acordo com o sujeito

	Ordens com CFO		Ordens sem CFO		n_{TOTAL}
	OStiV	SOtiV	SOV	OSV	
Sujeitos	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	
A	9	1	0	0	10
B	9	0	0	0	9
D	2	1	5	1	9
E	5	1	1	1	8
H	1	4	4	1	10
C	3	7	0	0	10
I	8	2	0	0	10
K	2	3	1	0	6
J	0	2	3	0	5
N	6	1	0	0	7
M	0	0	1	0	1
L	0	0	5	1	6
R	7	0	1	0	8
S	2	0	1	1	4
TOTAL	54	22	22	5	103

construções com o núcleo não frontalizado, SOtiV e SOV, e, por último, a ordem OSV. OStiV é a estrutura que envolve duas operações: a frontalização do núcleo e a inclusão do morfema de CFO. Assim sendo, o alto número de construções desse tipo parece apontar para uma preferência pelo movimento do núcleo e pelo emprego de {ti-}.

O Gráfico 3 mostra a distribuição das sentenças produzidas em contextos de relativas de objeto a partir do critério de frontalização do núcleo. A coluna negra mostra a proporção de relativas de objeto com o núcleo frontalizado (ordens OSV e OStiV) e a branca com o núcleo não frontalizado (ordens SOV e SOtiV):

Gráfico 3: Frontalização do núcleo em relativas de objeto (n = 103)

Os dados agrupados dessa maneira nos trazem uma informação importante: embora haja uma leve tendência para fazê-lo, não é obrigatório frontalizar o núcleo em relativas de objeto. Em outras palavras, o núcleo-objeto de uma relativa não precisa necessariamente estar na periferia esquerda da sentença.

No Gráfico 4, mostramos o percentual do emprego do morfema {ti-} em nossos dados. Nele, estão representados as ordens com {ti-} (OStiV e SOtiV) e sem esse morfema (SOV e OSV):

Gráfico 4: Emprego do morfema de CFO em relativas de objeto (n = 103)

Vemos então que, assim como a frontalização do núcleo, a inclusão do morfema {ti-} é uma tendência bastante forte nas construções relativas. Contudo, ela também não é uma operação imprescindível, visto que 26% das relativas de objeto emergiram sem esse morfema.

Por fim, vamos examinar a suposta correlação entre a frontalização do objeto e a presença do morfema de CFO. Como vimos na seção 1.3, Storto (1999) descreve ambas como instâncias de uma mesma operação, *i.e.*, o {ti-} marcaria a extração do objeto para a periferia esquerda da oração. Contudo, a presença de relativas de objeto SOTiV e OSV parece nos indicar que há a possibilidade dessas duas operações estarem dissociadas, visto que o verbo é marcado com {ti-} sem que o objeto esteja frontalizado no primeiro caso e o objeto é frontalizado sem que o morfema de CFO esteja presente no segundo. Por outro lado, a taxa de significância p na tabela abaixo indica uma forte interação entre as duas variáveis, sugerindo certo condicionamento entre elas.

Tabela 3: Correlação entre frontalização do núcleo e presença de morfema de CFO

		Frontalização do núcleo	
		Frontalizado (O...)	Não frontalizado (S...)
Presença de CFO	com CFO	54	22
	sem CFO	5	22

Teste qui-quadrado ($p < 0.0001$)

Na Tabela 3, vemos que há de fato uma relação entre a frontalização e o emprego do morfema de CFO: quando o núcleo é frontalizado, é grande a probabilidade de a oração ser marcada com o morfema de CFO. Perceba, porém, que essa relação não é categórica, pois há sentenças com o núcleo não frontalizado que exibem o {ti-} (aquelas com a ordem SOTiV) e outras com movimento de núcleo que não o têm (OSV). Assim, qualquer análise sobre o morfema de CFO precisará explicar porque, por um lado, essas duas operações parecem estar dissociadas e, por outro, elas interagem tão fortemente. No próximo capítulo, discutiremos mais demoradamente essa questão e apresentaremos a nossa proposta de formalização para a frontalização do núcleo-objeto e para o morfema de CFO.

Em suma, podemos dizer que, tanto para relativas de sujeito quanto de objeto, todas as ordens de constituintes foram produzidas. Parece haver uma tendência pela frontalização do núcleo, mas o fato de os sujeitos terem produzido relativas com núcleos não frontalizados nos indica que essa não é uma operação estritamente necessária à relativização. Vimos também que, embora os sujeitos tendam a empregá-lo, o morfema de CFO também não é obrigatório em relativas de objeto. Finalmente, podemos dizer que as operações de frontalização e de inclusão do morfema de CFO estão fortemente condicionadas, mas elas parecem estar dissociadas nas ordens SOTiV e OSV.

2.2.3.3 Ordens de palavras infrequentes como erros de fala

Poderíamos pensar que, devido à relativa baixa incidência de produção de algumas ordens de palavras (a saber, relativas de sujeito OSV e relativas de objeto SOTiV, SOV e OSV), seria melhor considerá-las como um erro de fala. Na realidade, em experimentação em linguística não é tão óbvia a correlação entre a baixa incidência e erro: a raridade de uma construção poderia estar relacionada ao fato de uma situação comunicativa inibir sua emergência. Além disso, certas sentenças podem ser escassas devido a sua complexidade estrutural (como sentenças com múltiplo encaixamento). Nesse caso, a baixa incidência não refletiria diretamente um erro de produção, mas sim outros fatores que interagem com as estruturas que a gramática gera. Assim, ao lidarmos com dados infrequentes é preciso apresentar evidências de que construções raras em um determinado *corpus* não podem ser consideradas erro de fala.

Nossa posição é de que as ordens de palavras infrequentes não devem ser tomadas como erros de fala, mas sim como estruturas permitidas na gramática do karitiana. Para sustentá-la, desconstruiremos abaixo três contra-propostas que considerariam essas ordens como erros de fala.

Uma primeira hipótese é de que as ordens de palavras menos frequentes (OSV em relativas de sujeito e SOTiV, SOV e OSV em relativas de objeto) seriam erros de *performance*, i.e., construções agramaticais produzidas por um lapso do falante no momento de enunciação. Essa é uma situação plausível, pois é notório que nossa fala cotidiana é povoada por truncamentos, hesitações, etc.. Dessa forma, é esperado que esses erros de *performance* estejam igualmente presentes em situações experimentais.

Comentamos na seção 2.2.3.1 que tivemos alguns casos de erros de *performance*, que foram descartados do cômputo dos resultados. Se as nossas ordens de palavras infrequentes fossem de fato construções agramaticais, seu comportamento deveria ser então similar a esses erros de *performance* reais.

A título de comparação, consideremos os erros de *performance* descartados em relativas de objeto. O leitor pode conferir no Anexo B que tivemos apenas seis casos desse tipo, perfazendo 4% do total de sentenças produzidas ($n = 140$). Eles, contudo, são bastante pontuais, na medida em que não foram replicados nem pelos mesmos sujeitos que os produziram. Nossas ordens de palavras infrequentes, pelo contrário, não só foram produzidas por um mesmo sujeito em mais de uma ocasião como também perpassam os dados de mais de um sujeito (cf. Anexo B, Tabelas 41, 42 e 43). Assim, elas não possuem a distribuição pontual dos erros de *performance*, nos indicando que esses dois grupos de dados não são na realidade semelhantes.

Outra possibilidade é considerar as ordens infrequentes como sendo produtos da gramática do karitiana, mas não **exatamente** orações relativas. Em especial, as ordens SOTiV e SOV poderiam, na realidade, ser construções com possessivos e não relativas de objeto. Nessa visão, os dois NPs presentes nessas ordens de palavras não seriam sujeito e objeto, mas sim um sintagma nominal complexo executando uma única função gramatical. Essa análise pode ser evidenciada pela tradução possível da sentença abaixo:

estruturas com NPs possessivos não procede, pois ela implica em assunções incorretas sobre o verbo encaixado ou sobre o apagamento de NPs.

Finalmente, temos a última proposta de análise de dados infrequentes como erros, na qual eles seriam de fato construções relativas, mas não a do tipo esperado no contexto em que foram produzidas. Por exemplo, poderíamos pensar que as relativas de objeto com a ordem SOV e OSV seriam, na realidade, relativas de sujeito produzidas por desatenção.

Nosso contra-argumento a essa proposta se embasa no fragmento abaixo da sessão experimental do sujeito L. Nela, o falante enuncia uma relativa de objeto em português (“essa fruta aqui... que o morcego comeu.”) ao escolher uma das figuras apresentadas a ele e, em seguida, produz a sentença (76) em karitiana, cuja subordinada apresenta a ordem SOV:

(75) Fragmento do experimento com sujeito L

Pesquisador: Aqui a gente tem duas frutas. Essa fruta aqui, um tatu comeu. Essa fruta aqui, um morcego comeu. Aí você escolhe uma das frutas.
 L: [aponta para uma das frutas] Essa fruta aqui.
 Pesquisador: Essa aqui?
 L: **Que o morcego comeu.**
 Pesquisador: [repete] que o morcego comeu. Agora você fala qual fruta você escolheu.
 L: *Yn naakat ipyting asori kinda'o 'yty.*

(76) Relativa de objeto com a ordem SOV – falante L no contexto 2

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [asori kinda'o 'y]-ty
 1s 3-DECL-COP-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [morcego fruta comer]-OBL
 ‘Eu quero a fruta que o morcego comeu.’

O comentário de L nos indica que a construção (76) é, de fato, uma relativa de objeto com a ordem SOV e não uma relativa de sujeito como “eu quero o morcego que comeu a fruta.”. Assim, podemos sustentar que essas relativas com ordens infrequentes são, de fato, possíveis.

Visto que as ordens OSV para relativas de sujeito e SOTiV, SOV e OSV para as de objeto não devem ser tratadas como erros de fala, é preciso então acomodá-las na teoria da gramática do karitiana. No próximo capítulo, examinaremos algumas propostas para a relativização nessa língua e discutiremos se elas são capazes de derivar as estruturas desses novos dados.

2.2.4 CONCLUSÃO

Embora nosso experimento tenha confirmado uma forte tendência pela frontalização do núcleo, podemos dizer que as estruturas que nossa hipótese previa serem possíveis (relativas de sujeito e objeto com o núcleo não frontalizado) foram aceitas e produzidas se considerarmos os resultados do experimento de forma global. Também verificamos que, embora haja uma forte inclinação para empregar o morfema de CFO em relativas de objeto, sua presença não é categórica nessas construções. Diante dos dados sem o morfema de CFO, somos obrigados a dizer que {ti-} não parece executar uma operação sintática imprescindível nas relativas de objeto.

Esses achados implicam que diversas ordens de constituintes são possíveis nas construções relativas da língua karitiana: relativas de sujeito são SOV e OSV, enquanto relativas de objeto podem ter as ordens OStiV, SOtiV, SOV e OSV. Na próxima seção, discutiremos essas ordens de constituintes tendo em vista nossa hipótese de que as relativas do karitiana são RNIs e examinaremos algumas propostas de análise sintática para as diversas estruturas coletadas em nosso experimento.

3 ANÁLISE

Nosso trabalho buscava esclarecer o estatuto tipológico das orações relativas do karitiana com relação à classificação entre RNE ou RNI. A hipótese de trabalho era de que as relativas do karitiana seriam RNIs com movimento opcional do núcleo, bem como ocorre em algumas línguas yuman. Se ela estivesse correta, o núcleo de uma oração relativa poderia aparecer em posições não frontalizadas.

Nesse capítulo, examinaremos os resultados expostos no capítulo anterior tendo em vista nossa hipótese de trabalho. Na seção 3.1, discutiremos a classificação das relativas do karitiana como RNE ou RNI, examinando duas propostas que as aproximariam de construções do primeiro tipo. Visto que elas se mostrarão insuficientes para explicar o comportamento das relativas atestadas, proporemos uma análise sintática alternativa na seção 3.2 baseada no trabalho de Basilico sobre RNIs com movimento do núcleo opcional. Por fim, a seção 3.3 resume a dissertação e aponta suas questões pendentes.

3.1 RNE OU RNI?

Em nosso experimento de produção, observamos que os falantes produzem orações relativas de sujeito e objeto com núcleos não frontalizados. Esse fato nos indicaria que nossa hipótese está de fato correta, pois o deslocamento do núcleo não é uma operação imprescindível na derivação de construções relativas. Visto que o movimento do sintagma relativizado é obrigatório em RNEs, esses resultados distanciam as relativas do karitiana dessas construções.

Para sustentar e reforçar a validade dessa conclusão, examinaremos duas propostas de estruturas *a la* RNE para o karitiana, que assumem movimento do núcleo para Spec de uma projeção na periferia esquerda (CP ou AspP). Mostraremos que ambas possuem problemas teóricos e empíricos, indicando que a derivação de uma oração relativa do karitiana não pode ser similar a de RNEs.

3.1.1 MOVIMENTO DO NÚCLEO PARA SPEC,CP

Como vimos na seção 1.2.2, a versão mais difundida da teoria de *raising* assume que o núcleo de uma RNE se move para Spec, CP. Assim, seria possível afirmar que as relativas do karitiana envolvam movimento do NP relativizado para Spec, CP?

Algumas ordens de palavras produzidas em nosso experimento parecem nos indicar que essa não é a análise correta. Primeiramente, essa frontalização não precisa necessariamente ocorrer, como é o caso das relativas de objeto SOV e SOTiV:

(77) Relativa de objeto SOV – sujeito E no contexto 7

Yn *i-pyting-Ø* [Ana *pykyp pipãram<a>]-ty*
 1s NOM-querer-CON.ABS. Ana roupa costurar<v.e.>-OBL
 ‘Eu escolhi a roupa que a Ana costurou.’

(78) Relativa de objeto SOTiV - sujeito A no contexto 7

Yn *Ø-na-aka-t* *i-pyting-Ø* [Ana *pykyp*
 1s 3-DECL-cópula- NOM-querer-CON.ABS. [Ana roupa
 NFUT
ti-pipãram<a>]-ty
 CFO-costurar<v.e.>]-OBL
 ‘Eu escolhi a roupa que a Ana costurou.’

Esse comportamento é inexistente em relativas com movimento para Spec, CP, visto que nelas o núcleo se move necessariamente para a periferia esquerda da oração relativa:

(79) RNE com o núcleo *in situ* – português

*O João lavou o que eu comprei carro.
 [compare com ‘O João lavou o carro que eu comprei.’]

(80) RNE com movimento intermediário – português

*O João lavou o que eu carro comprei.
 [compare com ‘O João lavou o carro que eu comprei.’]

Uma vez que o núcleo das relativas do karitiana pode ocupar posições indisponíveis em RNEs, é problemático tratar seu deslocamento como um movimento para Spec, CP. Primeiramente, seria preciso dizer que esse movimento pode ou não

ocorrer. Na análise de De Vries (2002), isso equivaleria a dizer que C pode ter um traço qu- forte ou fraco e, no sistema de *Agree* de Chomsky (2000, 2001), teríamos que admitir que C pode ter um traço EPP ou não. Essa aparente opcionalidade tira o poder explicativo da análise e obscurece o fato de que a ausência de movimento é impossível nas relativas de núcleo externo.

Além disso, o fato de essa análise se amparar na existência de CP para explicar a frontalização do núcleo nos dá um argumento adicional para refutá-la: como vimos na seção 1.3, as orações subordinadas em karitiana parecem não apresentar a projeção CP. Assim, não existiria um Spec, CP para abrigar o núcleo frontalizado.

Esses argumentos nos levam então a desconsiderar para o karitiana a proposta de movimento de núcleo para Spec, CP.³² Contudo, poderíamos reformulá-la propondo que o núcleo de fato se move para uma projeção de periferia, mas não **exatamente** CP. Na próxima seção, discutiremos outra análise nesse espírito.

3.1.2 MOVIMENTO DO NÚCLEO PARA SPEC, AspP

Apesar de Spec, CP ser tradicionalmente tratado como o alvo de movimento, poderíamos pensar que o núcleo de uma oração relativa se desloca para outra projeção de periferia que não CP. A análise de Storto (1999, 2012) se encontra nessa linha de pensamento, pois nela o núcleo se desloca não para Spec, CP (que é ausente em subordinadas), mas sim para Spec, AspP:

(81) a. Relativa de objeto OSTiV

<i>Y-py-so 'oot-on</i>	<i>yn</i>	<i>sosy</i>	<i>ajxa</i>	<i>ti-oky-ty</i>	<i>mynda</i>
1s-ASS-ver-NFUT	1s	tatu	2p	OFC-matar-OBL	devagar

‘Eu gradualmente vi o tatu que vocês mataram.’ (STORTO, 1999: 134)

³²Da mesma forma, podemos rejeitar uma proposta na linha de Bodomo & Hiraiwa (2010) para as relativas do karitiana. Para explicar o comportamento de orações relativas na língua daagare, os autores propõem que RNIs com o núcleo deslocado envolvam movimento do núcleo para Spec, CP. Nessa análise, as RNIs com núcleo deslocado se situariam entre RNEs, que na teoria usada pelos autores envolvem movimento do núcleo para Spec, CP e de adjunção a CP, e RNIs *strictu sensu*, cujo núcleo permaneceria in situ:

- xiii. **Estrutura para RNE**
 $[_{DP} D [_{NP} NP_i [_{CP} [_{which} t_i]_k [_{C'} C [_{TP} \dots t_k \dots]]]]]$ (a partir de BHATT, 2002)
- xiv. **Estrutura para RNI em daagare**
 $[_{DP} D [_{CP} NP_i [_{C'} C [_{TP} \dots t_i \dots]]]]]$ (BODOMO & HIRAIWA, 2010)
- xv. **Estrutura para RNIs *strictu sensu***
 $[_{DP} D [_{CP} (\emptyset_i) [_{C'} C [_{TP} \dots NP_i \dots]]]]]$

b. **Estrutura para relativa OStiV**

(adaptado de STORTO, 1999:136)

A proposta de Storto se assemelha fortemente à versão de Kayne (1994) da teoria de *raising*, com a diferença de que a projeção-alvo do núcleo deslocado seria AspP e não CP. Com isso, essa análise evita os problemas relacionados à existência de CP mencionados anteriormente.

Apesar disso, ela ainda incorre em alguns problemas de ordem teórica e empírica. Primeiramente, a questão da opcionalidade no sistema ainda persiste: se os movimentos sintáticos são motivados pela checagem de algum traço (ou de EPP, no sistema de *Agree*), seria preciso assumir que essa checagem com o núcleo Asp pode ou não acontecer, visto que o núcleo não se move em alguns casos.

Mesmo que admitamos essa opcionalidade em nosso sistema, essa análise ainda esbarra em questões teóricas de difícil dissolução. Primeiramente, é preciso definir qual é exatamente o traço que Asp checaria com o núcleo. Na literatura sobre RNEs, assumiu-se desde o trabalho de Chomsky (1977) que o núcleo da relativa e C checam um traço qu-, à semelhança do que ocorre em perguntas qu-. Porém, é um tanto problemático postular um traço qu- em Asp, pois, em orações matrizes, elementos qu- não se movem para Spec, AspP, mas sim para Spec, CP (STORTO, 1999).

Esse problema poderia contudo ser contornado de diversas formas. Poderíamos postular que o traço envolvido na frontalização do núcleo em relativas não é qu-, mas sim de outra natureza. Outra possível solução é assumir a teoria de *Agree* (CHOMSKY, 2000, 2001), na qual o movimento é sempre disparado através de um traço EPP. Assim, os problemas teóricos dessa análise podem ser resolvidos se assumirmos uma teoria diferente de checagem.

Porém, a proposta de movimento do núcleo para Spec, AspP enfrenta ainda problemas empíricos que não podem ser resolvidos com facilidade. Essa análise tem

dificuldades em derivar uma das ordens produzidas em contextos de relativa de objeto, a SOTiV, pois nela o núcleo-objeto não está frontalizado e o verbo é marcado com o morfema {ti-}, que, segundo Storto (1999), marca a extração do objeto para a periferia esquerda. Nesse caso, uma possível saída seria propor que o sujeito se moveu acima de Asp, a projeção que abriga o núcleo:

(82) **Possível estrutura para SOTiV**

Um problema evidente na estrutura (82) é o alvo do movimento do sujeito. Como AspP seria a projeção máxima em subordinadas, talvez fosse mais razoável admitir uma adjunção a AspP. Ainda assim, há uma questão difícil de responder: por que o sujeito se deslocaria em uma relativa de objeto?³³

O problema mais crítico de uma análise como (82) para relativas de objeto SOTiV está relacionado à distribuição de adjuntos nessas estruturas. Segundo Storto (1999), os advérbios do karitiana se adjungem à esquerda de projeções máximas.³⁴ Como vimos na seção 1.3.2, em orações subordinadas não relativas a única posição permitida para advérbios é a inicial; contudo, nas relativas de objeto a ordem OAdvStiV é lícita e Storto assume que, nessas construções, o advérbio estaria adjungido a VP.

Se a estrutura (82) estivesse correta, a ordem SOAdvtiV deveria ser perfeitamente gramatical, visto que o advérbio também poderia estar adjungido a VP

³³Fatores como hierarquia de animacidade podem estar envolvidos, visto que diversos trabalhos apontaram sua relevância para fenômenos de ordem de palavras (FANSELOW, 2010; HALE, JELINEK & WILLIE, 2003). Em oito dos dez contextos de relativas de objeto, o sujeito era [+animado] e [+humano], o que poderia talvez explicar sua frontalização.

³⁴Com exceção de orações matrizes com a ordem SVOAdv, que teriam o advérbio adjungido à direita do CP (cf. STORTO, 1999: 149-150).

nesses casos. Isso não se verifica, contudo. Relativas de objeto SOAdvtiV são quase sempre julgadas como agramaticais³⁵:

(83) **Relativa de objeto com a ordem *SOAdvtiV**

*Ivan	Ø-na-aka-t	i-amy-t	[Inácio	gooj
Ivan	3-DECL-cópula-NFUT	NOM-comprar-CON.ABS.	[Inácio	canoa/carro
	aso aso-t	ti-haraxã]-ty.		
	rápido-ADV	OFC-consertar-OBL		

(Elicitação, novembro de 2013, falante E)

(84) **Relativa de objeto com a ordem *SOAdvtiV**

*Yn	Ø-na-aka-t	i-ki'y-t	[Luciana	syke	mynda-t
1s	3-DECL-cópula-NFUT	NOM-querer-CON.ABS.	[Luciana	mingau	devagar-ADV
		ti-m-'a]-ty.			
		OFC-CAUS-fazer-OBL			

(Elicitação, novembro de 2013, falante H)

(85) **Relativa de objeto com a ordem *SOAdvtiV**

*Karin	Ø-na-aka-t	i-engy-t	[Ivan	him
Karin	3-DECL-cópula-NFUT	NOM-vomitar-CON.ABS.	[Ivan	carne
	iso-pip	ti-m-hip<i>]-ty.		
	fogo-em	OFC-CAUS-cozinhar<v.e.>-OBL		

(Elicitação, novembro de 2013, falante E)

(86) **Relativa de objeto com a ordem *SOAdvtiV**

*Ivan	Ø-na-aka-t	i-amy-t	[Inácio	gooj
Ivan	3-DECL-cópula-NFUT	NOM-comprar-CON.ABS.	[Inácio	canoa/carro
	martelo-pip	ti-haraxã]-ty.		
	martelo-em	OFC-consertar]-OBL		

(Elicitação, fevereiro de 2014, falante S)

(87) **Relativa de objeto com a ordem *SOAdvtiV**

*Luciana	Ø-na-aka-t	i-amy-t	[Ana	pykyp
Luciana	3-DECL-cópula-NFUT	NOM-comprar-CON.ABS.	[Ana	roupa
	koot	ti-pipãram<a>]-ty.		
	ontem	OFC-CAUS-costurar<v.e.>-OBL		

(Elicitação, fevereiro de 2014, falante R)

³⁵É preciso pontuar que nem todos os falantes aceitam a ordem SOtiV em relativas de objeto e muitas vezes um mesmo falante aceita essa ordem em alguns contextos e a rejeita em outros. Por conta disso, a gramaticalidade de relativas SOAdvtiV só pode ser avaliada nos contextos em que a estrutura correspondente sem o advérbio foi julgada como gramatical. Esse é o caso de todas as sentenças de (83-87).

Também é preciso pontuar que, em alguns casos bastante raros, relativas SOAdvtiV foram julgadas como gramaticais.

Assim, concluímos que, por conta das dificuldades teóricas e empíricas discutidas aqui, a proposta de movimento do núcleo para AspP não é a mais adequada para tratar as orações relativas do karitiana.

3.1.3 CONCLUSÃO

Examinamos então duas propostas que seguiam o espírito da teoria de *raising* para as RNEs: o movimento do núcleo para Spec, CP e para Spec, AspP. Essas análises enfrentam problemas teóricos e empíricos e, portanto, não são adequadas para tratar as relativas de sujeito e objeto coletadas em nossos experimentos. Além disso, podemos concluir que o descarte das duas propostas analisadas reforça nossa conclusão de que as relativas do karitiana são RNIs, pois todas essas análises assumem movimento do núcleo *a la* RNE.

No entanto, o estatuto das relativas do karitiana como RNIs não explica a grande variação de ordens atestadas, pois essas construções geralmente têm o núcleo *in situ* e as relativas de nossos experimentos têm seus núcleos em diversas posições. Apresentaremos então uma análise alternativa, que, segundo uma sugestão de Basilico (1996), aproximaria a variação da posição do núcleo em RNIs a fenômenos mais gerais de alteração de ordem de constituintes como *scrambling* e *object shift*.

3.2 ANÁLISE SINTÁTICA

Como as propostas de movimento do núcleo para um Spec são problemáticas por diversas razões, vamos assumir que esse deslocamento é de natureza **diferente** daquele presente em RNEs. Seguindo uma sugestão de Basilico (1996), assumiremos que o alvo do deslocamento do núcleo é uma posição de **adjunção** e não um especificador.

Ao examinar RNIs com núcleo deslocado nas línguas yuman, Basilico aponta para o fato de que essas construções apresentam comportamentos diferentes de RNEs com relação a diversos fenômenos (cf. discussão na seção 1.3.3). Assim, o autor propõe que, sintaticamente, o movimento do núcleo seria uma adjunção a IP (quando o núcleo é totalmente frontalizado) ou VP (quando o núcleo se move para uma posição

intermediária), uma operação similar à encontrada em fenômenos de alteração de ordem como o *scrambling* e o *object shift*.³⁶

Tendo isso em vista, proporemos então uma análise alternativa para as relativas do karitiana, cuja premissa é o deslocamento do núcleo como adjunção. No decorrer dessa seção, o leitor perceberá que nossa proposta diferirá ligeiramente da ideia original de Basilico nas relativas de objeto, pois diversos dados da língua parecem apontar que (1) é empiricamente mais adequado considerar que o movimento do núcleo-objeto ocorre em duas etapas e (2) a primeira etapa desse movimento é para uma posição interna a vP.

Essa seção foi dividida em duas partes: primeiramente, discutiremos as relativas de sujeito considerando a variação SOV-OSV encontrada em nossos experimentos; em seguida, estenderemos nossa proposta de adjunção às relativas de objeto, fazendo diversos ajustes em nossa proposta inicial para contemplar a variação de ordem e a distribuição de advérbios nessas construções.

3.2.1 RELATIVAS DE SUJEITO

Em relativas de sujeito, o deslocamento do núcleo pode ser verificado através da gramaticalidade de adjunção entre o núcleo e o objeto (STORTO, 1999):

(88) Ordem SAdvOV em relativas de sujeito

Ivan	Ø-na-aka-t	i-sooʃ<a>-t	ʃfonso	aso aso-t
Ivan	3-DECL-cópula-NFUT	NOM-casar<v.t.>-CON.ABS.	[mulher	rápido-ADV
	opi	by- 'it<i>]-ty. ³⁷		
	brinco	CAUS-fazer<v.e.>]-OBL		

“Ivan casou rapidamente com a mulher que faz brinco.”

(Elicitação, fevereiro de 2014, falante S)

Como a adjunção entre o núcleo-sujeito e o objeto é permitida, podemos concluir que o sujeito se move para fora do vP e que há pelo menos uma projeção intermediária abaixo dele, à qual o advérbio está adjungido. Propomos então que ele se adjuge à projeção máxima das subordinadas, AspP e que, em casos como (88), o advérbio estaria adjungido a vP:

³⁶Na análise do autor, o movimento sintático é intrinsecamente ligado a questões semânticas: o núcleo de uma oração relativa se move para fugir do fechamento existencial dentro do sintagma verbal e ser mapeado na restrição de um quantificador.

³⁷O falante R julgou essa sentença como agramatical.

(89) Estrutura para relativa de sujeito SOV

Nesse ponto, é preciso tecer algumas observações: as análises de movimento do núcleo para Spec eram igualmente capazes de acomodar a gramaticalidade de (88), pois essa ordem pode ser derivada tanto se o sujeito for um adjunto de AspP ou se ele estiver movido para o Spec de uma projeção de periferia. Contudo, essa nova proposta tem a vantagem de explicar o fato de adjunção em (88) sem incorrer nos diversos problemas que apontamos nas seções anteriores.

Quanto à ordem OSV em relativas de sujeito, preferimos tratá-la como um subcaso da variação mais geral SOV/OSV, reportada anteriormente em subordinadas não relativas. Storto (1999) assume que a alteração de ordem de palavras nesse ambiente é uma operação de PF, principalmente porque ela parece estar condicionada à formalidade/coloquialidade da situação de enunciação. Estendemos então a proposta da autora às subordinadas relativas, propondo que a frontalização do objeto em relativas de sujeito OSV ocorreria em um componente estilístico em PF tendo como *input* a ordem-base SOV. Essa análise pode ter respaldo por, até o momento, nunca termos encontrado nenhum efeito semântico associado à variação mais geral entre subordinadas SOV-OSV.³⁸

³⁸É importante pontuar que não estamos incorrendo em um *argumentum ad ignorantiam*: não afirmamos que essa análise é correta por, até o momento, não termos provas do contrário. Apenas estamos dizendo que ela é plausível por não termos evidências contra ela.

3.2.2 RELATIVAS DE OBJETO

Os resultados das relativas de objeto foram mais diversificados do que os de relativas de sujeito, pois quatro ordens de constituintes diferentes (OStiV, SOTiV, SOV e OSV) foram produzidas. Nossa análise para essas construções se divide em duas etapas: primeiramente, trataremos daquelas com {ti-} e, em seguida, abordaremos as ordens SOV e OSV, que não contém o morfema de CFO. Ao final dessa seção, apresentaremos a exata formalização da operação realizada por {ti-} em nossa proposta e discutiremos como nossa análise pode ser estendida a outras construções marcadas com esse morfema.

Comentamos anteriormente que a premissa de nossa análise é considerar o movimento do núcleo como uma adjunção. Como assumimos na seção anterior que o núcleo de uma relativa de sujeito se adjunge a AspP, vamos propor que, nas relativas de objeto OStiV, o núcleo também se moveria para essa posição. Nesse caso, *v* estaria marcado com o morfema de CFO:

(90) Estrutura para relativas de objeto OStiV (1ª versão)

O principal problema dessa estrutura é estendê-la a relativas de objeto SOTiV, pois nelas o núcleo-objeto parece ter se deslocado para uma posição intermediária. Poderíamos talvez derivar essa ordem de constituintes se postularmos que o sujeito se move acima do objeto na posição de adjunto de AspP. Essa solução, contudo, incorre nos mesmos problemas das análises discutidas na seção 3.1: além do movimento do sujeito acima do objeto ser bastante nebuloso, ela prevê que a ordem agramatical

SOAdvtiV seja possível. Assim, preferimos buscar uma solução alternativa para esse problema.

Para enfrentar essa questão, modificaremos ligeiramente a estrutura em (90), assumindo que a frontalização do núcleo em relativas de objeto OStiV ocorreria em duas etapas: primeiramente, o núcleo se moveria para uma posição de adjunto de *vP* e, em seguida, para a posição de adjunto de AspP. O sujeito também se moveria para Spec, AspP – presumivelmente para checar EPP. Se o objeto “parar” na posição de adjunto de *vP*, o resultado será uma relativa SOtiV; se ele “continuar” até a posição de adjunto de AspP, teremos uma relativa de objeto OStiV:

(91) **Estrutura para relativa de objeto OStiV (2ª versão)**

Apesar de (91) acomodar a ordem SOtiV sem grandes problemas, o problema da ordem agramatical SOAdvtiV persiste. Se (91) estivesse de fato correta, seria possível que um advérbio adjungido a *vP* aparecesse entre o núcleo-objeto e o verbo (considerando que não há ordenação fixa entre adjuntos). Assim, uma relativa *SOAdvtiV seria permitida de acordo com (91). Além disso, a ordem OSAdvtiV também seria prevista como gramatical, porque também nesse caso um advérbio estaria licitamente adjungido a *vP*. Isso, contudo, não se verifica, pois relativas de objeto OSAdvtiV são sistematicamente julgadas como agramaticais:

(92) **Ordem OSAdvtiV agramatical em relativas de objeto**

*Y-py-so 'oot-on yn [sosy ajxa mynda ti-oky]-ty
 1-ASS-nfut 1s [tatu 2p devagar CFO-matar]-OBL

(STORTO, 1999: 135)

Esses dois problemas podem ser contornados se incluirmos duas modificações na estrutura (91): primeiramente, o objeto se moveria internamente ao sintagma verbal (mais especificamente, para Spec, vP) antes de ser totalmente frontalizado em relativas OStiV; em segundo lugar, o sujeito permaneceria na posição em que foi gerado, dentro do Spec, vP. Na derivação de relativas de objeto SOTiV, o núcleo se moveria apenas até Spec, vP. Em construções com a ordem OStiV, o núcleo se moveria além de Spec, vP para a posição de adjunto de AspP:

(93) **Estrutura para relativa de objeto SOTiV**

(94) Estrutura para relativa de objeto OStiV

De todas as estruturas examinadas até o momento, (93) e (94) são as únicas capazes de excluir concomitantemente as ordens agramaticais *SOAdvtiV e *OSAdvtiV. A derivação em (93) não permite *SOAdvtiV, pois, nesse caso, o advérbio teria de estar adjungido dentro do vP. Segundo suposições correntes, isso não é permitido pela gramática das línguas. A ordem *OSAdvtiV também é agramatical pela mesma razão: em (94), o advérbio deveria se localizar dentro do vP, o que é impossível. Assim, tomamos (93) e (94) como as estruturas corretas para as relativas SOTiV e OSTiV, pois, além de explicar sua derivação, são as únicas capazes de acomodar os fatos de distribuição de adjuntos nessas construções.

Quanto às duas ordens sem o morfema de CFO (a saber, SOV e OSV), propomos que essas seriam RNIs *strictu sensu*, ou seja, orações relativas com o núcleo *in situ*. Examinemos primeiro a ordem SOV. Como vimos no primeiro capítulo, SOV é a ordem *default* em orações subordinadas. Assim, não é estranho pensar que, em relativas de objeto SOV, todos os NPs estariam em sua posição de base:

(95) Estrutura para relativas de objeto SOV

A estrutura (95) para uma relativa de objeto pode causar estranhamento à primeira vista, pois o núcleo está totalmente “enterrado” dentro do sintagma verbal. Além disso, uma oração relativa com a ordem SOV seria então ambígua entre uma estrutura de relativa de sujeito como (89) e de relativa de objeto como (95).

No entanto, essa situação é apenas estranha se tivermos RNEs como parâmetro. Na versão da teoria de *raising* de De Vries (2002) e Bianchi (1999), o núcleo de uma RNI permanece na posição em que foi gerado. Assim, relativas de sujeito e de objeto seriam estruturalmente idênticas. RNEs contam com estruturas específicas para relativas de sujeito e objeto e, por isso, elas nunca são ambíguas quanto a seu núcleo. Como o núcleo de RNIs aparece geralmente *in situ*, ambiguidades em sentenças fora de contexto são frequentemente reportadas (cf. seção 1.3.3). Como discutimos acima, as relativas do karitiana são mais bem classificadas como RNIs; portanto, o núcleo *in situ* e as ambiguidades decorrentes disso são comportamentos típicos dessas construções.

Quanto a OSV, propomos que essa ordem seria uma derivação do componente fonológico, que teria como *input* a estrutura (95). Como vimos anteriormente, a variação SOV-OSV é tratada por Storto como um fenômeno de PF e, no caso das relativas de sujeito, também é plausível que ela seja uma derivação pós-sintática. Assim, consideraremos essa variação SOV-OSV como um mesmo processo que afeta todas as subordinadas da língua.

Em suma, expusemos nessa seção nossa análise para as quatro ordens de constituintes atestadas em relativas de objeto. As relativas SOV seriam RNIs *strictu sensu*, cujo núcleo permanece em sua posição de base, enquanto as construções OSV seriam uma derivação em PF a partir da ordem SOV. No caso de relativas OS*ti*V, propusemos que a frontalização do núcleo se dá em duas etapas: primeiramente, o

núcleo se move para Spec, ν P e, em seguida, para a posição de adjunto de AspP. Já nas construções SOTiV teríamos apenas o primeiro movimento para Spec, ν P.³⁹

O que ficou implícito na análise das relativas de objeto OSTiV e SOTiV é que a operação comum entre elas é o deslocamento do objeto para Spec, ν P. Esse movimento, por sua vez, estaria de alguma forma ligado à presença do morfema {ti-} no núcleo ν . Na próxima seção, explicitaremos a operação executada pelo morfema de CFO {ti-} em nossa análise e tentaremos estendê-la a construções não relativas que também apresentam {ti-}.

3.2.3 O MORFEMA {TI-}

Como vimos na seção 1.3, as análises anteriores consideram o morfema {ti-} como sendo responsável pela frontalização total do objeto. Nelas, essa frontalização parece também estar diretamente correlacionada ao domínio da estrutura da informação: na análise de Landin (1984), {ti-} é chamado de topicalizador e, nos textos de Storto (1999, 2013) e Everett (2006), ele aparece como marcação de foco. Nossa análise do morfema {ti-} diverge das apresentadas anteriormente por dois motivos: (1) o {ti-} não codificaria a frontalização do objeto para a periferia esquerda, mas sim um movimento do objeto para a borda do sintagma verbal e (2) {ti-} não está necessariamente associado a operações de topicalização e focalização. Abaixo, discutiremos mais minuciosamente nossa proposta para esse morfema.

Como se percebe nas estruturas (93) e (94), o morfema {ti-} localizar-se-ia no núcleo funcional ν e seria responsável pelo movimento do objeto para a posição de

³⁹É importante pontuar que essas derivações diferem em diversos pontos do que Coutinho-Silva (2008) propôs para as relativas com *akatyym* ('todo, todos'). Sobre isso, precisamos ressaltar que o foco de nosso trabalho são relativas restritivas, enquanto Coutinho-Silva concentra sua discussão nas relativas que possuem uma operação chamada de maximalização (GROSU & LANDMAN, 1998). Um exemplo de relativas desse tipo é (xvi) abaixo:

xvi. Relativa de grau (DE VRIES, 2001: 16)
(*Jill spilled*) the milk that there was in the can.

Em (xvi), a oração relativa se refere à *quantidade* de leite derramado. Por esse motivo, estruturas como (xvi) também são chamadas de relativas de grau por Grosu & Landman (1998). Coutinho-Silva (2008) se embasa na derivação proposta por Grosu & Landman (1998) para explicar como uma oração relativa com *akatyym* poderia ter um comportamento similar a de um quantificador universal. Como essas relativas com *akatyym* seriam maximalizadores na análise do autor, não é óbvio se sua derivação deveria ser idêntica ou até mesmo similar às relativas restritivas discutidas nesse trabalho.

Percebam que nossa definição de {ti-} é puramente formal, pois {ti-} apenas faz com que o objeto se mova para seu Spec. Essa pode ser uma vantagem sobre análises que assumem que {ti-} está necessariamente vinculado a uma operação de topicalização ou focalização, visto que, em alguns casos, o objeto de um verbo marcado com {ti-} é de fato focalizado enquanto em outros ele é informação velha:

<i>Boet</i>	<i>i-ti-m-'a-t</i>	<i>ḵonso</i>
colar	3-OFC-CAUS-fazer-NFUT	mulher
“Foi o colar que a mulher fez.”		

Yn Ø-na-aka-t i-pyting-Ø [pykyp Ana
 1s 3-DECL-cópula-NFUT NOM-querer-CON.ABS. [roupa Ana
ti-pipãram<a>]-ty
 CFO-costurar<v.e.>]-OBL
 ‘Eu escolhi a roupa que a Ana fez.’

71

Há, no entanto, um ponto a se elucidar: dado que a presença de {ti-} dispararia a extração do objeto para Spec, vP, nossa análise implica que as outras construções marcadas com esse morfema (a saber, construções de foco do objeto e perguntas qu- de objeto) também envolvem essa mesma operação. Em outras palavras, esse deslocamento do objeto para Spec, vP estaria por trás do sincretismo do morfema {ti-}.

À semelhança de nossa análise para as relativas de objeto OStiV, as construções não relativas com {ti-} também envolveriam a frontalização do objeto após a extração para Spec, vP. A diferença entre elas seria o alvo desse segundo movimento: enquanto nas relativas de objeto OStiV o objeto se tornaria um adjunto de AspP, nas perguntas qu- e construções de foco ele se moveria para uma projeção de periferia esquerda (Spec, CP ou Spec, FocP, se assumirmos um CP expandido). Nesses casos, o problema da ausência da camada CP não emerge, pois essa projeção está presente em orações matrizes. Assim, nossa análise é capaz de explicar o sincretismo do {ti-} ao considerar que a operação comum entre essas construções é o movimento do objeto para Spec, vP, mas ela ainda deixa lugar para as características individuais de cada uma delas.

Temos, contudo, uma questão remanescente: como vimos na Tabela 3 na seção 2.2.3.2, há uma forte interação entre a frontalização do objeto e o emprego do morfema {ti-}. Em outras palavras, quando um objeto se encontra na periferia da oração, há uma grande probabilidade de ele ser marcado com {ti-} e vice-versa. Como a nossa análise, que dissocia a operação de frontalização total e de movimento para Spec, vP (marcado com {ti-}) poderia explicar esse fato?

Para dar conta da interação entre as duas operações, vamos propor que a operação de frontalização **pressupõe** a extração do objeto para Spec, vP. Essa proposta não é tão anômala se considerarmos a teoria de fases de Chomsky (2000, 2001). Segundo as recentes formulações da teoria gerativa, o *spell-out* (momento no qual a estrutura sintática seria enviada para as interfaces) ocorreria ciclicamente durante a derivação e o ponto em que uma fase é completada seria o momento exato em que essa operação se aplicaria. As fases correspondem aos domínios proposicionais de C e v* (um v não inacusativo/passivo) e, no momento do *spell-out*, essa operação manda para as interfaces o complemento da fase (*i.e.*, IP e VP, respectivamente). Após essa operação, o complemento da fase fica “congelado” para operações posteriores e nenhum

(2009) propõe para o morfema de voz inversa {-d:-} em kadiwéu, com a diferença de que o alvo do movimento nessa língua seria o Spec de uma projeção dentro da camada TP.

de seus elementos pode ser extraído a partir desse ponto. Esse princípio foi formalizado por Chomsky na Condição de Impenetrabilidade de Fases:

(98) **Condição de impenetrabilidade de fases (PIC) (CHOMSKY, 2000: 108)**

Em uma fase α com o núcleo H, o domínio de H não está acessível para operações fora de α , apenas H e sua borda estão acessíveis a estas operações.

Se um elemento dentro do complemento de uma fase precisa se mover para além dela, é preciso que ele “escape” através da sua borda (as posições de especificador e adjunto). Por exemplo, se um objeto se move para Spec, CP em uma pergunta *qu-*, a derivação precisa incluir necessariamente uma etapa anterior no qual o objeto é movido para a borda de ν P. Do contrário, esse objeto ficaria encapsulado na fase ν P e estaria inerte para estabelecer relações com elementos acima dela.

As construções com {*ti-*} que envolvem frontalização do objeto – perguntas *qu-* de objeto, construção de foco do objeto e relativa de objeto OSTiV – necessariamente incluiriam o movimento anterior do objeto para Spec, ν P. Dentro da teoria de fases, isso seria regulado pelo PIC: para se mover para qualquer posição além de ν P, um objeto precisaria necessariamente escapar da fase através de Spec, ν P. A correlação entre frontalização e movimento para Spec, ν P se explica então, pois a primeira operação violaria PIC caso ocorresse sem a etapa intermediária do movimento.⁴²

3.2.4 CONCLUSÃO E QUESTÕES ADICIONAIS

Discutimos nessa seção diversas análises para as relativas de sujeito e objeto atestadas em nossos experimentos. Primeiramente, exploramos duas propostas que as aproximariam de RNEs: as hipóteses de movimento para Spec, CP e Spec, AspP. Mostramos que essas análises enfrentam diversos problemas teóricos e empíricos de difícil dissolução e que, portanto, devem ser descartadas. Assim, concluímos que as relativas do karitiana seriam mais bem analisadas como RNIs, confirmando a classificação de Storto (1999).

Seguindo uma sugestão de Basilico (1996), propusemos que o núcleo se move para uma posição de adjunto de AspP, a projeção mais alta em orações subordinadas. Em relativas de sujeito, a ordem SOV pode ser corretamente derivada dessa maneira.

⁴²Nos casos em que essa correlação não se verifica (a saber, relativas de objeto OSV), a frontalização do objeto ocorre no componente fonológico, como já discutimos anteriormente.

Quanto às aquelas com a ordem OSV, assumimos que elas seriam uma derivação pós-sintática, à semelhança do que Storto (1999) propõe para a variação SOV-OSV em subordinadas não relativas.

Nas relativas de objeto com {ti-}, vimos que a distribuição de advérbios pode ser mais bem explicada se o deslocamento do objeto para a periferia esquerda for dividido em duas etapas - a extração do objeto para Spec, ν P e a frontalização para a posição de adjunto de AspP. Essa primeira etapa também estaria presente em perguntas *qu-* de objeto e construções de foco do objeto, que são igualmente marcadas pelo {ti-}. Também vimos que, de acordo com a teoria de fases, a frontalização do objeto pressupõe sua anterior extração para a borda de ν P, do contrário o movimento violaria a PIC em (98). Dessa forma, explicamos a correlação entre a frontalização e o emprego do morfema {ti-}.

Há, contudo, uma questão remanescente. Vimos que, nas relativas de objeto, o núcleo pode estar em diversas posições na sintaxe: *in situ* no caso das SOV e OSV, em Spec, ν P nas SOTiV e na posição de adjunto de AspP nas relativas OSTiV. Partindo da premissa que a gramática de uma língua é um sistema ótimo no sentido de maximizar seus recursos, pensamos que ela jamais deveria ter três estruturas para uma mesma função. Em outras palavras, um sistema ideal não deve permitir opcionalidade. Assim, podemos supor que cada uma dessas ordens deve possuir um estatuto diferenciado dentro da língua. A questão que se coloca então é o que desencadeia o emprego de cada uma delas.

No capítulo 1, dissemos que o movimento do núcleo poderia estar relacionado às potenciais ambiguidades das relativas do karitiana, que, a depender de fatores lexicais e contextuais, podem ser interpretadas como subordinadas não relativas. Além disso, o fato de termos encontrado relativas de objeto SOV adiciona mais um ingrediente a essa explicação, pois agora a ambiguidade entre uma relativa de sujeito e objeto pode de fato emergir em certos contextos. Assim, como as relativas com o núcleo *in situ* seriam bastante ambíguas, propusemos que a frontalização do núcleo seria o recurso empregado para explicitá-las.

Essa explicação não pode, contudo, abarcar todos os fatos: se ela fosse a única motivação para a frontalização do núcleo, seria esperado que em contextos não ambíguos tivéssemos **apenas** relativas com o núcleo *in situ*. Esse não é o caso: tivemos diversos dados de relativas com núcleos frontalizados em nosso experimento apesar da

situação comunicativa não ser ambígua.⁴³ Além disso, essa explicação não é capaz de estabelecer qual a diferença entre o *status* de uma relativa de objeto com frontalização total (OStiV) e outra com movimento intermediário (SOtiV).

Outros fatores parecem então estar condicionando o movimento do núcleo nas relativas do karitiana. Estudos sobre fenômenos de ordens permutável⁴⁴ apontaram que fatores como hierarquia de animacidade, hierarquia de pessoa, estrutura da informação e definitude/especificidade estão envolvidos e aparecem frequentemente combinados (*e.g.* HALE, JELINEK & WILLIE, 2003 para o navajo; GREWENDORF & FANSELOW, 1990 e FANSELOW, 1990, 2010 para o alemão; KARIMI, 2003 para o persa; SANDALO, 2009 e SANDALO & GORDON, 1999 para o kadiwéu, HOLMBERG, 1990 para o islandês, entre outros). Além de fatores de ordem sintática e/ou semântica, esses mecanismos de alteração de ordem também parecem interagir com a estrutura fonológica das orações (cf. ANTONYUK-YUDINA & MYKHAYLYK (2013) sobre a interação do *scrambling* ucraniano com elementos com proeminência prosódica).

É possível ainda que fatores não estruturais como mudanças de registro ou uma diferença geracional também estejam envolvidos, dadas as transformações sociais e demográficas que os Karitiana sofreram nos últimos anos (STORTO & VANDERVELDEN, 2005). Assim, somente uma nova coleta de dados que controle todos esses fatores e uma análise multivariada serão capazes de analisar o impacto de cada um deles. Como essa tarefa transcende o escopo do presente trabalho, deixamos essa questão em aberto para as investigações futuras.

3.3 RESUMO DA DISSERTAÇÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho buscava clarificar o estatuto das orações relativas do karitiana frente à dicotomia RNE/RNI. Vimos que essas construções exibiam características dessas duas classes tipológicas (a saber, a frontalização e a marcação de caso no núcleo), o que dificultava sua classificação e formalização. A partir de descrições de línguas cujas orações relativas exibem o mesmo padrão de comportamento, elaboramos uma hipótese de que as relativas do karitiana seriam RNIs com a possibilidade de

⁴³Além disso, também coletamos diversas relativas com núcleos frontalizados no Experimento 3, que será descrito no apêndice desse trabalho. Como veremos mais adiante, os contextos desse experimento eram totalmente desprovidos de qualquer tipo de ambiguidade e, ainda assim, os sujeitos optaram por frontalizar o núcleo.

⁴⁴Línguas que apresentam esses fenômenos são geralmente chamadas de não configuracionais a partir do trabalho de Hale (1983).

movimento do núcleo. A previsão de nossa hipótese era de que, se for esse o caso, RNIs *strictu sensu* com o núcleo *in situ* deveriam ser possíveis em alguma situação comunicativa.

Elaboramos então um experimento com o intuito de testar nossa hipótese e verificamos que os falantes de fato produzem núcleos não frontalizados. Discutimos então diversas propostas de estruturas sintáticas para abarcarmos esses novos dados e argumentamos que uma proposta que assume o deslocamento do núcleo para uma posição de adjunto de AspP é tanto teoricamente quanto empiricamente mais adequada. Argumentamos ainda que, no caso das relativas de objeto, é preciso assumir que a frontalização do núcleo ocorre em duas etapas (primeiro um movimento para Spec, *v*P e, em seguida, para uma posição de adjunto de AspP) para explicarmos a distribuição de adjuntos nessas construções. Por fim, discutimos como o movimento do objeto para Spec, *v*P estaria relacionado à presença de {*ti*-} e como essa operação estaria na base do sincretismo desse morfema.

Nossa pesquisa deixou algumas questões pendentes - em especial, os fatores que condicionam o emprego de cada uma das ordens de constituintes atestadas nos experimentos. Porém, acreditamos que ela ainda mantém seu valor por ter esclarecido pontos obscuros na literatura sobre a língua e ter contribuído com novos dados para as teorias de relativização.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. & LEANDRO, W.. The Acquisition of the Relativizer “-uraz” in Wapichana. In: RECURSION IN BRAZILIAN LANGUAGES AND BEYOND, 2013, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/recursion/info/13-the-acquisition-of-the-relativizer.pdf>. Acesso em 21 de março de 2014.

ANTONYUK-YUDINA, S. & MYKHAYLYK, R. Prosody of Scrambling. *Proceedings of NELS 40*, MIT, 2013.

BASILICO, D. Head position and internally headed relative clauses. *Language* 72 (3), 1996.

BHATT, R. The raising analysis of relative clauses: evidence from adjectival modification. *Natural Language Semantics* 10, 2002.

BIANCHI, V. *Consequences of antisymmetry: Headed relative clauses*. Berlim: Mouton de Gruyter, 1999.

BODOMO, A. & HIRAIWA, K. Relativization in Dagaare and Its Typological Implications: Left-Headed But Internally-Headed. *Lingua*, 120 (4), 2010.

CABLE, S. Fieldwork on an Unfamiliar Language: Some Preliminary ‘How To’ Notes. 2012. Disponível em: <<http://people.umass.edu/scable/LING748-SP12/Materials/LING748-Methodology.pdf>>. Acesso em junho de 2013.

CARVALHO, A. M.. *O auxiliar aspectual tyka do Karitiana*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2010.

CHIEN, Y. C., & WEXLER, K. Children's knowledge of locality conditions in binding as evidence for the modularity of syntax and pragmatics. *Language Acquisition* 1(3), 1990.

CHOMSKY, N. On wh movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T. & AKMAJIAN. *Formal syntax*. Nova iorque: Academic Press, 1977.

_____. *Knowledge of language: Its nature, origins, and use*. Greenwood Publishing Group, 1986.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 1995.

_____. Minimalist Inquiries: the Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D. & URIAGEREKA, J. (eds.). *Step by step: essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

_____. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001.

_____. *An interview on minimalism*. In: BELLETTI, A. & RIZZI, L. (eds.). *On nature and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

COLE, P. The structure of internally headed relative clauses. *Natural Language & Linguistic Theory* 5 (2), 1987.

COUTINHO-SILVA, T. *Aspectos dos sintagmas nominais em Karitiana: a quantificação universal*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2008.

CRAIN, S. & THORNTON, R. *Investigations in Universal Grammar: A guide to experiments on the acquisition of syntax and semantics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

CULY, C. *The syntax and semantics of internally-headed relative clauses*. Tese de doutorado, Universidade de Stanford.

DE VRIES, M. *The syntax of relativization*. Utrecht: LOT, 2002.

EVERETT, C. *Gestural, perceptual and conceptual patterns in Karitiana*. Dissertação de doutorado, Rice University, 2006.

FANSELOW, G. Scrambling as NP-Movement. In: GREWENDORF, G. & STERNEFELD, W. (orgs.) *Scrambling and barriers*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins publishing company, 1990.

_____. Scrambling as formal movement. In: KUČEROVÁ I. & NEELEMAN A (orgs.). *Contrasts and Positions in Information Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GORBET, L. Diegueño relative clauses. In: *A grammar of diegueño nominals*. New York: Garland Pub, 1976.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. (eds.) *Syntax and Semantics* 3. Academic Press, 1975.

GREWENDORF, G. & STERNEFELD, W. Scrambling theories. In: GREWENDORF, G. & STERNEFELD, W. (orgs.) *Scrambling and barriers*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins publishing company, 1990.

GROSU, A. & LANDMAN, F. Strange relatives of the third kind. *Natural Language Semantics* 6, 1998.

HALE, K. Warlpiri and the Grammar of Non-Configurational Languages. *Natural Language & Linguistic Theory* 1, 1983.

HALE, K.; JELINEK, E. & WILLIE, M. Topic and focus scope positions in navajo. In: KARIMI, S. *Word order and scrambling*. Blackwell Publishing: Reino Unido, 2003.

HOLMBERG, A. Remarks on Holmberg's generalization. *Studia linguistica*, 53(1), 1999.

KARIMI, S. On object positions, specificity, and scrambling in persian. In: KARIMI, S. (org.). *Word order and scrambling*. Reino Unido: Blackwell Publishing, 2003.

KAYNE, R. *The antisymmetry of syntax*. Linguistic Inquiry Monographs, 1994.

KENDALL, M. Relative Clause Formation and Topicalization in Yavapai. *International Journal of American Linguistics*, 40 (2), 1974.

LABELLE, M. Predication, wh-movement, and the development of relative clauses. *Language acquisition* 1, 1990.

LANDIN, D. *An outline of the syntactic structure of Karitiana sentences*. In Estudos sobre línguas Tupi do Brasil. Ed. R. Dooley. Brasília: SIL, 1984.

_____. *Dicionário e léxico karitiana – português*. Sociedade Internacional de Lingüística Cuiabá, MT, 2005.

LANDIN, R. Word order variation in Karitiana. *Arquivo Linguístico* 149, 1982.

LIMA, S. Container constructions in Yudja (Tupi): recursion of postpositional phrases. In: RECURSION IN BRAZILIAN LANGUAGES AND BEYOND, 2013, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em <<http://www.letas.ufrj.br/poslinguistica/recursion/info/22-container-construction.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2014.

LIMA, S. & KAIABI, P. Recursion of postpositional and possessive phrases in Kawaiwete (Tupi-Guarani, Tupi) . In: RECURSION IN BRAZILIAN LANGUAGES AND BEYOND, 2013, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em <<http://www.letas.ufrj.br/poslinguistica/recursion/info/4-recursion-of-postpositional.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2014.

MAIA, M; FRANÇA, A. GESUALDI, A.; LAGE, A. OLIVEIRA, C.. The processing of PP embedding and coordination in Karaja and in Portuguese. In: RECURSION IN BRAZILIAN LANGUAGES AND BEYOND, 2013, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em <<http://www.letas.ufrj.br/poslinguistica/recursion/info/17-the-processing-of-pp.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2014.

MATTHEWSON, L. On the Methodology of Semantic Fieldwork. *International Journal of American Linguistics* 70, 2004.

MÜLLER, A. On the encoding of the definite/indefinite distinction in Karitiana. In: Reich, I. et al. (eds.), *Proceedings of Sinn & Bedeutung 15*. Saarbrücken: Universaar – Saarland University Press, 2011.

MÜLLER, A., & SANCHEZ-MENDES, L. O Significado da pluracionalidade em Karitiana. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 52 (2), 2010.

MUNRO, P. *Mojave syntax*. Nova iorque: Garland Publishing, 1976.

ROCHA, I. *A Estrutura Argumental da Língua Karitiana: desafios descritivos e teóricos*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2011.

RODRIGUES, A. *Líguas Brasileiras: para o conhecimento das líguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 4ª edição, 2002.

RODRIGUES, C. & SANDALO, F. Word order as evidence for recursion in Pirahã. (em preparação).

SANCHEZ-MENDES, L. *A quantificação adverbial em Karitiana*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2009.

SANDALO, F. Person hierarchy and inverse voice in Kadiwéu. *Liames* 9, 2009.

SANDALO, F. & GORDON, P. Acquisition and Creolization of Condition C Violations in Kadiwéu and Portuguese. *Cadernos de Estudos Lingüísticos – UNICAMP* 36, 193-205, 1999.

SAUERLAND, U. Experimental Evidence for Complex Syntax in Pirahã. Manuscrito, 2010. Disponível em <<http://ling.auf.net/lingbuzz/001095>>. Acesso em 21 de março de 2014.

SCHACHTER, P. Focus and relativization. *Language* 49 (1), 1973.

STORTO, L. Livro de apoio ao aprendizado da ortografia karitiana. Manuscrito, 1996.

_____. *Aspects of a Karitiana Grammar*. Tese de doutorado. MIT, Estados Unidos da América, 1999.

_____. Algumas Categorias Funcionais em Karitiana. In: *Líguas Indígenas Brasileiras: Fonologia, Gramática, e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Líguas Indígenas da ANPOLL. Tomo I*, 2001.

_____. Relativas de núcleo interno em Karitiana. *Caderno de Resumos da ABRALIN 2003*, Rio de Janeiro: ABRALIN, 2003.

_____. Caso e Concordância nas Líguas Tupi. *Estudos Lingüísticos*, Campinas, SP, v. XXXIV, 2005.

_____. Copular Constructions in Karitiana: a case against case movement. In: University of Massachusetts Occasional Papers 41. Amherst: GLSA/The University of Massachusetts, 2010.

_____. Subordination in Karitiana. In: *Subordination in Amazonian Languages*. PACHECO, F., QUEIXALOS, F., WETSELZ, L. & TELLES, S. (eds.). Brill's Studies in the Indigenous Languages of the Americas, 2012.

STORTO, L. & VANDER-VELDEN, F. Karitiana. In: Povos Indígenas do Brasil – Instituto Sócio-ambiental, 2005. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karitiana>>. Acesso em: 6 de março de 2014.

STORTO, L., VIVANCO, K. & ROCHA, I. Multiple Embedding of Relative Clauses in Karitiana (em preparação).

SZABOLCSI, A. Noun phrases and clauses: Is DP analogous to IP or CP. In: *Proceedings of the Colloquium on Noun Phrase structure*, Manchester, 1989.

THORNTON, R. Elicited production. In: CAIRNS, H., MCDANIEL, D. & MCKEE, C. (eds.), *Methods for Assessing Children's Syntax*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.

VIVANCO, K. & PIRES, A. Aquisição de relativas de objeto no Português Brasileiro. In: Anais do VIII ENAL / II EIAL Encontro Inter/Nacional sobre Aquisição da Linguagem. Juiz de Fora, 2012.

WILLIAMSON, J. An indefiniteness restriction for relative clauses in Lakhota. In: Reuland, E. & TER MEULEN, A. (eds.). *The representation of (in) definiteness*. MIT Press, 1987.

APÊNDICE – EXPERIMENTOS 2 E 3

Como o leitor pôde perceber durante a leitura, nosso trabalho se embasa essencialmente nos resultados de um experimento de produção aplicado à língua karitiana. Dados de produção são usualmente considerados mais fidedignos que os julgamentos de gramaticalidade ou de valor de verdade, pois nesses últimos casos sempre é possível contra-argumentar que o falante permitiu ou recusou a sentença por razões não gramaticais (cf. MATTHEWSON, 2004). Nossa metodologia, portanto, garante um alto grau de credibilidade nas estruturas coletadas por ser uma tarefa de produção. Além disso, nosso experimento contou com um número relativamente robusto de falantes ($n = 14$), garantindo solidez aos resultados.

Além desse experimento de produção, elaboramos e aplicamos ainda outros dois experimentos que pretendiam investigar nossa hipótese (50). Como exporemos mais adiante, os resultados desses dois experimentos confirmam os resultados descritos na seção 2.2.3 e, por conta disso, eles não foram citados no corpo do trabalho. Ainda assim gostaríamos de expor seus resultados ao leitor, pois o fato de os mesmos resultados terem sido obtidos com outro tipo de metodologia confirma que as estruturas que prevemos ser possíveis não são um ruído causado por uma metodologia falha, mas sim um produto real da gramática da língua.

Na seção A, descreveremos alguns aspectos comuns aos dois experimentos. Depois, exporemos na seção B a metodologia e o resultado do Experimento 2, que era uma tarefa de julgamento de valor de verdade. Também apresentaremos nessa seção o Experimento 3 e esmiuçaremos sua metodologia de julgamento de gramaticalidade e seus resultados. Por fim, sumariaremos os resultados dos dois experimentos na seção C e os articularemos com o que fora obtido com nosso experimento de produção.

A. ASPECTOS COMUNS AOS EXPERIMENTOS 2 E 3

Os Experimentos 2 e 3 foram aplicados durante um trabalho de campo realizado em março e abril na cidade de Porto Velho - Rondônia. Como envolviam leitura e compreensão de textos, ambos eram impressos e entregues diretamente aos falantes. Primeiramente, os instruíamos sobre o tipo de tarefa a ser executada e fazíamos junto

com eles o primeiro e o segundo contexto (que era um treino composto por distratoras). Depois disso, deixávamos que os informantes completassem o resto sozinhos, mas permanecíamos sempre ao lado deles para sanar qualquer dúvida que surgisse.⁴⁵

As sentenças-teste dos Experimentos 2 e 3 foram criadas a partir do *template* em (99), idêntico ao de número (61) empregado em nosso experimento de produção:

(99) ***Template das sentenças-teste***

S V_{INTR} [REL NP NP V_{TR}]-ty

Dada a ambiguidade das subordinadas exposta na seção 1.3.2, a classe dos verbos intransitivos com argumento oblíquo pode ser subdividida em dois tipos:

⁴⁵Inicialmente, poderíamos pensar que o fato dos falantes completarem sozinhos o resto do experimento poderia prejudicar de alguma maneira nossos resultados. Contudo, sessões de elicitación anteriores e um experimento-piloto realizado em março de 2012 nos mostraram que, em testes que exigem bastante concentração e envolviam tarefas de grande complexidade, muitos voluntários ficavam mais à vontade quando tinham a liberdade de executar o teste no seu ritmo. Assim, eles poderiam ler e reler os contextos e pensar sobre as sentenças, dando os julgamentos com calma e, portanto, com firmeza.

Poder-se-ia objetar também que o fato de os Experimentos 2 e 3 serem escritos poderia ter influenciado negativamente os resultados, pois, para realizar tal tipo de teste, os falantes precisariam ser proficientes em leitura. Como dissemos anteriormente, nossos sujeitos frequentaram o ensino fundamental; logo, a expectativa é que todos estejam alfabetizados. Além do mais, se as respostas dos falantes fossem randômicas, isso poderia ser detectado a partir de um padrão desviante nas sentenças-distratoras.

Tabela 4: Propriedades lexicais de verbos intransitivos com argumento oblíquo

	Tipo A	Tipo B
Características	V _{INTR} não permite a leitura da encaixada como complemento factivo, apenas como uma oração relativa.	V _{INTR} permite a leitura da encaixada como um complemento factivo e como uma oração relativa.
Verbo	<i>amy</i> ('comprar'), <i>engy</i> ('vomitar'), <i>sooj</i> ('casar'), <i>hej</i> ('deixar, abandonar')	<i>so 'oot hãrãj</i> ('gostar'), <i>so 'oot sara 'it</i> ('odiar'), <i>pyting</i> ('querer')
Sentença	<p><i>Karin</i> Ø-na-aka-t <i>i-amy-t</i> [<i>gooj</i> <i>Marcelo</i> <i>Karin</i> 3-DECL-ser-NFUT PAR-comprar-CON.ABS canoa <i>Marcelo</i> <i>ti-m- 'a]-ty.</i> CFO-CAUS-fazer-OBL</p> <p>Relativa: “A Karin comprou a canoa que o Marcelo fez.” C. factivo: ✗</p>	<p><i>Yn</i> Ø-na-aka-t <i>i-so 'oot-Ø</i> [<i>tasō</i> <i>ōwa</i> 1s 3-DECL-ser-NFUT PART-ver-CON.ABS. homem criança <i>mĩ]-ty</i> bater-O BL</p> <p>Relativa: “Eu vi o homem que machucou a criança.” C. factivo: “Eu vi o homem machucar a criança.”</p>

Para os Experimentos 2 e 3, empregamos na matriz apenas verbos do tipo A para termos certeza de que a subordinada seria interpretada como uma oração relativa.⁴⁶

B. EXPERIMENTOS

B1. EXPERIMENTO 2

B1.1 Metodologia do Experimento 2

Como exposto na seção 1.4, o objetivo de nossa pesquisa é verificar se o movimento do núcleo das orações relativas pode não ocorrer. Para confirmar esta hipótese, é preciso atestar construções com núcleos em outras posições que não a periferia esquerda. Assim, o Experimento 2 tinha o objetivo de verificar se o núcleo da relativa poderia ser interpretado em uma posição não frontalizada.

As seguintes configurações foram empregadas na formulação das sentenças-teste:

(100) Tipos de sentenças empregadas no Experimento 2

a. Relativas de sujeito

- i. Relativas de sujeito com ordem SOV (controle)
- ii. Relativas de sujeito com ordem OSV

b. Relativas de objeto

- iii. Relativa de objeto com ordem OStiV (controle)
- iv. Relativa de objeto com núcleo ordem OSV
- v. Relativa de objeto com ordem SOV

Nas relativas de sujeito, a ordem SOV foi atestada previamente na literatura e, por conta disso, sentenças com tal configuração são nossas sentenças-controle. A ordem OSV é atestada em outros tipos de subordinada (cf. seção 1.3); assim, queremos verificar se uma oração relativa de sujeito pode apresentar também essa estrutura (*i.e.*, se uma relativa pode ter seu núcleo não frontalizado).

⁴⁶No experimento de produção, o V_{INTR} na matriz era sempre *pyting*, ‘querer’, que pertence ao grupo B. Neste caso, porém, a leitura da encaixada como um evento é inibida pela situação experimental, que favorece o emprego de uma oração relativa (cf. seção 2.2.1).

A ordem reportada para as relativas de objeto é OStiV e, portanto, essa foi a configuração das nossas sentenças-controle. Queremos verificar se é possível que uma relativa de objeto possa não ter o morfema de CFO e também se o núcleo pode não estar frontalizado. Assim, nossas sentenças-teste têm as ordens OSV e SOV.

Para cada tipo de (100i) a (100v), criamos 11 sentenças, totalizando 55.⁴⁷ O *template* delas seguiu o padrão em (99) e empregamos na matriz apenas verbos do tipo A.

Nesse experimento, há um aspecto importante: os dois NPs da encaixada eram possíveis candidatos a objeto do verbo da matriz e a escolha entre um ou outro era definida por critérios gramaticais e/ou pelo contexto. Isso pode ser percebido na sentença abaixo (cuja tradução foi propositalmente omitida):

(101) Sentença do Experimento 2

<i>Ivan</i>	<i>Ø-na-aka-t</i>	<i>i-hej-Ø</i>	<i>[jonso</i>	<i>professora</i>	<i>mĩ]-ty.</i>
Ivan	3-DECL-ser-NFUT	PAR-deixar-CON.ABS	[mulher	professora	bater]-OBL

A priori, tanto *jonso* ('mulher') quanto *professora* poderiam ser objeto do verbo *hej* ('deixar, abandonar'). Além disso, tanto a mulher poderia ter batido na professora quanto a professora poderia ter batido na mulher (lembrem-se que, nas encaixadas, ambas ordens SOV e OSV são permitidas). Obviamente, a interpretação que o sujeito oferece a (101) estará estritamente vinculada às possibilidades gramaticais de sua língua. Por isso, o significado que os sujeitos atribuem a essa sentença nos indicará qual configuração sintática é possível para a sequência de palavras em (101).

A metodologia empregada nesse experimento é o Julgamento de Valor de Verdade (CRAIN & THORNTON, 1998), na qual o sujeito deve julgar se determinada sentença é verdadeira ou falsa num contexto. O experimento funciona da seguinte forma: um mesmo contexto é apresentado para um par de relativas de sujeito com as configurações (100i) e (100ii) em dois momentos distintos. Esse contexto descreve sempre uma situação na qual o uso da sentença-controle é verdadeira. Contexto e sentença eram apresentados em "fichas", como as reproduzidas abaixo:

⁴⁷Infelizmente, esse número não se manteve em nossos resultados, pois muitas sentenças tiveram de ser descartadas (cf. seção B1.2).

(102) **Exemplo de ficha para relativa de sujeito – configuração (100i)**

O Ivan era casado com uma mulher que ele amava muito. Só que, ultimamente, ela tinha se tornado muito agressiva com as outras pessoas... Ela brigava com todo mundo. A professora da aldeia, que não gostava nem um pouco dessa situação, resolveu falar com ela pra ela parar de brigar com todo mundo. A mulher ficou furiosa, tão furiosa que chegou até a bater na professora! Depois disso, o Ivan decidiu que não dava mais pra ficar com ela... “Como eu posso ficar com uma pessoa que trata os outros tão mal assim?”, ele disse. Ele abandonou aquela mulher pra sempre. Depois disso, ela se arrependeu de tudo e nunca mais brigou com ninguém.

Se eu te disser “*Ivan naakat ihej ãonso professora mĩty*”, eu te disse a verdade?

☐ VERDADE

☐ FALSO

(103) **Exemplo de ficha para relativa de sujeito – configuração (100ii)**

O Ivan era casado com uma mulher que ele amava muito. Só que, ultimamente, ela tinha se tornado muito agressiva com as outras pessoas... Ela brigava com todo mundo. A professora da aldeia, que não gostava nem um pouco dessa situação, resolveu falar com ela pra ela parar de brigar com todo mundo. A mulher ficou furiosa, tão furiosa que chegou até a bater na professora! Depois disso, o Ivan decidiu que não dava mais pra ficar com ela... “Como eu posso ficar com uma pessoa que trata os outros tão mal assim?”, ele disse. Ele abandonou aquela mulher pra sempre. Depois disso, ela se arrependeu de tudo e nunca mais brigou com ninguém.

Se eu te disser “*Ivan naakat ihej ãonso mĩty*.”, eu te disse a verdade?

☐ VERDADE

☐ FALSO

As fichas em (102) e (103) são idênticas exceto pelo fato de que, em (103), a sentença-teste aparece com a ordem de constituintes modificada. A ideia do experimento é verificar se a mesma interpretação que os falantes atribuem à sentença em (102) é possível em (103). Em outras palavras, queremos verificar se é permitido que *ãonso* (‘mulher’) seja o núcleo da relativa mesmo não estando frontalizado.

Para relativas de objeto, o experimento procede de forma semelhante, com a diferença de que haverá três contextos (para o trio de configurações (100iii-v)) em vez de dois.

As sentenças-controle ((100i) para as relativas de sujeito e (100iii) para as de objeto) têm o julgamento esperado como verdadeiro, uma vez que, como dissemos anteriormente, os contextos são sempre compatíveis com essas sentenças. Já a resposta do falante em (103) nos revelará como a sentença foi interpretada: uma resposta afirmativa do falante é uma evidência de que o movimento de núcleo é opcional em karitiana, pois *ãonso* é tomado como núcleo da relativa mesmo não estando frontalizado.

Um julgamento negativo poderia ser talvez um indicativo de que o núcleo precisa estar frontalizado na língua, pois, neste caso, a sentença teria sido interpretada como “Ivan deixou a professora que bateu na mulher”, que é falso no contexto. Porém, é possível que outras razões tenham desencadeado esse julgamento: o falante poderia ter recusado a sentença por ela ser pragmaticamente infeliz, por exemplo (MATTHEWSON, 2004). Assim, nesse experimento um julgamento verdadeiro é sempre elucidativo, pois ele é um indício claro de que o núcleo está sendo interpretado em uma posição não frontalizada. Um julgamento negativo, contudo, não nos dá respostas sólidas, devendo então ser desconsiderado enquanto evidência a favor ou contra nossa hipótese (50).

B1.2 Resultados do experimento 2

Inicialmente, criamos 11 sentenças para cada uma das estruturas que compunha nosso teste. Infelizmente, esse número não se manteve, pois algumas das sentenças criadas se revelaram problemáticas na hora do teste e tiveram de ser descartadas.⁴⁸

Consideramos como dados apenas as séries que tiveram as sentenças-controle com o núcleo movido (*i.e.*, as ordens (100i) e (100iii)) julgadas como verdadeiras. Por exemplo, se o falante julgou determinada relativa de sujeito com a ordem SOV como falsa, os dados da relativa correspondente com a ordem OSV foram desconsiderados. A razão para tanto reside no *design* do experimento: como vimos, as sentenças-controle tinham o julgamento esperado como verdadeiras; caso elas fossem julgadas como falsas, isso nos indicaria que algo na sua estrutura não está funcionando da forma esperada. Para que este ruído não interferisse no resultado final, descartamos essas sentenças e suas correspondentes com o núcleo não frontalizado. Por esse motivo, o número total de sentenças julgadas variou entre os dois informantes.

Como expusemos na seção anterior, há nesse experimento uma correlação entre o julgamento como verdadeiro e a interpretação do núcleo em uma posição não frontalizada. Desse modo, o número de sentenças-teste julgadas como verdadeiras implicará no número de casos em que um NP não movido foi interpretado como núcleo da oração relativa.

⁴⁸Um exemplo foram duas sentenças criadas com o verbo *signga*. No léxico de verbos de Rocha (2011), esse verbo é traduzido como ‘vencer’. Muitos falantes, porém, ou não reconheceram a existência desse verbo ou então o conheciam com outro significado (*e.g.*, ‘lembrar’). Contextos com problemas semelhantes foram igualmente excluídos do teste.

Foram testados nesse experimento dois sujeitos, A e B. Primeiramente, analisemos os resultados para as relativas de sujeito. O número e porcentagem das sentenças julgadas como verdadeiras está reproduzido na tabela abaixo:

Tabela 5: Porcentagem de relativas de sujeito julgadas como verdadeiras

Sujeitos	SOV (controle)		OSV		<i>n</i> _{TOTAL}
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	
A	9	100%	9	100%	9
B	6	100%	5	83,33%	6

O número total exposto na tabela diz respeito à quantidade de pares considerados para os dois informantes. Cada par engloba duas sentenças com a mesma estrutura, mas com diferentes ordens na subordinada (SOV ou OSV – cf. item (100a)).

Como o leitor pode perceber, as sentenças-controle com a ordem SOV foram julgadas como verdadeiras. Os resultados relevantes estão na segunda coluna, que retrata a taxa de julgamento ‘verdadeiro’ para sentenças com o núcleo não frontalizado (*i.e.*, relativas de sujeito com a ordem OSV). Nesse caso, a porcentagem de sentenças avaliadas como verdadeira é bastante alta (100% para A e 83% para B), o que nos revela a ampla aceitação do núcleo não frontalizado em relativas de sujeito.

A tabela abaixo descreve os resultados das relativas de objeto. Novamente, reproduzimos o número e a porcentagem de sentenças julgadas como verdadeiras para as três estruturas em teste: OStiV (a sentença-controle), OSV e SOV:

Tabela 6: Porcentagem de relativas de objeto julgadas como verdadeiras

Sujeitos	OStiV (controle)		OSV		SOV		<i>n</i> _{TOTAL}
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	
A	6	100%	1	17%	2	33%	6
B	4	100%	2	50% ⁴⁹	2	50% ⁵⁰	4

As sentenças-controle OStiV (com o núcleo frontalizado e a presença de CFO) têm o julgamento esperado como verdadeiras. Quanto às sentenças-teste, A e B julgaram relativas de objeto OSV como verdadeiras em 17% e 50% dos casos

⁴⁹Uma das sentenças foi julgada como verdadeira sob protestos do informante, que afirmava que ela estava “muito estranha”.

⁵⁰A tradução oferecida para uma das sentenças julgadas como verdadeira (‘Karin tem medo onça atacar o homem’ [sic]) pode talvez indicar que ela foi interpretada como um IP, não como uma relativa.

respectivamente, enquanto as SOV tiveram o mesmo julgamento em 33% e 50% dos casos.

Nos dados do sujeito A, há uma alta taxa de julgamento negativo nas sentenças-teste. Como vimos na seção anterior, um julgamento falso não é elucidativo e, portanto, o comportamento de A não nos diz se um núcleo não frontalizado é permitido em relativas de objeto em karitiana.

Sobre B, podemos ver na Tabela 6 que relativas de objeto com as ordens SOV e OSV foram aceitas na metade dos casos. Isso não é, contudo, suficiente para dizermos que essas ordens são possíveis, pois a distribuição de 50% nos dados de B configura um comportamento de chance, no qual as escolhas parecem ser randômicas. Assim, também não é possível afirmar para B se relativas de objeto SOV e OSV são possíveis em relativas de objeto.

Em resumo, o Experimento 2 tem diferentes resultados para relativas de sujeito e objeto. No primeiro caso, podemos dizer que os falantes permitiram o núcleo em uma posição não frontalizada, pois a alta taxa de julgamentos como verdadeiro indica que o núcleo pode ser interpretado sem estar na periferia da oração. Os resultados das relativas de objeto, contudo, não são tão esclarecedores, pois o sujeito A rejeitou grande parte das sentenças (e julgamentos negativos, como dissemos anteriormente, não são elucidativos aqui) e B apresentou um comportamento randômico. Assim, não é possível afirmar nada a respeito das relativas de objeto nesse ponto. No entanto, veremos na seção B1.4 que os resultados dos outros experimentos complementam essa lacuna deixada pelo Experimento 2.

B1.3 Metodologia do Experimento 3

Na seção 1.3.3, discutimos línguas que empregam o movimento do núcleo como estratégia para desambiguar RNIs. Como a ambiguidade é o gatilho da operação nesses casos, talvez relativas com o núcleo não frontalizado ocorressem no karitiana apenas em contextos não ambíguos. Desse modo, elaboramos um experimento no qual todas as ambiguidades potenciais foram eliminadas com o objetivo de propiciar o emprego de relativas sem a frontalização do núcleo.

Nesse experimento, testamos apenas relativas de objeto e empregamos apenas estruturas com o núcleo na periferia da oração.⁵¹ Nossas relativas não tinham o morfema {ti-} e eram apresentadas com duas ordens de palavras, OSV e SOV. Assim, nosso experimento continha as seguintes configurações:

(104) Tipos de relativas de objeto empregadas no Experimento 3

- i. Relativa de objeto com núcleo frontalizado e sem CFO - ordem OSV
- ii. Relativa de objeto com núcleo não frontalizado e sem CFO - ordem SOV

O *template* das sentenças seguia o padrão exposto em (99) e empregamos na matriz apenas verbos do tipo A, que não permitem a leitura da encaixada como um evento. Abaixo, estão dois exemplos de sentenças empregadas no teste:

(105) Sentença do Experimento 3 – configuração (104i)

Ivan Ø-naka-hit-Ø Karin [boet Karitiana m'a]-ty.

Ivan 3-DECL-dar-NFUT Karin [colar Karitiana fazer]-OBL

“Ivan apresentou a Karin com o colar que os Karitiana fizeram”

(106) Sentença do Experimento 3 – configuração (104ii)

Thiago Ø-naka-hit-Ø Luciana [Karitiana opi m'a]-ty.

Thiago 3-DECL-dar-NFUT Luciana [Karitiana brinco fazer]-OBL

“Thiago apresentou a Luciana com o brinco que os Karitiana fizeram.”

O leitor pode verificar que as duas possíveis ambiguidades presentes nas orações relativas do karitiana estão descartadas nos exemplos em (105) e (106): primeiramente, a oração encaixada não pode denotar um evento, pois propriedades lexicais do verbo da matriz inibem essa interpretação (é impossível dar para alguém uma situação, apenas um objeto); além disso, apenas um NP pode ser núcleo da relativa, pois o outro, *Karitiana*, geraria uma leitura pouco usual caso fosse interpretado como objeto do verbo *hit* (a saber, ‘Ivan apresentou a Karin com os Karitiana que fizeram o colar’ e ‘Thiago presenteou a Luciana com os Karitiana que fizeram o brinco’). Todas as sentenças eram apresentadas depois de um contexto, cujo principal objetivo era de reforçar seu significado e inibir outras possíveis ambiguidades.

⁵¹Inicialmente, foram criadas relativas de sujeito para esse experimento também. Percebemos, porém, que quase todas geravam leituras ambíguas apesar de controlarmos os verbos na matriz e os NPs. Por conta disso, essas construções foram descartadas.

A metodologia empregada foi uma variação de um teste de Julgamento de Gramaticalidade (CRAIN & THORNTON, 1998). Em experimentos desse tipo, os sujeitos devem dizer se determinada sentença é gramatical ou agramatical em sua língua. Como o conceito de (a)gramaticalidade não é muitas vezes óbvio para não linguistas, empregamos um procedimento sugerido em Cable (2012) para explicá-lo aos falantes: em vez de pedir para julgar se “tal sentença é boa em karitiana”, pedíamos a eles que se fizessem a pergunta “eu diria isso em karitiana?”. Se o sujeito não pronunciasse tal sentença em nenhum contexto possível, ela deveria ser considerada agramatical.

Nosso experimento incluía ainda uma segunda etapa, na qual o sujeito deveria corrigir a sentença considerada agramatical. Não oferecemos nenhuma instrução especial sobre quais alterações deveriam ser feitas nessa etapa, pois isso poderia chamar atenção dos falantes para a estrutura em teste. Desse modo, os sujeitos poderiam fazer as correções que quisessem (inclusive nenhuma).⁵²

Dois contextos do experimento estão reproduzidos a seguir:

(107) Contexto do experimento com a sentença (105)

Os Karitiana tinham vindo pra São Paulo e trouxeram alguns colares pra vender. A Karin achou todos muito bonitos, só que ela não tinha dinheiro pra comprar... O Ivan ficou muito triste por isso e comprou um colar dos Karitiana de presente pra Karin. Ela ficou muito feliz com o presente e usava o colar todos os dias.
Você diria: “ <i>Ivan nakahit Karin boet Karitiana m’aty</i> ”?

(108) Contexto do experimento com a sentença (106)

Os Karitiana tinham vindo pra São Paulo e trouxeram alguns brincos pra vender. A Luciana achou todos muito bonitos, só que ela não tinha dinheiro pra comprar... O Thiago ficou muito triste por isso e comprou um brinco dos Karitiana de presente pra Luciana. Ela ficou muito feliz com o presente e usava o brinco todos os dias.
Você diria: “ <i>Thiago nakahit Luciana Karitiana opi m’aty</i> ”?

B1.4 Resultados do Experimento 3

Antes de passarmos aos resultados, é preciso observar que consideramos como dados apenas as relativas cujas correções mantinham o *template* da estrutura original.

⁵²Em alguns casos, pedíamos também que o sujeito traduzisse a sentença (tanto a que ele julgou como gramatical como a corrigida).

Por conta disso, o número total de sentenças variou entre os sujeitos, pois ele está condicionado à quantidade de correções pertinentes que foram feitas.

Foram testados nesse experimento os falantes A, B, C, E, F e G. Vamos apresentar os resultados em duas etapas: primeiramente, mostraremos os dados referentes às relativas originalmente com a ordem OSV e, em seguida, mostraremos os resultados daquelas oferecidas com a ordem SOV.

O Gráfico 5 abaixo mostra as correções feitas nas relativas originalmente OSV:

Gráfico 5: Resultado das correções em relativas de objeto originalmente OSV (n = 23)

Nele, podemos notar que há uma grande preferência por relativas de objeto OStiV. Contudo, construções com as ordens não canônicas SOtiV e OSV também foram permitidas por alguns sujeitos⁵³.

Os resultados das correções feitas em relativas originalmente SOV estão descritos na tabela abaixo:

⁵³A distribuição de dados por sujeito é a seguinte:

Tabela III: Correções em relativas de objeto OSV de acordo com o sujeito

Sujeitos	Ordens com CFO		Ordens sem CFO		TOTAL
	OStiV	SOtiV	SOV	OSV	
	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	
A	4	0	0	1	5
B	4	1	0	0	5
C	3	0	0	1	4
E	1	1	0	1	3
G	2	0	0	0	2
F	4	0	0	0	4
TOTAL	18	2	0	3	23

Gráfico 6: Resultado das correções em relativas de objeto originalmente SOV (n = 18)

De certa forma, vemos que os resultados obtidos aqui são semelhantes aos do Gráfico 5, pois a ordem OStiV também é a mais frequente nas correções de relativas SOV. Além dela, as três ordens que não foram previamente atestadas na literatura também foram empregadas.⁵⁴

Amalgamados, os resultados das correções em relativas de objeto é o seguinte:

⁵⁴ A distribuição de dados por sujeito é a seguinte:

Tabela IV: Correções em relativas de objeto SOV de acordo com o sujeito

Sujeitos	Ordens com CFO		Ordens sem CFO		TOTAL
	OStiV	SOtiV	SOV	OSV	
	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	<i>n</i>	
A	3	1	1	0	5
B	3	1	0	0	4
C	4	0	0	1	5
E	0	2	0	0	2
G	1	0	0	0	1
F	0	1	0	0	1
TOTAL	11	5	1	1	18

Gráfico 7: Resultado de todas as correções em relativas de objeto
(n = 41)

Apesar dos contextos serem totalmente não ambíguos, ainda assim os falantes optam por frontalizar o núcleo e incluir o morfema {ti-}. Contudo, sentenças sem essas duas operações foram de fato atestadas, embora não em grande número. Assim, podemos talvez considerar esses dados como uma possível indicação de que as relativas de objeto podem não ter o morfema {ti-} e/ou o núcleo frontalizado.

Os resultados do Experimento 3 podem ser sumarizados da seguinte forma: em relativas de objeto, há uma tendência pela frontalização do núcleo e pelo emprego de {ti-}, mas o fato de que sentenças sem essas operações foram permitidas pode nos indicar que elas não são imprescindíveis na derivação dessas construções.

C. PANORAMA DOS RESULTADOS

Em suma, o Experimento 2 nos mostrou que relativas de sujeito podem apresentar a ordem OSV, pois os falantes interpretaram núcleos em posições não frontalizadas. Já os resultados do Experimento 3 são um indicativo de que relativas de objeto talvez possam ter núcleos não frontalizados (SOtiV e SOV) e/ou não ter o morfema {ti-} (SOV e OSV).

Esses resultados reproduzem o que observamos em nosso primeiro experimento: primeiramente, o Experimento 2 e nossa tarefa de produção nos mostram que relativas de sujeito OSV são permitidas em karitiana, pois elas foram tanto produzidas como interpretadas pelos falantes; em segundo lugar, podemos dizer que relativas de objeto com as ordens SOtiV, SOV e OSV são de fato possíveis na língua, uma vez que os

resultados Experimento 3 de certa forma replicam o que já fora visto em nosso experimento de produção (cf. Gráfico 2). Assim, os resultados dos Experimentos 2 e 3 ratificam os dados obtidos no experimento de produção, conferindo uma maior solidez aos seus resultados e à nossa análise.

ANEXO A - CARACTERÍSTICAS SOCIOGEOGRÁFICAS DOS SUJEITOS

Tabela 7: Perfil sociogeográfico dos sujeitos

Código	Sexo	Faixa etária	Local de residência⁵⁵
A	MASC	30-50	área urbana de Porto Velho
B	MASC	30-50	área urbana de Porto Velho
C	MASC	18-29	área indígena Karitiana (aldeia central)
D	MASC	18-29	área indígena Karitiana (aldeia Bom Samaritano)
E	FEM	18-29	aldeia (aldeia central)
F	FEM	30-50	área urbana de Porto Velho
G	FEM	18-29	área indígena Karitiana (aldeia central)
H	MASC	18-29	área urbana de Porto Velho
I	FEM	30-50	área indígena Karitiana (aldeia Candeias)
J	FEM	18-29	área indígena Karitiana (aldeia Bom Samaritano)
K	MASC	18-29	área indígena Karitiana (aldeia Bom Samaritano)
L	FEM	18-29	área indígena Karitiana (aldeia central)
M	FEM	30-50	área indígena Karitiana (aldeia central)
N	MASC	30-50	área indígena Karitiana (aldeia Bom Samaritano)
O	FEM	18-29	área urbana de Porto Velho
P	MASC	<18	área indígena Karitiana (aldeia central)
Q	MASC	<18	área urbana de Porto Velho
R	MASC	30-50	área indígena Karitiana (aldeia Candeias)
S	MASC	18-29	área indígena Karitiana (aldeia Candeias)
T	MASC	>50	área indígena Karitiana (aldeia Candeias)

⁵⁵Consideramos aqui o local onde o sujeito passa grande parte do ano e, em alguns casos, onde ele possui algum vínculo educacional ou profissional.

ANEXO B - PROTOCOLOS E DADOS DO EXPERIMENTO

PARTE I - RELATIVAS DE SUJEITO

1. Protocolo para relativas de sujeito

Tabela 8: Protocolo do experimento para relativas de sujeito

Número	Contexto	Disposição das figuras na etapa (58)	Produção pretendida (equivalente em português)
1	‘Esse morcego aqui come carne e esse morcego aqui come fruta. Escolhe um dos morcegos e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero o morcego que come carne/fruta.’
2	‘Essa onça aqui bateu na Karin e essa outra bateu na Ana. Escolhe uma das onças e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a onça que bateu na Karin/Ana.’
3	‘Essa anta aqui bateu na onça e essa outra bateu na cobra. Escolhe uma das antas e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a anta que bateu na onça/cobra.’
4	‘Esse homem aqui engravidou a Luciana e esse outro aqui engravidou a Karin. Escolhe um dos homens e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero o homem que engravidou a Luciana/Karin.’
5	‘Essa mulher aqui descascou a macaxeira e essa outra mulher descascou o milho. Escolhe uma das mulheres e diz qual delas você escolheu.’		‘Eu quero a mulher que descascou a macaxeira/milho.’
6	‘Essa mulher aqui fez um colar e essa outra mulher fez um brinco. Escolhe uma das mulheres e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a mulher que fez o colar/brinco.’

7	‘Essa mulher costurou a roupa e essa outra mulher costurou a rede. Escolhe uma das mulheres e diz qual delas você escolheu.’		‘Eu quero a mulher que costurou a roupa/rede.’
8	‘Esse homem fez um mingau e esse outro homem fez carne assada. Escolhe um dos homens e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero o homem que fez mingau/carne.’
9	‘Essa onça mordeu a Luciana e essa outra onça mordeu a Ana. Escolhe uma das onças e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a onça que mordeu a Luciana/Ana.’
10	‘Esse homem aqui matou uma onça e esse outro homem aqui matou uma cobra. Escolhe um dos homens e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero o homem que matou a onça/cobra.’

2. Dados de relativas de sujeito

2.1 Agrupados por sujeito de pesquisa

Tabela 9: Relativas de sujeito produzidas por A

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori kinda’o ‘ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting ‘irip ombaky mĩty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting taso Ana edn takataty	SOV
5.	Yn naakat ipyting ãonso gijo amanganty.	SOV
6.	Yn naakat ipyting opi ãonso by’ityty.	OSV
7.	desconsiderado – estrutura desviante ⁵⁶	
8.	Yn naakat ipyting him taso byhipityty.	OSV
9.	desconsiderado – estrutura desviante ⁵⁷	
10.	Yn naakat ipyting ombaky taso okyty.	OSV

⁵⁶Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ãonso pykyp pipãramipaty.”.

⁵⁷Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Luciana okoototy.”.

Tabela 10: Relativas de sujeito produzidas por B

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	SOV
3.	desconsiderado – erro de fala ⁵⁸	
4.	Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty	SOV
5.	Yn naakat ipyting ãonso gok ohokototy	SOV
6.	Yn naakat ipyting ãonso opi by'ityty.	SOV
7.	Yn naakat ipyting ãonso eremby pipãramaty.	SOV
8.	Yn naakat ipyting taso syke by'ityty.	SOV
9.	Yn naakat ipytingg ombaky Luciana okoototy	SOV
10.	Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	SOV

Tabela 11: Relativas de sujeito produzidas por E

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting 'irip ombaky mĩty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty.	SOV
5.	Yn ipyting ãonso gijo ohokoty	SOV
6.	Yn naakat ipyting ãonso opi by'aty.	SOV
7.	Yn naakat ipyting ãonso pykyp pipãramaty.	SOV
8.	Yn ipyting taso mingau by'ityty.	SOV
9.	Yn naakat ipyting ombaky Ana okoototy.	SOV
10.	Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	SOV

Tabela 12: Relativas de sujeito produzidas por D

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori him 'ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting 'irip boroja mĩty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting gok ãonso ohokaty.	OSV
6.	Yn naakat ipyting ãonso boet by'ityty	SOV
7.	Yn naakat ipyting ãonso eremby by'ityty.	SOV
8.	Yn naakat ipyting him taso byhipity.	OSV
9.	Yn naakat ipyting ombaky Ana okoototy.	SOV
10.	Yn naakat ipyting ombaky taso okytyty.	OSV

⁵⁸Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting 'irip ombaky mĩ.”.

Tabela 13: Relativas de sujeito produzidas por H

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori him ‘yty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Karin mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting ‘irip ombaky mĩty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting taso Ana edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting ãonso gok ohokoty.	SOV
6.	Yn naakat ipyting ãonso opi by’aty.	SOV
7.	Yn naakat ipyting ãonso eremby by’aty.	SOV
8.	Yn naakat ipyting taso syke by’aty.	SOV
9.	Yn naakat ipyting ombaky Luciana ‘ytyty.	SOV
10.	Yn naakat ipyting taso ombaky okyty.	SOV

Tabela 14: Relativas de sujeito produzidas por C

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori him ‘ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky ana mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting boroja ‘irip mĩty.	OSV
4.	Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting gok ãonso ohokototy.	OSV
6.	desconsiderado – erro de fala ⁵⁹	
7.	Yn naakat ipyting eremby ãonso pipãramaty.	OSV
8.	Yn naakat ipyting taso mingau by’ityty.	SOV
9.	Yn naakat ipyting ombaky Luciana okoototy.	SOV
10.	Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	SOV

Tabela 15: Relativas de sujeito produzidas por I

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori kinda’o ‘ytyty.	SOV
2.	desconsiderado – erro de fala ⁶⁰	
3.	Yn naakat ipyting ‘irip ombaky mĩty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting taso Karini edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting ãonso gok ohokototy.	SOV
6.	Yn naakat ipyting ãonso opi by’ityty.	SOV
7.	desconsiderado – estrutura desviante ⁶¹	
8.	Yn naakat ipyting taso mingau byhipity ⁶²	SOV
9.	desconsiderado – erro de fala ⁶³	
10.	Yn naakat ipyting ombaky taso okytyty.	OSV

⁵⁹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting opi ãonso boet by’ityty.”

⁶⁰Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ombaky karini timĩty.”

⁶¹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting pykyp pipãramipat ãonso akaty.”

⁶²Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting taso mingau byhitity.”

⁶³Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ombaky Ana tiokoototy.”

Tabela 16: Relativas de sujeito produzidas por K

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting 'irip ombaky mĩty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting taso Ana edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting gijo ãonso ohokoty.	OSV
6.	Yn naakat ipyting ãonso opi by'atyty.	SOV
7.	Yn naakat ipyting eremby ãonso pipãramaty.	OSV
8.	Yn naakat ipyting taso him byhipity.	SOV
9.	Yn naakat ipyting Ana ombaky okoototy.	OSV
10.	Yn naakat ipyting ombaky taso okyty.	OSV

Tabela 17: Relativas de sujeito produzidas por J

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori him 'ytyty.	SOV
2.	desconsiderado – estrutura desviante ⁶⁴	
3.	desconsiderado – estrutura desviante ⁶⁵	
4.	Yn naakat ipyting taso oom Karin edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting ãonso gok ohokoty.	SOV
6.	desconsiderado – estrutura desviante ⁶⁶	
7.	desconsiderado – estrutura desviante ⁶⁷	
8.	Yn naakat ipyting taso him byhipity.	SOV
9.	desconsiderado – estrutura desviante ⁶⁸	
10.	desconsiderado – estrutura desviante ⁶⁹	

Tabela 18: Relativas de sujeito produzidas por N

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn ipyting asori kinda'o 'ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Karina mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting 'irip ombaky mĩty.	SOV
4.	Yn ipyting taso Karina edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting ãonso gok ohokototy.	SOV
6.	Yn ipyting ãonso colar by'ityty.	SOV
7.	Yn naakat ipyting ãonso eremby by'ityty.	SOV
8.	Yn naakat ipyting taso mingau by'ityty.	SOV
9.	Yn naakat ipyting ombaky Luciana okootototy.	SOV
10.	Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	SOV

⁶⁴Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ka ombaky oom akaty.”

⁶⁵Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ho 'irip oom akaty.”

⁶⁶Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ãa ãonso oom akaty.”

⁶⁷Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting pykyp pipãramty.”

⁶⁸Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ombaky oom akaty Ana okoototy.”

⁶⁹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ho taso oom akaty.”

Tabela 19: Relativas de sujeito produzidas por M

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	desconsiderado – novo contexto discursivo ⁷⁰	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Luciana mĩty.	
3.	desconsiderado – novo contexto discursivo ⁷¹	
4.	desconsiderado – novo contexto discursivo ⁷²	
5.	desconsiderado – novo contexto discursivo ⁷³	
6.	desconsiderado – novo contexto discursivo ⁷⁴	
7.	desconsiderado – novo contexto discursivo ⁷⁵	
8.	desconsiderado – novo contexto discursivo ⁷⁶	
9.	desconsiderado – novo contexto discursivo ⁷⁷	
10.	Yn naakat ipyting boroja taso okytyty.	OSV

Tabela 20: Relativas de sujeito produzidas por L

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting 'irip boroja mĩty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting ñonso gok ohokototy	SOV
6.	Yn naakat ipyting ñonso opi by'ity.	SOV
7.	Yn naakat ipyting ñonso pykyp pipāramaty.	SOV
8.	Yn naakat ipyting taso him byhibminaty.	SOV
9.	Yn naakat ipyting ombaky Luciana okoototy.	SOV
10.	Yn naakat ipyting ombaky taso okytyty.	OSV

Tabela 21: Relativas de sujeito produzidas por R

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting 'irip ombaky mĩty.	SOV
4.	Yn ipyting taso Karin edn takataty.	SOV
5.	Yn naakat ipyting ñonso gok ohokototy.	SOV
6.	Yn naakat ipyting opi ñonso by'ity.	OSV
7.	Yn naakat ipyting pykyp ñonso pipāramaty.	OSV
8.	Yn ipyting taso syke by'ity.	SOV
9.	Yn naakat ipyting ombaky Ana okootototy.	SOV
10.	Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	SOV

⁷⁰Sentenças desconsideradas: “Asori naka'yt him pisyp. Yn naakat ipyting asori him pisyp 'ytyty.”

⁷¹Sentenças desconsideradas: “Irip nakamĩt boroja. Yn naakat ipyting 'irip boroja mĩty.”

⁷²Sentenças desconsideradas: “Taso nakaedntak Ana. Yn naakat ipyting taso Ana edn takataty.”

⁷³Sentenças desconsideradas: “Ñonso naohokat gok. Yn naakat ipyting ñonso gok ohokototy.”

⁷⁴Sentenças desconsideradas: “Ñonso nakam'at opi. Yn naakat ipyting opi ñonso by'ity.”

⁷⁵Sentenças desconsideradas: “Ñonso napipāram eremby. Yn naakat ipyting ñonso eremby pipāramaty.”

⁷⁶Sentenças desconsideradas: “Taso nakamhip him pisyp. Yn naakat ipyting taso him pisyp byhipity.”

⁷⁷Sentenças desconsideradas: “Ombaky naokoot Ana. Yn naakat ipyting ombaky Ana okoototy.”

Tabela 22: Relativas de sujeito produzidas por S

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting asori kinda nam ‘ytyty.	SOV
2.	Yn naakat ipyting ombaky ñonso mĩty.	SOV
3.	Yn naakat ipyting ‘irip ombaky mĩty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting taso karin edn takataty.	SOV
5.	desconsiderado – erro de fala ⁷⁸	
6.	desconsiderado – estrutura desviante ⁷⁹	
7.	Yn naakat ipyting ñonso pykyp by’ityty.	SOV
8.	desconsiderado – estrutura desviante ⁸⁰	
9.	Yn naakat ipyting ombaky Luciana okoototy.	SOV
10.	desconsiderada – estrutura desviante ⁸¹	

2.2 Agrupados por tipo de estrutura

Tabela 23: Relativas de sujeito com a ordem SOV

Sentença produzida	Sujeito	Produzida no contexto número...
Yn naakat ipyting asori kinda’o ‘ytyty.	A	1
Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	A	2
Yn naakat ipyting ‘irip ombaky mĩty.	A	3
Yn naakat ipyting taso Ana edn takataty	A	4
Yn naakat ipyting ñonso gijo amanganty.	A	5
Yn naakat ipyting asori kinda’o ‘ytyty.	B	1
Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	B	2
Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty	B	4
Yn naakat ipyting ñonso gok ohokototy	B	5
Yn naakat ipyting ñonso opi by’ityty.	B	6
Yn naakat ipyting ñonso eremby pipãramãty.	B	7
Yn naakat ipyting taso syke by’ityty.	B	8
Yn naakat ipytingg ombaky Luciana okoototy	B	9
Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	B	10
Yn naakat ipyting asori kinda’o ‘ytyty.	E	1
Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	E	2
Yn naakat ipyting ‘irip ombaky mĩty.	E	3
Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty.	E	4
Yn ipyting ñonso gijo ohokoty	E	5
Yn naakat ipyting ñonso opi by’aty.	E	6
Yn naakat ipyting ñonso pykyp pipãramaty.	E	7
Yn ipyting taso mingau by’ityty.	E	8
Yn naakat ipyting ombaky Ana okoototy.	E	9
Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	E	10
Yn naakat ipyting asori him ‘ytyty.	D	1
Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	D	2
Yn naakat ipyting ‘irip boroja mĩty.	D	3

⁷⁸Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ñonso gijo / gijo ohokotopoty.”

⁷⁹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ñonsoty opi by’ityty.”

⁸⁰Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting tasoty mingau by’ityty.”

⁸¹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting tasoty ombaky okytyty.”

Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty.	D	4
Yn naakat ipyting jonso boet by'ityty	D	6
Yn naakat ipyting jonso eremby by'ityty.	D	7
Yn naakat ipyting ombaky Ana okoototy.	D	9
Yn naakat ipyting asori him 'yty.	H	1
Yn naakat ipyting ombaky Karin mity.	H	2
Yn naakat ipyting 'irip ombaky mity.	H	3
Yn naakat ipyting taso Ana edn takataty.	H	4
Yn naakat ipyting jonso gok ohokoty.	H	5
Yn naakat ipyting jonso opi by'aty.	H	6
Yn naakat ipyting jonso eremby by'aty.	H	7
Yn naakat ipyting taso syke by'aty.	H	8
Yn naakat ipyting ombaky Luciana 'ytyty.	H	9
Yn naakat ipyting taso ombaky okyty.	H	10
Yn naakat ipyting asori him 'ytyty.	C	1
Yn naakat ipyting ombaky ana mity.	C	2
Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty.	C	4
Yn naakat ipyting taso mingau by'ityty.	C	8
Yn naakat ipyting ombaky Luciana okoototy.	C	9
Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	C	10
Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	I	1
Yn naakat ipyting 'irip ombaky mity.	I	3
Yn naakat ipyting taso Karini edn takataty.	I	4
Yn naakat ipyting jonso gok ohokototy.	I	5
Yn naakat ipyting jonso opi by'ityty.	I	6
Yn naakat ipyting taso mingau byhipity ⁸²	I	8
Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	K	1
Yn naakat ipyting ombaky Ana mity.	K	2
Yn naakat ipyting 'irip ombaky mity.	K	3
Yn naakat ipyting taso Ana edn takataty.	K	4
Yn naakat ipyting jonso opi by'atyty.	K	6
Yn naakat ipyting taso him byhipity.	K	8
Yn naakat ipyting asori him 'ytyty.	J	1
Yn naakat ipyting taso oom Karin edn takataty.	J	4
Yn naakat ipyting jonso gok ohokoty.	J	5
Yn naakat ipyting taso him byhipity.	J	8
Yn ipyting asori kinda'o 'ytyty.	N	1
Yn naakat ipyting ombaky Karina mity.	N	2
Yn naakat ipyting 'irip ombaky mity.	N	3
Yn ipyting taso Karina edn takataty.	N	4
Yn naakat ipyting jonso gok ohokototy.	N	5
Yn ipyting jonso colar by'ityty.	N	6
Yn naakat ipyting jonso eremby by'ityty.	N	7
Yn naakat ipyting taso mingau by'ityty.	N	8
Yn naakat ipyting ombaky Luciana okootototy.	N	9
Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	N	10
Yn naakat ipyting ombaky Luciana mity.	M	2
Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	L	1
Yn naakat ipyting ombaky Ana mity.	L	2
Yn naakat ipyting 'irip boroja mity.	L	3
Yn naakat ipyting taso Karin edn takataty.	L	4
Yn naakat ipyting jonso gok ohokototy	L	5
Yn naakat ipyting jonso opi by'aty.	L	6

⁸²Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting taso mingau byhitity.”

Yn naakat ipyting ñonso pykyp pipãramaty.	L	7
Yn naakat ipyting taso him byhibminaty.	L	8
Yn naakat ipyting ombaky Luciana okoototy.	L	9
Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	R	1
Yn naakat ipyting ombaky Ana mĩty.	R	2
Yn naakat ipyting 'irip ombaky mĩty.	R	3
Yn ipyting taso Karin edn takataty.	R	4
Yn naakat ipyting ñonso gok ohokototy.	R	5
Yn ipyting taso syke by'ityty.	R	8
Yn naakat ipyting ombaky Ana okootototy.	R	9
Yn naakat ipyting taso ombaky okytyty.	R	10
Yn naakat ipyting asori kinda nam 'ytyty.	S	1
Yn naakat ipyting ombaky ñonso mĩty.	S	2
Yn naakat ipyting 'irip ombaky mĩty.	S	3
Yn naakat ipyting taso karin edn takataty.	S	4
Yn naakat ipyting ñonso pykyp by'ityty	S	7
Yn naakat ipyting ombaky Luciana okoototy.	S	9

Tabela 24: Relativas de sujeito com a ordem OSV

Sentença produzida	Sujeito	Produzida no contexto número...
Yn naakat ipyting opi ñonso by'ityty.	A	6
Yn naakat ipyting him taso byhipityty.	A	8
Yn naakat ipyting ombaky taso okyty.	A	10
Yn naakat ipyting gok ñonso ohokaty.	D	5
Yn naakat ipyting him taso byhipity.	D	8
Yn naakat ipyting ombaky taso okytyty.	D	10
Yn naakat ipyting boroja 'irip mĩty.	C	3
Yn naakat ipyting gok ñonso ohokototy.	C	5
Yn naakat ipyting eremby ñonso pipãramaty.	C	7
Yn naakat ipyting ombaky taso okytyty.	I	10
Yn naakat ipyting gijo ñonso ohokoty.	K	5
Yn naakat ipyting eremby ñonso pipãramaty.	K	7
Yn naakat ipyting Ana ombaky okoototy.	K	9
Yn naakat ipyting ombaky taso okyty.	K	10
Yn naakat ipyting boroja taso okytyty.	M	10
Yn naakat ipyting ombaky taso okytyty.	L	10
Yn naakat ipyting opi ñonso by'ityty.	R	6
Yn naakat ipyting pykyp ñonso pipãramaty.	R	7

PARTE II - RELATIVAS DE OBJETO

1. Protocolo para elicitación de relativas de objeto

Tabela 25: Protocolo do experimento para relativas de objeto

Número	Contexto	Disposição das figuras na etapa (58)	Produção pretendida (equivalente em português)
1	‘Essa casa a Ana pintou e essa outra casa a Luciana pintou. Escolhe uma das casas e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a casa que a Ana/Luciana pintou.’
2	‘Essa fruta o morcego comeu e essa outra fruta o tatu comeu. Escolhe uma das frutas e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a fruta que o morcego/tatu comeu.’
3	‘Esse milho o Ana pilou e esse milho a Karin pilou. Escolhe um dos milhos e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero o milho que a Ana/Karin pilou.’
4	‘Essa anta o jacaré mordeu e essa outra anta a morcego mordeu. Escolhe uma das antas e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a anta que o jacaré/morcego mordeu.’
5	‘Essa macaxeira aqui a Ana plantou e essa outra a Luciana plantou. Escolhe uma das macaxeiras e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a macaxeira que a Ana/Luciana plantou.’
6	‘Essa casa aqui o homem fez e essa casa aqui a mulher fez. Escolhe uma das casas e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a casa que o homem/ a mulher fez.’
7	‘Essa roupa aqui a Luciana costurou e essa outra roupa a Ana costurou. Escolhe uma das roupas e diz a roupa que você escolheu.’		‘Eu quero a roupa que a Luciana/Ana costurou.’

8	‘Essa onça aqui o homem bateu e essa outra aqui a mulher bateu. Escolhe uma das onças e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a onça que o homem/a mulher bateu.’
9	‘Esse colar aqui a Luciana que fez e esse outro colar aqui a Ana que fez. Escolhe um dos colares e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero o colar que a Luciana/Ana fez.’
10	‘Essa carne aqui a Karin cozinhou e essa outra carne aqui a Luciana cozinhou. Escolhe uma das carnes e diz qual você escolheu.’		‘Eu quero a carne que a Karin/Luciana cozinhou.’

2. Dados de relativas de objeto

2.1 Agrupados por sujeito de pesquisa

Tabela 26: Relativas de objeto produzidas por A

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting ambi Luciana tipogaty. ⁸³	OStiV
2.	Yn naakat ipyting kinda’o sosy ti’yty.	OStiV
3.	Yn naakat ipyting gijo Ana titakaty.	OStiV
4.	Yn naakat ipyting ‘irip saara tiokoototy.	OStiV
5.	Yn naakat ipyting gok Ana tiamangaty.	OStiV
6.	Yn naakat ipyting ambi jonso tim’aty.	OStiV
7.	Yn naakat ipyting Ana pykyp tipipāramaty.	SOtiV
8.	Yn naakat ipyting ombaky jonso tiñity.	OStiV
9.	Yn naakat ipyting boet Luciana tim’aty.	OStiV
10.	Yn naakat ipyting him Karin timhiwity.	OStiV

⁸³Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting ambi Luciana pipogaty.”

Tabela 27: Relativas de objeto produzidas por B

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting ambi Luciana ti'ejaty.	OStiV
2.	Yn naakat ipyting kinda'o asori ti'yty.	OStiV
3.	Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	OStiV
4.	Yn naakat ipyting 'irip saara tiokoototy.	OStiV
5.	Yn naakat ipyting gok Luciana tiamangaty.	OStiV
6.	Yn naakat ipyting ambi taso tim'aty.	OStiV
7.	Yn naakat ipyting pykyp Ana tipipāramaty.	OStiV
8.	desconsiderado – erro de fala ⁸⁴	
9.	Yn naakat ipyting boet Ana tim'aty.	OStiV
10.	Yn naakat ipyting him Karin timhiwity. ⁸⁵	OStiV

Tabela 28: Relativas de objeto produzidas por E

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	desconsiderado – estrutura desviante ⁸⁶	
2.	Yn naakat ipyting kinda'o asori ti'yty.	OStiV
3.	Yn naakat ipyting gijo Ana titakaty.	OStiV
4.	Yn ipyting 'irip asori tiokoototy.	OStiV
5.	Yn naakat ipyting gok Luciana tiamangaty.	OStiV
6.	Yn ipyting ambi jonso tim'aty.	OStiV
7.	Yn ipyting Ana pykyp pipāramaty.	SOV
8.	Yn naakat ipyting ombaky jonso mity.	OSV
9.	desconsiderado – estrutura desviante ⁸⁷	
10.	Yn naakat ipyting Karin him timhipity.	SOtiV

Tabela 29: Relativas de objeto produzidas por D

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting Ana ambi pongaty. ⁸⁸	SOV
2.	Yn naakat ipyting kinda'o sosy 'yty.	OSV
3.	Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	OStiV
4.	Yn naakat ipyting saara 'irip mity.	SOV
5.	Yn naakat ipyting gok Ana tiamangaty.	OStiV
6.	Yn naakat ipyting jonso ambi by'ity.	SOV
7.	Yn naakat ipyting Ana pykyp tipipāramaty. ⁸⁹	SOtiV
8.	Yn naakat ipyting jonso ombaky mity.	SOV
9.	desconsiderado – estrutura desviante ⁹⁰	
10.	Yn naakat ipyting Luciana him byhipity.	SOV

⁸⁴Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ombaky jonso timi”.

⁸⁵Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting him Karin timhibity.”

⁸⁶Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ambity Ana tipintaty.”.

⁸⁷Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting boetety Ana tim'aty.”.

⁸⁸Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting Ana ambi pogngaty.”

⁸⁹Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting Ana pykyp timpipāramaty.”.

⁹⁰Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting boetety Luciana tim'aty.”.

Tabela 30: Relativas de objeto produzidas por H

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting Luciana ambi tipokoty ⁹¹	SOtiV
2.	Yn naakat ipyting sosy kinda'o 'yty	SOV
3.	Yn naakat ipyting Luciana gijo pyndakaty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting asori 'irip ti'ytyty	SOtiV
5.	Yn naakat ipyting Ana gok amangaty.	SOV
6.	Yn naakat ipyting ambi jonso tim'aty.	OStiV
7.	Yn naakat ipyting Luciana pykyp ohyn tim'aty	SOtiV
8.	Yn naakat ipyting jonso ombaky mity.	SOV
9.	Yn naakat ipyting Luciana boet tim'aty	SOtiV
10.	Yn naakat ipyting him Karin byhibminaty. ⁹²	OSV

Tabela 31: Relativas de objeto produzidas por C

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting ambi Luciana tipongaty. ⁹³	OStiV
2.	Yn naakat ipyting sosy kinda'o ti'yty.	SOtiV
3.	Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	OStiV
4.	Yn naakat ipyting asori 'irip tiokoototy.	SOtiV
5.	Yn naakat ipyting Ana gok tiamangaty.	SOtiV
6.	Yn naakat ipyting jonso ambi tim'aty.	SOtiV
7.	Yn naakat ipyting Ana pykyp tipipāramaty.	SOtiV
8.	Yn naakat ipyting jonso ombaky timityty.	SOtiV
9.	Yn naakat ipyting Luciana boet tim'aty.	SOtiV
10.	Yn naakat ipyting him Karin timhipity.	OStiV

Tabela 32: Relativas de objeto produzidas por I

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting ambi Luciana ti'ejaty.	OStiV
2.	Yn naakat ipyting kinda'o sosy ti'yty.	OStiV
3.	Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	OStiV
4.	Yn naakat ipyting 'irip saara ti'yty.	OStiV
5.	Yn naakat ipyting gok Luciana tiamangaty.	OStiV
6.	Yn naakat ipyting taso ambi tim'aty.	SOtiV
7.	Yn naakat ipyting Luciana pykyp tipipāramaty.	SOtiV
8.	Yn naakat ipyting ombaky taso timity.	OStiV
9.	Yn naakat ipyting boet Ana tim'aty.	OStiV
10.	Yn naakat ipyting him pisyp Luciana timhipity.	OStiV

⁹¹Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting Luciana ambi pipokoty”

⁹²Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting him Karin byhimidnaty.”

⁹³Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting ambi Luciana tipognaty.”

Tabela 33: Relativas de objeto produzidas por K

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting ambi Luciana ti'ejaty.	OStiV
2.	Yn naakat ipyting sosy kinda'o ti'yty.	SOtiV
3.	desconsiderado – estrutura desviante ⁹⁴	
4.	Yn naakat ipyting 'irip asori ti'yty.	OStiV
5.	desconsiderado – estrutura desviante ⁹⁵	
6.	Yn naakat ipyting taso ambi tim'aty.	SOtiV
7.	Yn naakat ipyting Luciana pykyp pipāramaty.	SOV
8.	desconsiderado – estrutura desviante ⁹⁶	
9.	Yn naakat ipyting Ana boet tim'aty.	SOtiV
10.	desconsiderado – estrutura desviante ⁹⁷	

Tabela 34: Relativas de objeto produzidas por J

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	desconsiderado – estrutura desviante ⁹⁸	
2.	Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	SOV
3.	desconsiderado – estrutura desviante ⁹⁹	
4.	Yn naakat ipyting asori 'irip 'ytyty	SOV
5.	Yn naakati ipyting Luciana gok tiamangaty.	SOtiV
6.	Yn naakat ipyting taso ambi by'ityty.	SOV
7.	Yn naakat ipyting Luciana pykyp tipipāramaty.	SOtiV
8.	desconsiderado – estrutura desviante ¹⁰⁰	
9.	desconsiderado – estrutura desviante ¹⁰¹	
10.	desconsiderado – estrutura desviante ¹⁰²	

⁹⁴Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Luciana titakaty.”

⁹⁵Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Luciana tiamangaty.”

⁹⁶Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting. Ńonso nakamīt ombaky.”

⁹⁷Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Karin timhipity.”

⁹⁸Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Luciana tipintaty/ti'ejaty.”

⁹⁹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ĵa gijo aka Luciana titakaty.”

¹⁰⁰Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ho ombaky oom akaty.”

¹⁰¹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ĵa colar akaty Luciana tim'aty.”

¹⁰²Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Karin timhipity.”

Tabela 35: Relativas de objeto produzidas por N

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn naakat ipyting ambi Luciana ti'ejaty.	OSTiV
2.	desconsiderado – erro de fala (truncamento) ¹⁰³	
3.	Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	OSTiV
4.	Yn naakat ipyting 'irip saara tiokoototy.	OSTiV
5.	desconsiderado – estrutura desviante ¹⁰⁴	
6.	Yn naakat ipyting ambi jonso tim'aty.	OSTiV
7.	Yn naakat ipyting pykyp ohyn Ana tipipāramaty.	OSTiV
8.	Yn naakat ipyting jonso ombaky timīty.	SOTiV
9.	Yn naakat ipyting boet Ana tim'aty.	OSTiV
10.	desconsiderado – estrutura desviante ¹⁰⁵	

Tabela 36: Relativas de objeto produzidas por M

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹⁰⁶	
2.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹⁰⁷	
3.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹⁰⁸	
4.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹⁰⁹	
5.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹¹⁰	
6.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹¹¹	
7.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹¹²	
8.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹¹³	
9.	desconsiderado – novo contexto discursivo ¹¹⁴	
10.	Yn naakat ipyting Karina him pisyp byhipity.	SOV

¹⁰³ Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting sosy /kinda'o ti'yty.”

¹⁰⁴ Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Ana gokoty.”

¹⁰⁵ Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Karina ti'yty.”

¹⁰⁶ Sentenças desconsideradas: “Ana naka'ejat ambi. Yn naakat ipyting Luciana ambi 'ejataty.”

¹⁰⁷ Sentenças desconsideradas: “Asori naka'yt kinda'o. Yn naakat ipyting kinda'o asori ti'ytyty.”

¹⁰⁸ Sentenças desconsideradas: “Luciana nakatak gijo. Yn naakat ipyting Luciana gijo takataty.”

¹⁰⁹ Sentenças desconsideradas: “Asori naokoot 'irip. Yn naakat ipyting asori 'irip tiokoototy.”

¹¹⁰ Sentenças desconsideradas: “Luciana naamang gok. Yn naakat ipyting Luciana amang/ gok amangaty.”

¹¹¹ Sentenças desconsideradas: “Taso nakam'at ambi. Yn naakat ipyting taso ambi by'ityty.”

¹¹² Sentenças desconsideradas: “Luciana napipāram pykyp okyn. Yn naakat ipyting Luciana pykyp ohyn pipāramaty.”

¹¹³ Sentenças desconsideradas: “Taso nakamīt ombaky. Yn naakat ipyting taso ombaky mīty.”

¹¹⁴ Sentenças desconsideradas: “Luciana nakam'at boet. Yn naakat ipyting Luciana colar by'atyty.”

Tabela 37: Relativas de objeto produzidas por L

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	desconsiderado – estrutura desviante ¹¹⁵	
2.	Yn naakat ipyting asori kinda'o 'yty	SOV
3.	Yn naakat ipyting Luciana gijo takaty.	SOV
4.	Yn naakat ipyting asori 'irip okoototy.	SOV
5.	desconsiderado – estrutura desviante ¹¹⁶	
6.	Yn naakat ipyting ambi taso by'aty.	OSV
7.	Yn naakat ipyting Ana pykyp pipāramaty.	SOV
8.	desconsiderado – erro de fala (truncamento) ¹¹⁷	
9.	Yn naakat ipyting Ana colar by'aty.	SOV
10.	desconsiderado – estrutura desviante ¹¹⁸	

Tabela 38: Relativas de objeto produzidas por R

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	Yn ipyting ambi Ana ti'ejaty.	OStiV
2.	Yn ipyting kinda'o sosy ti'yty.	OStiV
3.	Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	OStiV
4.	Yn naakat ipyting 'irip asori tiokoototy.	OStiV
5.	desconsiderado – erro de fala (truncamento) ¹¹⁹	
6.	desconsiderado – erro de fala (truncamento) ¹²⁰	
7.	Yn naakat ipyting Luciana pykyp pipāramaty.	SOV
8.	Yn ipyting ombaky jōnso timīty.	OStiV
9.	Yn naakat ipyting boet Luciana tim'aty.	OStiV
10.	Yn naakat ipyting him Luciana timhipity.	OStiV

¹¹⁵Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Luciana ambity.”

¹¹⁶Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Luciana gokoty.”

¹¹⁷Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ombaky/ jōnso ombaky mīty.”

¹¹⁸Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Karini himty.”

¹¹⁹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Ana gok / tiamangaty.”

¹²⁰Sentença desconsiderada: “Yn ipyting ambi jōnso/ jōnso tim'aty.”

Tabela 39: Relativas de objeto produzidas por S

Número do contexto no protocolo	Sentença produzida	Tipo de estrutura
1.	desconsiderado – erro de fala (truncamento) ¹²¹	
2.	desconsiderado – estrutura desviante ¹²²	
3.	desconsiderado – estrutura desviante ¹²³	
4.	desconsiderado – estrutura desviante ¹²⁴	
5.	Yn naakat ipyting gok Luciana tim'aty.	OSTiV
6.	Yn naakat ipyting ambi ñonso by'ity.	OSV
7.	Yn naakat ipyting Luciana pykyp pipāramaty.	SOV
8.	desconsiderado – estrutura desviante ¹²⁵	
9.	Yn naakat ipyting Luciana tim'aty.	
10.	desconsiderado – estrutura desviante ¹²⁶	OSTiV

2.2 Agrupadas pelo tipo de estrutura

Tabela 40: Relativas de objeto com a ordem OSTiV

Sentença produzida	Sujeito	Produzida no contexto número...
Yn naakat ipyting ambi Luciana tipogaty. ¹²⁷	A	1
Yn naakat ipyting kinda'o sosy ti'ity.	A	2
Yn naakat ipyting gijo Ana titakaty.	A	3
Yn naakat ipyting 'irip saara tiokoototy.	A	4
Yn naakat ipyting gok Ana tiamangaty.	A	5
Yn naakat ipyting ambi ñonso tim'aty.	A	6
Yn naakat ipyting ombaky ñonso tim'ity.	A	8
Yn naakat ipyting boet Luciana tim'aty.	A	9
Yn naakat ipyting him Karin timhiwity.	A	10
Yn naakat ipyting ambi Luciana tiejaty.	B	1
Yn naakat ipyting kinda'o asori ti'ity.	B	2
Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	B	3
Yn naakat ipyting 'irip saara tiokoototy.	B	4
Yn naakat ipyting gok Luciana tiamangaty.	B	5
Yn naakat ipyting ambi taso tim'aty.	B	6
Yn naakat ipyting pykyp Ana tipipāramaty.	B	7
Yn naakat ipyting boet tim'aty.	B	9
Yn naakat ipyting him Karin timhiwity.	B	10
Yn naakat ipyting kinda'o asori ti'ity.	E	2
Yn naakat ipyting gijo Ana titakaty.	E	3
Yn ipyting 'irip asori tiokoototy.	E	4
Yn naakat ipyting gok Luciana tiamangaty.	E	5
Yn ipyting ambi ñonso tim'aty.	E	6
Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	D	3

¹²¹Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting Ana/ Ana ambi pintaty.”

¹²²Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting kinda'oty sosy ti'ity.”

¹²³Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting gijoty Luciana titakaty.”

¹²⁴Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting 'iripity saara okoototy.”

¹²⁵Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ombaky amity ñonso tim'ity.”

¹²⁶Sentença desconsiderada: “Yn naakat ipyting ti'y Karin timhipity.”

¹²⁷Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting ambi Luciana pipogaty”.

Yn naakat ipyting gok Ana tiamangaty.	D	5
Yn naakat ipyting ambi jonso tim'aty.	H	6
Yn naakat ipyting ambi Luciana tipogaty. ¹²⁸	C	1
Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	C	3
Yn naakat ipyting him Karin timhipity.	C	10
Yn naakat ipyting ambi Luciana ti'ejaty.	I	1
Yn naakat ipyting kinda'o sosy ti'yty.	I	2
Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	I	3
Yn naakat ipyting 'irip saara ti'yty.	I	4
Yn naakat ipyting gok Luciana tiamangaty.	I	5
Yn naakat ipyting ombaky taso timity.	I	8
Yn naakat ipyting boet Ana tim'aty.	I	9
Yn naakat ipyting him pisyp Luciana timhipity.	I	10
Yn naakat ipyting ambi Luciana ti'ejaty.	K	1
Yn naakat ipyting 'irip asori ti'yty.	K	4
Yn naakat ipyting ambi Luciana ti'ejaty.	N	1
Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	N	3
Yn naakat ipyting 'irip saara tiokoototy.	N	4
Yn naakat ipyting ambi jonso tim'aty.	N	6
Yn naakat ipyting pykyp ohyn Ana tipiparamaty.	N	7
Yn naakat ipyting boet Ana tim'aty.	N	9
Yn ipyting ambi Ana tiejaty.	R	1
Yn ipyting kinda'o sosy ti'yty.	R	2
Yn naakat ipyting gijo Luciana titakaty.	R	3
Yn naakat ipyting 'irip asori tiokoototy.	R	4
Yn ipyting ombaky jonso timity.	R	8
Yn naakat ipyting boet Luciana tim'aty.	R	9
Yn naakat ipyting him Luciana timhipity.	R	10
Yn naakat ipyting gok Luciana tim'aty.	S	5
Yn naakat ipyting ti'y Karin timhipity.	S	10

Tabela 41: Relativas de objeto com a ordem SOTiV

Sentença produzida	Sujeito	Produzida no contexto número...
Yn naakat ipyting Ana pykyp tipiparamaty.	A	7
Yn naakat ipyting Karin him tim hipity.	E	10
Yn naakat ipyting Ana pykyp tipiparamaty. ¹²⁹	D	7
Yn naakat ipyting Luciana ambi tipokoty ¹³⁰	H	1
Yn naakat ipyting asori 'irip ti'ytyty	H	4
Yn naakat ipyting Luciana pykyp ohyn tim'aty	H	7
Yn naakat ipyting Luciana boet tim'aty	H	9
Yn naakat ipyting sosy kinda'o ti'yty.	C	2
Yn naakat ipyting asori 'irip tiokoototy.	C	4
Yn naakat ipyting Ana gok tiamangaty.	C	5
Yn naakat ipyting jonso ambi tim'aty.	C	6
Yn naakat ipyting Ana pykyp tipiparamaty.	C	7
Yn naakat ipyting jonso ombaky timityty.	C	8
Yn naakat ipyting Luciana boet tim'aty.	C	9
Yn naakat ipyting taso ambi tim'aty.	I	6
Yn naakat ipyting Luciana pykyp tipiparamaty.	I	7
Yn naakat ipyting sosy kinda'o ti'yty.	K	2

¹²⁸Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting ambi Luciana tipognaty.”

¹²⁹Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting Ana pykyp timpiparamaty.”

¹³⁰Correção ortográfica do original: “Yn naakat ipyting Luciana ambi pipokoty”.

Yn naakat ipyting taso ambi tim'aty.	K	6
Yn naakat ipyting Ana boet tim'aty.	K	9
Yn naakati ipyting Luciana gok tiamangaty.	J	5
Yn naakat ipyting Luciana pykyp tipipāramaty.	J	7
Yn naakat ipyting ñonso ombaky timĩty.	N	8

Tabela 42: Relativas de objeto com a ordem SOV

Sentença produzida	Sujeito	Produzida no contexto número...
Yn ipyting Ana pykyp pipāramaty.	E	7
Yn naakat ipyting Ana ambi pogaty. ¹³¹	D	1
Yn naakat ipyting saara 'irip mĩty.	D	4
Yn naakat ipyting ñonso ambi by'itity.	D	6
Yn naakat ipyting ñonso ombaky mĩty.	D	8
Yn naakat ipyting Luciana him byhipity.	D	10
Yn naakat ipyting sosy kinda'o 'yty	H	2
Yn naakat ipyting Luciana gijo pyndakaty.	H	3
Yn naakat ipyting Ana gok amangāty.	H	5
Yn naakat ipyting ñonso ombaky mĩty.	H	8
Yn naakat ipyting Luciana pykyp pipāramaty.	K	7
Yn naakat ipyting asori kinda'o 'ytyty.	J	2
Yn naakat ipyting asori 'irip 'ytyty.	J	4
Yn naakat ipyting taso ambi by'itity.	J	6
Yn naakat ipyting Karina him pisyp byhipity.	M	10
Yn naakat ipyting asori kinda'o 'yty	L	2
Yn naakat ipyting Luciana gijo takaty.	L	3
Yn naakat ipyting asori 'irip okoototy.	L	4
Yn naakat ipyting Ana pykyp pipāramaty.	L	7
Yn naakat ipyting Ana colar by'aty.	L	9
Yn naakat ipyting Luciana pykyp pipāramaty	R	7
Yn naakat ipyting Luciana pykyp pipāramaty.	S	7

Tabela 43: Relativas de objeto com a ordem OSV

Sentença produzida	Sujeito	Produzida no contexto número...
Yn naakat ipyting ombaky ñonso mĩty.	E	8
Yn naakat ipyting kinda'o sosy 'yty.	D	2
Yn naakat ipyting him Karin byhimidnaty.	H	10
Yn naakat ipyting ambi taso by'aty.	L	6
Yn naakat ipyting ambi ñonso by'itity.	S	6

¹³¹Correção ortográfica do original: "Yn naakat ipyting Ana ambi pogngaty."